



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**Jaboatão sublevado: a  
participação dos ferroviários da  
*Great Western* na insurreição  
comunista de 1935**

Bruno Sousa Lima

Brasília – DF  
2023

Bruno Sousa Lima

**Jaboatão sublevado: a  
participação dos ferroviários da  
*Great Western* na insurreição  
comunista de 1935**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília para a defesa do projeto de mestrado.

Linha de pesquisa: História Social e suas múltiplas formas

Orientador: Prof. Dr. Bruno Leal Pastor de Carvalho

Brasília – DF  
2023

Brasília  
2023

Bruno Sousa Lima

**Jaboatão sublevado: a participação dos ferroviários da  
*Great Western* na insurreição comunista de 1935**

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Bruno Leal Pastor de Carvalho (UnB)  
Orientador

---

Prof. Dr. Jorge Ferreira (UFF)  
Membro

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Teresa Cristina de Novaes Marques (UnB)  
Membro

---

Prof. Dr. Luiz César de Sá (UnB)  
Suplente

## AGRADECIMENTOS

Por ser um trabalho criado e desenvolvido no contexto da pandemia de covid-19, agradeço primeiramente a todo o corpo técnico da Universidade de Brasília – servidores administrativos e docentes – que diante de todas as dificuldades impostas pelo cenário pandêmico, se adaptou e possibilitou o andamento do período letivo dentro do possível. A dedicação e compromisso desses profissionais são motivos de orgulho para toda a comunidade acadêmica.

À professora Ione Oliveira, orientadora do meu Trabalho de Conclusão de Curso que originou essa dissertação. Suas aulas na graduação despertaram minha paixão pela História do Brasil Contemporâneo e seu empenho como professora serão sempre fonte de inspiração na minha vida profissional e pessoal.

Ao meu orientador Bruno Leal Pastor de Carvalho, que durante todo o processo de elaboração e escrita desta pesquisa se mostrou paciente e dedicado à tarefa de apontar meios e caminhos para aperfeiçoar o trabalho. Obrigado pela generosidade, parceria e profissionalismo. Sem o senhor, esta pesquisa não seria possível.

Aos amigos e familiares. Por me incentivarem e serem presentes, mesmo quando eu fui ausente. Por celebrarem minhas conquistas e por estarem por perto nos momentos conturbados.

Por fim, agradeço à Gabriela. Obrigado por sua firmeza quando fui negligente e por sua compaixão quando fui fraco. Suas palavras me guiam e seu sorriso me motiva. É tudo por você.

## RESUMO

A pesquisa intitulada Jaboaão sublevado: a participação dos ferroviários da *Great Western of Brazil* na insurreição comunista de 1935 tem o objetivo de analisar os elementos locais/regionais e as dinâmicas internas desses trabalhadores no período delimitado a partir das análises de processos judiciais do Conselho Nacional do Trabalho e do Tribunal de Segurança Nacional, além dos prontuários desses trabalhadores no Departamento de Ordem Política e Social e das notícias publicadas no *Diário de Pernambuco* e no *Diário da Manhã*, dois jornais pernambucanos de grande circulação da época. Trata-se, portanto, de uma proposta de pesquisa no campo da História Social do Trabalho a partir da perspectiva thompsoniana da história vista de baixo, que busca também evidenciar as identidades desses ferroviários, suas experiências individuais e coletivas, a organização política e social deles e os motivos que os levaram a aderirem à tentativa revolucionária de 1935.

Palavras-chave: Insurreição Comunista. Pernambuco. Great Western of Brazil. 1935. Ferroviários.

## **ABSTRACT**

The research entitled Jaboatão uprising: the participation of railway workers from Great Western of Brazil in the communist insurrection of 1935 aims to analyze the local/regional elements and the internal dynamics of these workers in the period delimited from the analysis of legal proceedings by the National Council of Labor and the National Security Court, in addition to the records of these workers at the Department of Political and Social Order and the news published in *Diário de Pernambuco* and *Diário da Manhã*, two Pernambuco newspapers with large circulation at the time. This is, therefore, a research proposal in the field of Social History of Work from the Thompsonian perspective of history from below, which also seeks to highlight the identities of these railway workers, their individual and collective experiences, their political and social organization and the reasons that led them to join the revolutionary attempt of 1935.

**Keywords:** Communist Insurrection. Pernambuco. Great Western of Brazil. 1935. Railway workers

## SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>7</b>   |
| <b>CAPÍTULO 1 - QUEM ERAM OS FERROVIÁRIOS? .....</b>                           | <b>14</b>  |
| 1.1 OS FERROVIÁRIOS DA <i>GREAT WESTERN</i> .....                              | 14         |
| 1.2 A SOCIEDADE BENEFICENTE E O SINDICATO DOS FERROVIÁRIOS DA <i>GWB</i> ..... | 25         |
| 1.3 LIDERANÇAS FERROVIÁRIAS .....  | 43         |
| <b>CAPÍTULO 2 – O PRELÚDIO DA INSURREIÇÃO.....</b>                             | <b>57</b>  |
| 2.1 JABOATÃO E A <i>GWB</i> EM 1935 .....                                      | 57         |
| 2.2 AS ELEIÇÕES DE 1935 E A CHAPA “TRABALHADOR, OCUPA TEU POSTO!” .....        | 67         |
| 2.3 A GREVE DE 1935 E O PRELÚDIO DA INSURREIÇÃO .....                          | 77         |
| <b>CAPÍTULO 3 – A INSURREIÇÃO.....</b>   | <b>94</b>  |
| 3.1 OS DIAS DE LEVANTE .....   | 94         |
| 3.2 REPRESSÃO E DEFESAS .....  | 111        |
| 3.3 SENTENÇAS E DESFECHOS .....  | 125        |
| <b>CONCLUSÃO.....</b>  | <b>133</b> |
| <b>FONTES .....</b>  | <b>137</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>  | <b>142</b> |

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação propõe-se a analisar a participação dos ferroviários da *Great Western of Brazil*, em Recife, Pernambuco, na Insurreição Comunista de 1935,<sup>1</sup> buscando elucidar os elementos locais/regionais que estavam postos nas mobilizações e reivindicações desses trabalhadores no contexto do levante, bem como as dinâmicas internas da categoria e suas condutas coletivas e individuais ao longo da década de 1930.

Para isso, analisei e cruzei os dados dos processos judiciais do Conselho Nacional do Trabalho (CNT) e do Tribunal de Segurança Nacional (TSN), além dos prontuários desses trabalhadores no Departamento de Ordem Política e Social (Dops) e da legislação brasileira à época dos acontecimentos. O *corpus documental* analisado ainda abrange dois jornais pernambucanos de grande circulação à época dos fatos – o *Diário de Pernambuco* e o *Diário da Manhã*.

Trata-se, portanto, de uma proposta de pesquisa no campo da História Social do Trabalho, apoiada na perspectiva thompsoniana da "história vista de baixo". Com isso, pretendi trabalhar um tema próprio da História Política de uma forma mais orgânica, dando visibilidade a esses trabalhadores, que atuaram tanto na tentativa revolucionária, como na colaboração das investigações do aparelho estatal repressivo após a derrota dos insurgentes. Nesse sentido, as reflexões propostas pelo debate sobre cultura política se mostram imprescindíveis nessa análise.

Como todo terreno fértil das ciências, a História Social do Trabalho se ramificou nos últimos anos no Brasil e tem gerado bons frutos. Desde a década de 1980, quando os estudos sobre os Mundos do Trabalho foram influenciados pela obra de E. P. Thompson, a historiografia brasileira passou a admitir um horizonte vasto de possibilidades e fontes que pudessem contribuir para as interpretações sobre as experiências dos trabalhadores assalariados, autônomos e também dos que foram escravizados durante os primeiros séculos do país. Até então, as análises debruçavam-se, principalmente, sobre a formação e organização do movimento operário e suas tendências ideológicas, os modelos de sindicalismo e a legislação

---

<sup>1</sup> O termo "Intentona Comunista" foi utilizado pelo Exército Brasileiro e pela grande imprensa como estratégia para desqualificar o movimento revolucionário de 1935. (MOTTA, 2020: p.102-104) No dicionário, a palavra *intentona* significa um "cometimento temerário", "plano insensato", "ataque imprevisto", concedendo, assim, um caráter de improvisação e devaneio ao levante e aos revolucionários. No entanto, o uso pejorativo da expressão não foi empregado imediatamente após a revolta, sendo solidificado somente anos após o levante como resultado da guerra ideológica empreendida pelo anticomunismo. Prova disso é que nas fontes analisadas nesta pesquisa a alcunha aparece eventualmente, sendo utilizado com maior frequência as expressões "revolta de novembro" ou "movimento extremista" para se referir à insurreição.



trabalhista e previdenciária promovida pelo *getulismo*. Essas análises relativizavam a autonomia e protagonismo dos trabalhadores diante da atuação do Estado.

Ocorreu então um certo distanciamento em relação à tradição ensaística das “grandes interpretações”, para buscar os agrupamentos profissionais (têxteis, gráficos, portuários etc.), suas formas de organização, movimentos específicos e dinâmicas próprias, a composição da força de trabalho, fluxos migratórios, a vida operária dentro das fábricas, os processos de trabalho, assim como o lazer e o cotidiano dos trabalhadores fora das fábricas, abrangendo aspectos como cultura, etnicidade, gênero, educação, habitação etc. (Chalhoub; Silva, 2010: 40)

Da mesma forma, os recortes geográficos que antes se limitavam às vivências fabris de trabalhadores do Rio de Janeiro, São Paulo e sul do país, tiveram suas fronteiras alargadas e passaram também a considerar os dinamismos de outras regiões. Nas últimas décadas, essa diversidade de estudos passou também a dedicar-se mais às questões interseccionais, demonstrando a vocação natural desse campo historiográfico à heterogeneidade de temáticas possíveis. (Fontes; Fortes; Mayers, 2017)

Ângela de Castro Gomes salienta que esse ponto de inflexão na historiografia brasileira dos anos 1980 coincidiu com a ampliação dos programas de pós-graduação no país e com a transição democrática após 21 anos de uma Ditadura Civil-Militar, o que gerou uma profusão de análises “dos movimentos sociais urbanos e rurais, bem como uma História Social do Trabalho, na qual os protagonistas eram escravos, libertos, homens livres, camponeses, artesãos, operários e assalariados em geral”. (Gomes, 2004: 159) De acordo com a autora, essa renovação historiográfica passou a recusar abordagens estruturalistas de caráter fortemente economicista, tanto da perspectiva marxista, como da concepção instrumentalista, que generalizavam os processos sociais.

Essa virada teórica colocou em evidência a agência dos indivíduos que estavam inseridos nos processos e rompeu com as percepções recorrentes de dominação absoluta por parte dos “dominantes” e de passividade total por parte dos “dominados”.

Numa dimensão afirmativa, o que une todos esses estudos que retomam as relações sociais de dominação no mundo do trabalho é o fato de sustentarem que os trabalhadores - todos eles, inclusive os escravos - são sujeitos de sua própria história, abandonando abordagens simplistas, dicotômicas, teleológicas, etc. (Gomes, 2004:160)

Com isso, o *corpus documental* tornou-se para o campo um elemento imprescindível para o êxito ou não da análise proposta. Os vestígios desses sujeitos passaram a ser buscados nas mais diversas fontes, mesmo que esses fragmentos estivessem presentes em registros produzidos pela burocracia estatal ou empresarial, para além da imprensa sindical e dos

testemunhos colhidos por meio das técnicas da História Oral. Dentro dessa perspectiva, a análise dos documentos policiais e os processos judiciais ganharam grande peso nos estudos dos Mundos do Trabalho, principalmente a partir da leitura a contrapelo dos autos e do cruzamento documental com outras fontes.

Assim, a chamada "história vista de baixo" passou a se tornar uma constante nos estudos da História Social do Trabalho no Brasil, revelando, para além dos aspectos materiais, enfoques de sociabilidade, negociação, estratégias e táticas, e trajetórias individuais e coletivas dos trabalhadores. Mas a priorização de personagens ordinários não se tornou um trunfo apenas em trabalhos identificados com a História Social. As pesquisas relacionadas à História Política também foram impactadas por essa virada teórica, ocasionando uma renovação no campo.

Secundarizando a centralidade do Estado e dos grupos dominantes, a nova história política disseminou sua própria noção de "poder" apresentada, sobretudo, a partir da chamada "história vista de baixo", voltada ao estudo do comportamento político (eleitoral) de segmentos das massas anônimas e dos ditos "homens comuns" em sua cotidianidade, enfatizando a investigação de seus valores, suas práticas simbólicas, seus ritos e até mesmo seus sentimentos. (Mendonça; Fontes, 2012: 59)

Esse ponto de convergência entre a História Social do Trabalho e a Nova História Política nos pressupostos elencados pela "história vista de baixo" é especialmente pertinente à presente pesquisa, uma vez que as narrativas sobre a insurreição de 1935, tanto as produzidas pela historiografia, como as que circulam no imaginário popular, direcionaram seus focos aos "grandes nomes" daquele contexto, notadamente Luís Carlos Prestes e Getúlio Vargas, ou ainda aos militares e comunistas, deixando os ferroviários da *GWB* em segundo plano, quando muito.

Desta forma, a própria natureza do objeto de pesquisa e sua delimitação nos impele a percorrer um caminho teórico que muitas vezes ultrapassará os limites da História Social do Trabalho e nos permitirá explorar também a História Política, mais especificamente o que ficou conhecido como Nova História Política. Por isso, uma chave importante nesta pesquisa é o conceito de *cultura política*.<sup>2</sup>

Os debates sobre cultura política ganharam relevância no Brasil durante a renovação de abordagens dos estudos de História Política em meados dos anos 1990, com o crescimento do interesse de pesquisadores em "conhecer como a dinâmica interativa entre os agentes sociais de uma dada realidade promove a cristalização de valores, imagens e símbolos suficientemente

---

<sup>2</sup> Para essa pesquisa optaremos pela definição de cultura política proposta por Rodrigo Patto Sá da Motta que definiu o conceito como conjunto de normas, valores, atitudes, crenças, linguagens e imaginário, partilhados por determinado grupo, e tendo como objeto fenômenos políticos. (Motta, 1996: 95)

significativos para a mobilização política”. (Cerqueira, 1996: 83) Assim, afastando-se da tradição positivista e factual, que por muito tempo caracterizou a História Política, historiadores passaram a aplicar novas interpretações a objetos já consagrados do campo, como o funcionamento do Estado e instituições, e também novas temáticas, como o imaginário e o comportamento de agentes políticos (Motta, 1996: 93).

De acordo com Leandro Piquet Carneiro e Karina Kuschnir, o termo foi criado e desenvolvido por Gabriel Almond e Sidney Verba nos anos 1960 para possibilitar a inclusão de elementos subjetivos, como os sentimentos e percepções dos atores históricos, na análise de fenômenos políticos. Essa perspectiva preconizava a sociabilização como um processo importante na formação do “comportamento político”, sociabilização, esta, desenvolvida na escola, igreja, família e, obviamente, nos espaços relacionados ao trabalho, como sindicatos, associações mutuaristas, clubes e até mesmo no próprio ambiente laboral. (Carneiro e Kuschnir, 1999: 227-228)

Os autores destacam que a inserção e interação dos indivíduos em diferentes contextos provoca “distintas formas de socialização que podem ser congruentes ou não entre si”. Essas dissonâncias poderiam gerar maior ou menor estabilidade política em sociedades pertencentes a um sistema democrático representativo. No entanto, Almond e Verba “admitem a existência de sistemas mistos, onde coexistiriam diversos tipos de cultura política em uma mesma sociedade”. (Carneiro e Kuschnir, 1999: 230-231)

Essas ponderações podem nos ajudar a compreender o que estava em jogo para os empregados da *GWB*. Enquanto parte dos ferroviários estava mobilizada por melhores condições de trabalho, engajando-se também em atividades político-partidárias, outra parcela preferia não se comprometer com as reivindicações dos companheiros.

Em oito de novembro, durante a greve que antecedeu a insurreição, a reportagem do jornal *Diário da Manhã* entrevistou dois ferroviários da *Great Western* que declararam ser contrários à greve, elogiaram o superintendente da companhia e afirmaram que “não é com ameaças que se vencem as questões importantes”. A mesma edição trazia uma lista com nomes de empregados da empresa que se colocavam contra à paralisação e prestavam solidariedade à administração da empresa.<sup>3</sup> A reportagem demonstra a divergência entre diferentes culturas políticas existentes entre os ferroviários da *GWB*, evidenciando a heterogeneidade de posicionamentos dos trabalhadores.

---

<sup>3</sup> Ver A greve dos ferroviários da Great Western. *Diário da Manhã*. Recife, 08 de novembro de 1935, página 07. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DM1935&pagfis=3946> Acesso em 13/08/2023.

Há ainda outro ponto de reflexão sobre cultura política importante para a presente proposta. Motta alerta para o fato de que o conceito de cultura política só deve ser aplicado ao se tratar de “normas, valores, etc. razoavelmente arraigados, estruturados; quando se estabelecem tradições que são reproduzidas por várias gerações. O conceito não se aplica a fenômenos superficiais e passageiros”. (Motta, 1996: 95)

Este parece ser o caso em análise. Durante os dias de revolta, a atuação dos ferroviários ficou concentrada na região de Jaboatão, município localizado a 20 quilômetros de Recife, onde ficavam situadas as oficinas da *Great Western*.

A forte repressão que se instaurou após o controle do levante, desmobilizou os insurretos e simpatizantes, mas não foi capaz de erradicar totalmente a militância na região. Em 1947, Jaboatão elegeu o médico Manoel Rodrigues Calheiros como o primeiro prefeito comunista do país. O feito fez com que a cidade passasse a ser conhecida como “Moscouzinho do Brasil”. (Silva, 2015)

Nas mesmas eleições, foram eleitos outros políticos comunistas em Pernambuco, entre eles Demócrito Ramos da Silveira. Em janeiro de 1947, Demócrito figurava na chapa para deputado estadual pelo PCB, mas em março daquele ano o partido foi cassado e ele, então, concorreu a vereador de Recife pelo Partido Social Progressista (PSP), sendo eleito com 929 votos.

O recém empossado vereador chegou a presidir a Câmara Municipal do Recife, mas seu histórico como militante comunista abreviaria seu mandato. Demócrito e outros 11 vereadores foram cassados em 1950. (Miranda, 2015)

Bem antes de se lançar como candidato, Demócrito Ramos da Silveira já participava intensamente da vida política local. No seu prontuário do Dops consta que era um “elemento bastante conhecido da polícia, como de grande projeção e confiança do partido desde a sua fundação e tomando parte como membro no movimento de 1935”.

Na época dos acontecimentos ele trabalhava como escriturário da 3ª Divisão da *Great Western of Brazil*. Demócrito foi preso e condenado a 5 anos de prisão a serem cumpridos em Fernando de Noronha após ser apontado por diversos empregados da companhia de ter participado da revolta, pegando em armas e convocando os ferroviários a aderirem ao

movimento.<sup>4</sup> Seu mandato foi restituído simbolicamente em 16 de dezembro de 2014, em uma sessão solene da Câmara Municipal do Recife.<sup>5</sup>

Diante desses desdobramentos ocorridos mais de 10 anos após a insurreição, fica evidenciada uma tradição política bem enraizada nesses sujeitos históricos e na própria região. Essa tradição fica ainda mais explícita ao considerarmos nessa conjectura o fato de que, em 1931, o 21º Batalhão de Caçadores (21 BC), situado em Recife na época, protagonizou um levante militar contra o interventor de Pernambuco, Lima Cavalcanti, contando com a participação de civis. O episódio ocasionou a troca entre o 21º BC e o 29º Batalhão de Caçadores, que ficava em Natal. As duas unidades foram as mesmas que se levantaram em novembro de 1935 dando início à insurreição.

Assim, a compreensão da cultura política (ou culturas políticas) compartilhada por esses indivíduos e as disputas geradas pela mesma coloca-se como chave importante para a análise do objeto proposto nessa pesquisa.

Encaminhando para a conclusão, alguns desafios se impõem aos pesquisadores da História Social do Trabalho atualmente. Em palestra proferida em maio de 2021, no Tribunal Superior do Trabalho, em comemoração aos 80 anos da Justiça do Trabalho, o criador do Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho (LEHMT) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor Paulo Fontes, elencou três direções que deveriam orientar as pesquisas do campo nos próximos anos.

A primeira está relacionada à interseccionalidade e à busca por novos recortes geográficos para além do eixo Rio-Sul-São Paulo. Desta forma, os historiadores do trabalho deveriam empreender esforços para criar arcabouços que dessem conta de questões de gênero e raça, além de alcançar realidades locais em todas as regiões do país.

O segundo ponto colocado por Fontes foi a necessidade de estabelecer maior interação entre as pesquisas, muitas vezes recortes muito específicos, com a História Geral do Brasil, promovendo novas sínteses.

---

<sup>4</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de Demócrito Ramos da Silveira. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/02848/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_02848\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/02848/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_02848_d0001de0001.pdf) Acesso em: 18/12/2021.

<sup>5</sup> Ver Vereadores do PCB cassados terão mandatos de volta. Câmara Municipal do Recife, 16 de dezembro de 2014. Disponível em: <https://www.recife.pe.leg.br/comunicacao/noticias/vereadores-do-pcb-cassados-terao-mandatos-de-volta> Acesso em 19/12/2021.

Por último, Fontes defendeu a necessidade da aproximação entre a História Social do Trabalho e a História Pública, a fim de viabilizar maior publicização dos estudos e promover o diálogo com outros campos da ciência e da sociedade.

Nesse sentido, a presente pesquisa se norteou dentro desses apontamentos, na tentativa de contribuir para os estudos da História Social do Trabalho no Brasil em seus empreendimentos atuais, ao analisar as dinâmicas sociais, o engajamento político, disputas, rixas, trajetórias e as reivindicações dos ferroviários da *GWB* no contexto da insurreição de 1935, priorizando seus aspectos locais dentro da chave da cultura política desses sujeitos históricos.

A pesquisa se deu por meio de fontes inéditas ou pouco analisadas como os inquéritos administrativos abertos pela empresa e enviados ao CNT, a apelação nº 183 do TSN que os condenou, seus prontuários no Dops e os jornais que circulavam em Recife à época dos fatos, na tentativa de jogar luz a um conjunto de dinâmicas próprias da ordem das relações sociais do trabalho no Brasil daquela época.

O primeiro capítulo é dedicado a entender quem eram os ferroviários, suas trajetórias individuais e mobilizações coletivas, suas relações com o PCB, como funcionavam as entidades de classe da categoria e identificar suas lideranças. O capítulo seguinte é voltado à análise do contexto em que os ferroviários estavam inseridos em 1935, os cenários políticos de Jaboatão e Pernambuco, a importância da *GWB* naquela época e a greve deflagrada pela categoria dias antes do movimento revolucionário. Por fim, o último capítulo tratou da participação desses trabalhadores na insurreição, a repressão que se abateu sobre eles, os julgamentos e sentenças e os dias após o cárcere.

## CAPÍTULO 1 - Quem eram os ferroviários?

### 1.1 Os ferroviários da *Great Western*

Uma semana após a rebelião ter sido debelada, em 3 de dezembro de 1935, o escriturário Durval Américo de Barros, 27 anos, compareceu voluntariamente ao Conselho Penitenciário de Pernambuco. Ele disse às autoridades que no primeiro dia da revolta viu em Jaboatão armado com um fuzil e vestido com uma túnica do Exército em cima de um caminhão o também escriturário da *GWB* Aníbal Vicente da Hora.<sup>6</sup> O relato seria repetido em 21 de fevereiro de 1936, mas desta vez diante dos membros de uma comissão de inquérito administrativo formada pela companhia inglesa para demitir empregados que teriam participado da insurreição.

O segundo depoimento traz mais detalhes sobre o ocorrido. Durval Américo de Barros contou que no domingo, 27 de novembro, saiu de casa para fazer compras por volta de 9h15, quando ouviu disparos vindo do bairro de Socorro. Ele achou que se tratava de um exercício militar, mas pouco tempo depois viu o trem PB8 retornando para a estação de Jaboatão e foi alertado pelo condutor do veículo, Caetano Maciel, que uma revolução havia estourado na Vila Militar de Socorro. Com medo de sofrer represálias porque havia trabalhado durante a última greve dos ferroviários, Durval voltou pra casa e pela janela pôde ver, por duas ou três vezes, o colega Aníbal Vicente da Hora trajando túnica do Exército e levando um fuzil mauzer com um saco de munição em cima de um caminhão.<sup>7</sup> As mesmas informações foram corroboradas por outro escriturário chamado Thomaz do Rego Mello, 56 anos, em oitivas prestadas às autoridades policiais e à comissão do inquérito administrativo da empresa.

Os depoimentos dos dois escriturários levaram Aníbal Vicente da Hora à prisão. Em seu prontuário no Dops consta que Aníbal era um “elemento de destaque do Sindicato da *Great Western*, do qual foi 1º secretário” e que fez parte da Frente Única Proletária. Condenado a cinco anos de prisão, ele foi transferido do Presídio Especial de Recife para o Presídio de Fernando de Noronha, onde ficou preso até agosto de 1941.

---

<sup>6</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 1. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR\\_RJANRIO\\_C8/0/APL/0183\\_v\\_01/BR\\_RJANRIO\\_C8\\_0\\_APL\\_0183\\_v\\_01\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_C8/0/APL/0183_v_01/BR_RJANRIO_C8_0_APL_0183_v_01_d0001de0001.pdf) Acesso em: 11/11/2023

<sup>7</sup> Ver BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo nº 3.713. Disponível em: <https://arquivoteca.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-3713-1935> Acesso em 10/01/2023

Dois meses após ser colocado em liberdade, Aníbal escreveu uma carta endereçada ao Comitê Municipal do PCB em Jaboatão comunicando que pretendia se mudar para o Rio de Janeiro afim de conseguir um emprego. No manuscrito, ele solicitava uma transferência para o partido no Rio de Janeiro e entregava o cargo de Secretário de Divulgação do Comitê que vinha exercendo no PCB de Jaboatão.

Contudo, sabemos que os planos de Aníbal parecem ter mudado, pois em 5 de outubro, ele escreveu outra carta, desta vez destinada ao Dops, cumprindo determinação do delegado, Fábio Corrêa. Nela, o ferroviário atesta que estava morando em Campina Grande, na Paraíba, onde havia conseguido trabalho em um mercado. Quatro anos depois, outra mudança: o ferroviário deixou Campina Grande e retornou a Jaboatão. A ata de uma reunião da diretoria do Comitê Municipal do PCB de Jaboatão apreendida pela polícia revela que em setembro de 1945 Aníbal estava novamente na cidade pernambucana e que naquela ocasião desempenhava o cargo de secretário-geral do Comitê. Uma das pautas da reunião era definir os nomes das células do PCB na cidade. A célula das oficinas da *Great Western* recebeu o nome de Leocádia Prestes, em homenagem à mãe e à filha de Luís Carlos Prestes com Olga Benário. Esse foi o último registro de Aníbal Vicente da Hora encontrado nos registros policiais.<sup>8</sup>

Aníbal Vicente da Hora nasceu em 16 de setembro de 1897 em Pernambuco e aos 13 anos ingressou na estrada de ferro como escriturário. Morador de Jaboatão, ao longo dos anos se demitiu e foi readmitido diversas vezes pela empresa até 1919, quando ocorreu a última contratação como datilógrafo com o salário de 4\$000 por dia. Em sua ficha profissional, em meio a registros de aumentos salariais e gozo de férias, há uma única advertência de que “outro caso de abuso de confiança” acarretaria sua demissão.

Alguns nuances da trajetória de Aníbal Vicente da Hora se assemelham a muitos dos ferroviários perseguidos após a insurreição. A maioria nasceu em meados da virada do século XIX para o XX e tinha entre 19 e 49 anos quando a revolta eclodiu, mas com larga faixa de homens beirando os 30 anos. Portanto, muitos haviam nascido e crescido juntamente com própria recém-criada República e acompanharam de perto os ecos da Primeira Guerra Mundial, a ascensão do fascismo em escala global e também o fortalecimento e a expansão das ideias comunistas após a Revolução Russa de 1917.

---

<sup>8</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de Aníbal Vicente da Hora Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/03346/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_03346\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/03346/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_03346_d0001de0001.pdf) Acesso em 10/01/2023



Além do PCB e da ANL, os ferroviários também participavam de outras organizações de esquerda como a Frente Única Proletária e a Ação Pernambucana Contra o Fascismo. Em contrapartida, não foi verificada nenhuma relação desses trabalhadores com qualquer entidade mais alinhada à direita, sejam frentes populares, sejam partidos políticos.

Prova disso, é que não foi encontrado nenhum documento ou citação que relacionasse qualquer ferroviário à Ação Integralista Brasileira (AIB), por exemplo, que naquele momento, representava a maior organização de direita do país, chegando a contar com mais de 500 mil membros. (Maio; Cytrynowicz, 2006: 42) Até mesmo os ferroviários que colaboraram com as investigações e faziam algum tipo de oposição ao comunismo e ao movimento grevista não pareciam, necessariamente, serem adeptos de alguma ideologia bem definida, sendo mais motivados em suas condutas pela polarização fruto do anticomunismo.

Se é fácil determinar a conjuntura político-social em que estavam inseridos os ferroviários da *Great Western*, o mesmo não se pode fazer com suas etnias. Seus registros são os mais diversos possíveis: brancos, pretos, pardos, morenos e o recorrente termo genérico “trigueiro”, utilizado tanto isoladamente como acompanhado pelas definições anteriores.

Há também uma inconformidade entre os dados registrados pela empresa e pelas forças policiais. O serralheiro Godofredo Severiano de Brito, por exemplo, aparece nos registros da empresa como “pardo-claro”,<sup>9</sup> enquanto seu prontuário no Dops o identifica como “preto”.<sup>10</sup> No entanto, a fotografia anexada ao registro policial não deixa dúvidas de que se tratava de um indivíduo de pele parda e traços fenotípicos negroides.

Não é possível saber se esses registros eram auto declaratórios, se partiam unilateralmente da empresa e da polícia ou se havia algum protocolo a ser seguido. As divergências entre as informações nos incapacitam de detectar mais precisamente se algum aspecto racial interferiu nas investigações. Mas analisando as fotos de alguns dos acusados podemos afirmar, sem equívoco, que realmente havia uma pluralidade de características étnicas-raciais entre os ferroviários.

---

<sup>9</sup> Ver BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo nº 709. Disponível em: <https://arquivoteca.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-709-1936> Acesso em 10/01/2023

<sup>10</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de Godofredo Severiano de Brito Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/00184/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_0184\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/00184/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_0184_d0001de0001.pdf) Acesso em 10/01/2023

Ferrovários da *GWB* presos ou demitidos por envolvimento na insurreição comunista  
de 1935



Aníbal  
Vicente da  
Hora



Antonio  
Paulo da  
Silva



Bemvindo  
Ferreira de  
Paula



Carlos Inácio  
Romão Nillo



Demócrito  
Ramos da  
Silva



Francisco  
Leonizio de  
Melo



Genésio dos  
Santos  
Baraúna



Godofredo  
Severiano de  
Britto



Gonçalo  
Francisco



Gregório  
Barbosa



Gustavo  
Tigre  
Coutinho



Herique  
Accioly Lins  
da Silva



João Alfredo  
de Barros  
Gibson



José  
Francisco da  
Cruz



José Alves  
Pedrosa



José Ignácio  
de Araujo



José Lucas da  
Silveira



José Vicente  
de Souza  
Monte



Lourival da  
Motta Cabral



Luiz Vieira  
da Silva



Manoel Elias  
da Silva



Manoel  
Virginio da  
Silva



Maurilio  
Rodrigues da  
Silva



Nestor Bispo



Pacífico  
Pereira de  
Mello



Raymundo  
Mattos de  
Andrade



Sebastião  
Rodrigues de  
Freitas



Severino  
Marinho de  
Carvalho



Synphronio  
José da Silva



Ulysses de  
Arruda e  
Silva

Muitos deles tinham anos, às vezes décadas, de serviços prestados à empresa. Essa característica também é notada entre os empregados que participaram como testemunhas de acusação, delatando seus companheiros considerados comunistas.

No primeiro caso, a explicação recaí sobre o artigo 53, do Decreto nº. 21.081, de 24 de fevereiro de 1932.<sup>11</sup> De acordo com o dispositivo, os empregados com mais de 10 anos de serviço prestados na mesma empresa só poderiam ser demitidos em caso de falta grave. A irregularidade deveria ser apurada por uma comissão formada pela companhia ouvindo o acusado pessoalmente ou representado por um advogado. A norma ainda determinava que a demissão só poderia ser confirmada com aval do Conselho Nacional do Trabalho (CNT).

Essa foi mais uma inovação implementada na legislação trabalhista brasileira nos primeiros anos do governo de Getúlio Vargas, mas pouco estudada pela historiografia frente ao impacto causado pela criação de outros benefícios sociais como a limitação da jornada de trabalho, horas extras, férias e a própria criação da Justiça do Trabalho.

<sup>11</sup> Ver BRASIL. Decreto nº. 21.081. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21081-24-fevereiro-1932-511792-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=O%20Chefe%20do%20Governo%20Provis%C3%B3rio,que%20a%20aplica%C3%A7%C3%A3o%20do%20art> Acesso em 22/04/2021.

Portanto, os documentos do CNT só tratam dos ferroviários que tinham direito à estabilidade por trabalharem a mais de 10 anos na *GWB*. Possivelmente os empregados implicados no movimento revolucionário que não tinham direito à estabilidade foram dispensados unilateralmente, já que a legislação vigente não exigia a abertura do inquérito administrativo nessas ocasiões.

No segundo caso, o mais provável é que a estrada de ferro indicava como testemunhas de acusação os ferroviários com mais tempo de casa, portanto, os que passavam mais credibilidade por terem mais experiência e que também tinham mais a perder se não colaborassem com as investigações da própria empresa e da polícia.

Assim como Aníbal, muitos dos ferroviários eram contratados pela *GWB* ainda na adolescência como ajudantes e iam alcançando melhores postos e salários ao longo dos anos. José Inácio de Araújo, por exemplo, foi contratado sem remuneração aos 12 anos em 1917 como aprendiz de plainador.<sup>12</sup> No ano seguinte passou a receber \$074 por hora trabalhada e teve diversos aumentos, ainda que modestos, até 1923 quando foi promovido a plainador. Ele ocupou o cargo até ser preso, em dezembro de 1935, por supostamente ter participado do movimento. José Inácio ficou recolhido no Presídio Especial de Recife até 1938, quando foi absolvido pelo Tribunal de Segurança Nacional. Ele havia sido acusado por um empregado da *GWB* chamado Antônio Francisco da Silva de ter participado da sublevação, mas sempre negou qualquer envolvimento com a tentativa revolucionária.

Ao começarem a trabalhar na estrada de ferro ainda na adolescência, esses ferroviários aprendiam um ofício ao mesmo tempo em que desenvolviam a própria formação humana deles, em todas as suas dimensões. Portanto, a construção da cultura política desses sujeitos se forjava conjuntamente às suas formações profissionais, não sendo possível dissociá-las ao analisarmos suas condutas e comportamentos.

Desta forma, sempre que voltarmos os olhos aos fatos históricos que envolveram os ferroviários, devemos levar em consideração que a maior parte desses trabalhadores haviam passado metade de suas vidas, ou mais, dentro das dependências da *GWB*, interagindo com seus colegas e superiores, observando como as legislações trabalhistas recém promulgadas afetavam suas realidades e como o valor do trabalho foi imprescindível para a formação de suas percepções de mundo, principalmente em suas manifestações coletivas.

---

<sup>12</sup> Ver BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo nº 3.713. Disponível em: <https://arquivoteca.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-3713-1935> Acesso em 10/01/2023

Também é comum encontrar nas fichas profissionais dos ferroviários registros de demissões seguidas de readmissões. Aníbal Vicente da Hora pediu demissão após um ano de empresa e foi readmitido sete meses depois. No ano seguinte pediu nova dispensa e voltou aos quadros da *GWB* depois de 6 anos. Godofredo Severiano de Britto foi demitido após três meses trabalhando como serralheiro. Três anos depois houve uma nova contratação. Maurílio Rodrigues da Silva foi contratado aos 13 anos em 1915 como aprendiz de serralheiro e demitido em 1918.<sup>13</sup> Em outubro de 1924 foi readmitido como plainador, mas só ficou no cargo durante um mês e em 1927 voltou à empresa contratado para a mesma função.<sup>14</sup>

Possivelmente essa rotatividade estava relacionada à capacitação dos empregados. Não é necessário grande esforço para deduzir que o trabalho nas oficinas da *Great Western* demandava certo grau de especialização, profissionalismo e também de traquejo para lidar com exigência dos dirigentes ingleses que comandavam a companhia com mãos de ferro.

Seja qual for as causas das demissões, é possível que os dirigentes da empresa as relevassem diante da necessidade de manter em seus quadros profissionais capacitados, que já tinham experiência na área e também conheciam as especificidades do dia a dia da companhia. Por outro lado, os trabalhadores também se beneficiavam de serem empregados de uma das maiores empresas do Nordeste. Trabalhar na *Great Western* significava, também, pertencer a uma categoria mobilizada e de grande expressão naquele contexto.

Quase todos os homens que participaram da insurreição sabiam ler e escrever, eram casados e moravam em cidades e bairros próximos de Recife como Coqueiral, Afogados, Areias e Tigipió. Mas a maioria morava em Jaboatão, onde também estavam localizadas as oficinas da *GWB*.

Dos 58 ferroviários que foram presos por supostamente terem participado da insurreição, seis trabalhavam nas estações ou nos escritórios desempenhando principalmente as funções de agentes e escriturários. Outros 14 eram limpadores e serventes ou guarda-freios nos trens. No entanto, a maioria dos acusados trabalhava nas oficinas da *Great Western*, em Jaboatão.

---

<sup>13</sup> Ver BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo nº 3.714. Disponível em: <https://arquivoteca.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-3714-1936> Acesso em 10/01/2023

<sup>14</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de Maurílio Rodrigues da Silva. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/06436/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_0\\_6436\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/06436/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_0_6436_d0001de0001.pdf) Acesso em: 18/12/2021.

Ao todo, 25 serralheiros, caldeireiros, pintores, ferreiros, torneiros e carpinteiros foram, de alguma forma, imputados como envolvidos na rebelião. Essa diferença demonstra que a mobilização dos ferroviários se dava mais fortemente nas oficinas de Jaboatão, onde provavelmente o sindicato conseguia ser mais atuante, longe dos olhos dos chefes e fiscais da empresa, do que na capital Recife.

Cerca de 600 operários trabalhavam nas instalações e mais de 1.000 moravam em seus arredores, muitos deles na Vila Operária de Cascata, construída pela companhia para abrigar seus empregados.<sup>15</sup> Em uma dessas residências morava o contínuo Pacífico Pereira de Mello.

Contraditoriamente à etimologia de seu nome, Pacífico foi apontado por testemunhas de andar fardado e armado com um fuzil pelas ruas de Jaboatão após a cidade ter sido tomada pelos insurretos, inclusive se encaminhando para o sindicato dos ferroviários.<sup>16</sup> No processo aberto pela empresa para demiti-lo, o mestre de oficinas Manoel de Paula Hora afirmou que, dias após o fim do movimento, o operário Manoel José de Lima havia se mudado para a casa onde residia Pacífico, na Vila Operária de Cascata, e encontrou no mato do quintal dois fuzis mauzer. O ferroviário levou o caso ao conhecimento do inspetor de oficinas, que comunicou o fato ao delegado de Jaboatão. Ao chegar no local, o delegado teria encontrado três fuzis e munição escondida no matagal onde residia Pacífico Pereira de Mello.<sup>17</sup> Pacífico foi preso em janeiro de 1936 e solto em 1938, após ser absolvido pelo Tribunal de Segurança Nacional.<sup>18</sup>

Pacífico já havia sido preso em oito de abril de 1932 por motivo de ordem pública. Quatro dias depois ele assinou uma declaração datilografada em que se comprometia a deixar de ter “compromisso ou responsabilidade com relação a proposta do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL” que havia lhe sido entregue pelo “agitador comunista Jayme Alves da Silva”. Os

---

<sup>15</sup> Ver BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo nº 3.714. Disponível em: <https://arquivoteca.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-3714-1936> Acesso em 10/01/2023

<sup>16</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 1. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR\\_RJANRIO\\_C8/0/APL/0183\\_v\\_01/BR\\_RJANRIO\\_C8\\_0\\_AP\\_L\\_0183\\_v\\_01\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_C8/0/APL/0183_v_01/BR_RJANRIO_C8_0_AP_L_0183_v_01_d0001de0001.pdf) Acesso em 10/01/2023

<sup>17</sup> Ver BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo nº 3.713. Disponível em: <https://arquivoteca.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-3713-1935> Acesso em 10/01/2023

<sup>18</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de Pacífico Pereira de Mello. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/00890/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_0\\_0890\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/00890/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_0_0890_d0001de0001.pdf) Acesso em: 10/01/2023.



únicos trechos do documento que foram escritos à mão por Pacífico foram o nome de Jayme e sua própria assinatura.

A estrutura do documento pressupõe que existia um modelo preestabelecido a ser seguido em que os presos apenas deveriam preencher as lacunas do termo anteriormente produzido com o nome de quem o havia cooptado para o partido e a própria rubrica confirmando a declaração. A existência de tal registro é um forte indício da perseguição do Estado aos militantes do PCB já no início dos anos 1930, em que o aparato policial utilizava um documento específico a ser utilizado na repressão aos comunistas.

Ao mesmo tempo em que eram coagidos a se desvencilharem do partido, os comunistas também eram pressionados a entregar os militantes que haviam apresentado a proposta de adesão à sigla. Com isso, a polícia produzia uma vasta documentação com os nomes de pessoas que mantiveram ligação com PCB, o que seria utilizado posteriormente nas investigações e acusações que pesaram contra os revolucionários de 1935.

Esse tipo de documento pode ser encontrado em vários outros prontuários de ferroviários que haviam sido presos antes da insurreição comunista. O caldeireiro Gonçalo Francisco da Silva, por exemplo, foi preso pela primeira vez em dezembro de 1931 também por motivo de ordem pública. De acordo com os registros policiais ele havia tomado parte saliente na greve dos ferroviários da *Great Western* naquele ano e era ex-relator de sindicância da Sociedade Beneficente da categoria. Em março de 1932 foi detido novamente como “agitador e comunista”. Na ocasião, assinou termo se comprometendo a abandonar o PCB, “bem como toda a sua orientação ou interferência no meio operário”. Em abril de 1936 foi preso em Alagoas, suspeito de exercer “atividades extremistas”, quando ficou detido por seis dias. Apesar de não ter sido implicado judicialmente com relação aos acontecimentos de novembro de 1935, Gonçalo esteve sob a vigilância das forças policiais até 1964, quando trabalhava como portuário em Recife, tendo frequentado reuniões do PCB na capital pernambucana.<sup>19</sup>

O serralheiro José Vicente de Souza Monte também assinou declaração idêntica em junho de 1932, renegando qualquer envolvimento com o partido. Segundo os agentes do Dops,

---

<sup>19</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de Gonçalo Francisco da Silva. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/00109/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_0\\_0109\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/00109/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_0_0109_d0001de0001.pdf) Acesso em: 10/01/2023.

o serralheiro “muito trabalhou em prol do Partido Comunista, fazendo distribuição de boletins e agitando companheiros de trabalho contra o regimen constituído”.<sup>20</sup>

Casos como os citados acima demonstram que a perseguição aos comunistas no Brasil surgiu bem antes da revolta de novembro de 1935, episódio apontado comumente como o princípio do anticomunismo no país. No entanto, o cerco contra os militantes do partido começou a dar sinais no Brasil logo após a Revolução de 1917, mas foi gradualmente ganhando força à medida que o PCB angariava mais adeptos, principalmente após a conversão de Luís Carlos Prestes ao comunismo. (Motta, 2020: 15)

Em Pernambuco, o PCB recebeu particularmente relativa adesão de populares e também das classes trabalhadoras que ansiavam por melhores condições de trabalho. A criação do Partido Comunista no estado, em janeiro de 1922, ocorreu sem enfrentamentos ou resistências entre os trabalhadores, ao contrário do que houve no restante do Brasil em que havia uma cisão no movimento operário oriunda da disputa ideológica entre anarquistas e comunistas. (Sarmiento, 1998: 289)

Em meados da década de 1930, Pernambuco se tornou um ponto estratégico para a revolução por sua importância político-econômica na região norte do país e também pela aceitação do PCB entre os trabalhadores. “Era um dos estados onde a organização comunista estava melhor organizada com células entre operários, ferroviários, marítimos, gráficos, padeiros e na área militar”. (Sarmiento, 1998: 298)

Assim, o partido, apesar de sua cambaleante organização em nível nacional, “era mais numeroso em Recife, que se tornara o centro das atividades comunistas de toda a região”. (Vianna, 2011: 292)

Não por acaso, alguns dos ferroviários assinaram o pedido de registro do partido junto ao Tribunal Regional Eleitoral em setembro de 1934. José Alves Pedrosa, apelidado de Zé Bedéu, foi um dos signatários. Preso pelo menos seis vezes ao longo de 1935 por motivos de ordem pública, o ferroviário de 1 metro e 51 centímetros de altura era visto pelos policiais como “um dos mais perigosos elementos comunistas de Pernambuco” e teria “queimado as mãos de tanto atirar contra as forças legalistas” durante a insurreição. Apesar das tendenciosas descrições, Zé Bedéu foi absolvido pelo TSN após passar dois anos encarcerado.<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de José Vicente de Souza Monte. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/00172/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_0\\_0172\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/00172/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_0_0172_d0001de0001.pdf) Acesso em: 10/01/2023.

<sup>21</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Pública e Social de Pernambuco. Prontuário de José Alves Pedrosa. Disponível em:



Manoel Elias da Silva, por sua vez, trabalhava como ferreiro nas oficinas da *GWB* e também assinou o pedido de registro do PCB em setembro de 1934. O ferroviário atendia por diversos apelidos como Tota, Totinha, Borba e Maninho, mas utilizava o codinome Stamp em assuntos relacionados ao partido. Manoel Elias foi preso pela primeira em 1932 por participar da célula 19P e retornaria à prisão em maio de 1936 por distribuir “boletins subversivos” em Jaboatão, além de estar implicado no “movimento extremista” de novembro de 1935. No entanto, ficou apenas nove dias preso e não foi denunciado como participante do movimento. O ferroviário havia sido secretário do sindicato dos ferroviários e vice-tesoureiro da Sociedade Beneficente.<sup>22</sup>

A assinatura do ferreiro Gregório Barbosa do Nascimento também consta na relação de solicitação de registro do PCB em Pernambuco. Durante as oitavas no Conselho Penitenciário, Gregório foi citado apenas uma vez como participante do movimento. A acusação foi feita pelo vigia dos portões da oficina da *GWB* Antão Casado de Albuquerque, que disse ter visto o ferreiro armado de fuzil nos dias da rebelião.<sup>23</sup> O depoimento foi o suficiente para colocar Gregório na mira dos policiais. Sem ter antecedentes policiais, o ferroviário foi preso em junho de 1936.

Enquanto era escoltado à delegacia, um investigador interrogou a esposa de Gregório. Ela lhe contou que o marido havia tomado parte na rebelião por convite de um amigo conhecido como Paisinho, que havia chegado à sua residência com três fuzis e um saco de munição. De acordo com a mulher, o ferroviário só retornou no dia seguinte. Eles se mudaram, então, para um local conhecido como Usina Aripibu, onde tempos depois receberam uma carta de outro amigo de Gregório chamado Rafael. Este lhe alertava que não deveria aparecer em Jaboatão devido à repressão policial. Mesmo com os dois depoimentos, Gregório foi posto em liberdade um ano depois, após ser excluído da denúncia.<sup>24</sup>

---

[http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/03753/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_03753\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/03753/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_03753_d0001de0001.pdf) Acesso em 31/10/2021.

<sup>22</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Pública e Social de Pernambuco. Prontuário de Manoel Elias da Silva. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/02237/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_02237\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/02237/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_02237_d0001de0001.pdf) Acesso em 10/01/2023.

<sup>23</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação n°. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 1. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR\\_RJANRIO\\_C8/0/APL/0183\\_v\\_01/BR\\_RJANRIO\\_C8\\_0\\_APL\\_0183\\_v\\_01\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_C8/0/APL/0183_v_01/BR_RJANRIO_C8_0_APL_0183_v_01_d0001de0001.pdf) Acesso em 10/01/2023

<sup>24</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Pública e Social de Pernambuco. Prontuário de Gregório Barbosa do Nascimento. Disponível em:

Os casos de Zé Bedéu, Manoel Elias e Gregório Barbosa do Nascimento, além dos outros já citados anteriormente, demonstram que o histórico de insubordinação e de relações próximas com o PCB não foram suficientes para lhes garantir condenação por implicação no movimento armado de 1935.

As condenações, no entanto, parecem ter caído nos que eram conhecidas lideranças do movimento ferroviário, como veremos a seguir. Provavelmente essas condenações ocorreram como forma de punição exemplar aos que pretendiam ainda promover a revolução. Também é possível que os condenados fossem os que mais nutriam a antipatia dos dirigentes da *GWB*.

Desta forma, pode-se concluir que os ferroviários da *Great Western* formavam um grupo heterogêneo, de origens e etnias diferentes, dispondo de algum grau de instrução e com interesses e estratégias distintas de comportamento. Essas dissonâncias também estão evidentes em duas associações de classe da categoria: a Sociedade Beneficente e o Sindicato dos Ferroviários da *GWB*.

## 1.2 A Sociedade Beneficente e o Sindicato dos Ferroviários da *GWB*

Apesar de a análise de sindicatos e sociedades mutualistas ter se tornado uma espécie de clichê entre os historiadores sociais do trabalho, e também por isso alvo de algumas críticas, sua importância não pode ser negada diante de abordagens vanguardistas que despontam no campo. Assim como ocorre com lideranças de categorias, o estudo das organizações de classe rende boas reflexões sobre as ações, projetos, intenções, preocupações e também disputas internas dos trabalhadores.

No caso presente, voltar a atenção à Sociedade Beneficente e ao Sindicato dos Ferroviários permite, também, entender como esses homens se organizavam em torno de suas pautas, como negociavam com a empresa e como resolviam seus próprios conflitos. Assim, compreender como funcionavam as duas entidades e seus propósitos proporciona verificar os passos que esses trabalhadores davam em direção a seus objetivos de forma coletiva, além, obviamente, de jogar luz ao aspecto local e à cultura política que permeiam essas mobilizações, preocupação central deste trabalho.

Criada em 1907, a Sociedade Beneficente dos Ferroviários da *Great Western of Brazil* tinha jurisdição nos quatro estados onde havia instalações da empresa – Alagoas, Paraíba, Rio

Grande do Norte e Pernambuco. O objetivo principal era pagar aos associados pecúnias em casos de doenças dos mesmos e falecimento de esposas, filhos e das genitoras que viviam com eles. O estatuto da Sociedade, reformulado em 1931, também previa a cobertura de custos para os funerais dos sócios que estivessem em dia com o pagamento das mensalidades.<sup>25</sup>

Podiam se associar todos os ferroviários entre 18 e 50 anos, em perfeitas condições de saúde e que tivessem “boa conduta civil e moral”. Eles eram divididos entre os fundadores, efetivos, bem feitores, beneméritos e honorários. Além disso, também formavam dois grupos que gozavam de benefícios distintos de acordo com o valor das contribuições que pagavam mensalmente.

Os sócios da categoria A pagavam mensalidade de quatro mil réis e os da categoria B dois mil réis. Em compensação, se sócios da categoria A ficassem sem condições de trabalhar devido doença recebiam o valor de 130 mil réis. Já os da categoria B, apenas 70 mil réis. Em casos de falecimento das esposas, os associados da categoria A recebiam indenização de 200 mil réis, enquanto os da categoria B eram indenizados com 120 mil réis. O valor das mensalidades era descontado diretamente na folha de pagamento dos ferroviários.

Anualmente a assembleia geral da Sociedade Beneficente dos Ferroviários da *GWB* se reunia em datas preestabelecidas. No primeiro domingo de abril de cada ano os associados eram convocados para a eleição da diretoria e da comissão fiscal e a posse dos eleitos ocorria em 1º de maio. Qualquer sócio podia votar e se candidatar aos cargos por um mandato de um ano. A diretoria era formada por um presidente e um vice-presidente, um tesoureiro e vice-tesoureiro, um orador e vice-orador e três secretários. Já a comissão fiscal era composta por um relator e quatro adjuntos. Ocorriam assembleias gerais também no último domingo de maio e no primeiro domingo de dezembro para a leitura e aprovação dos balanços financeiros.

A associação ainda controlava uma Caixa de Pensões, dedicada aos aposentados, e uma Caixa de Empréstimo, que emprestava o valor de até um salário do beneficiário. A quantia deveria ser paga em 10 prestações quinzenais com um acréscimo de 2% de juros.

No balanço financeiro publicado no *Diário da Manhã*, de 2 de dezembro de 1930, a direção da entidade garantia a receita de mais de 138 contos de réis em seus cofres

---

<sup>25</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Pública e Social de Pernambuco. Prontuário da Sociedade Beneficente de Ferroviários da *Great Western*. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/fun/0/00116/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_fun\\_0\\_0116\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/fun/0/00116/br_peapeje_dpe_prt_fun_0_0116_d0001de0001.pdf) Acesso em 05/02/2023.

(138:928\$120).<sup>26</sup> Em um comunicado publicado no mesmo periódico, na edição de 28 de agosto de 1931, um grupo de ferroviários que disputavam o controle da Sociedade Beneficente afirmava que a entidade tinha 2.500 sócios.<sup>27</sup> Os números indicam que estar à frente da Sociedade Beneficente de Ferroviários da *GWB* significava administrar um montante vultuoso de dinheiro e também exercer alguma influência no meio ferroviário, podendo catapultar uma eventual carreira político-partidária, como ocorreu com alguns dos dirigentes da entidade que lançaram suas candidaturas a vereadores de Jaboatão nas eleições de 1935 pela legenda “Trabalhador, ocupa o teu posto”.

Não por acaso, a direção da associação foi alvo de ferrenhas rivalidades, sendo, inclusive, motivo de pelo menos três dissídios em pouco mais de quatro anos. Os conflitos tomavam as páginas dos jornais e movimentavam a sociedade pernambucana. Em 21 outubro de 1927 o *Diário da Manhã* denunciava que a diretoria da Sociedade cometia atos “irregulares e ilegais”, que causavam prejuízos aos associados.<sup>28</sup> Segundo o jornal, havia rumores de “vultuoso desfalque, no qual estariam implicados vários membros da diretoria”.

A publicação responsabilizava o tesoureiro Luiz Aranda de França Ferreira pelo suposto rombo nas contas e declarava que cerca de 300 associados cobravam da diretoria a convocação de uma assembleia para que os fatos pudessem ser esclarecidos. Diante das negativas dos dirigentes, os sócios convocaram por conta própria o encontro e a desavença se transformou em litígio judicial. A diretoria da Sociedade Beneficente conseguiu na justiça decisão favorável para que a assembleia fosse proibida. Parte dos associados recorreu à Câmara Civil para que pudessem se reunir e deliberar sobre o caso. O jornal concluiu a nota nomeando os diretores responsáveis pelo que chamou de uma “ditadura sui-generis”: Manoel Ferreira da Rocha, Alcides Julio Salles Dutra, Luiz Aranda de França Ferreira e Genuino de Souza Miranda.

Na edição do dia seguinte, o *Diário da Manhã* publicou uma resposta do tesoureiro Luiz Aranda de França Ferreira. Em um espaço curto, ele argumentava que as acusações não tinham fundamento e que eram resultado de uma “campanha de difamação e descrédito” de um grupo

---

<sup>26</sup> Ver Sociedade Beneficente dos Empregados da Great Western. *Diário da Manhã*. Recife, 02 de dezembro de 1930, página 09. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DM1930&pagfis=3074> Acesso em 03/02/2023.

<sup>27</sup> Ver O dissídio entre a directoria e membros da Sociedade Beneficente dos Empregados da Great Western. *Diário da Manhã*. Recife, 28 de agosto de 1931, página 08. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DM1931&pagfis=1940> Acesso em 03/02/2023.

<sup>28</sup> Ver Na Sociedade Beneficente dos Empregados da Great Wstern. *Diário da Manhã*. Recife, 21 de outubro de 1927, página 02. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DM1927&pagfis=1486> Acesso em 03/02/2023.

rival de trabalhadores que faziam oposição à direção da entidade. Também reforçava que o caso havia sido judicializado e que os tribunais decidiriam o desfecho da situação.<sup>29</sup>

No dia 23 do mesmo mês, o jornal voltava ao assunto entrevistando o chefe da carga da Estação de Cinco Pontas e signatário da convocação da assembleia José Manoel de Queiroz. O ferroviário afirmou que o caso era um “escândalo administrativo e financeiro” e que ele e mais seis ferroviários estavam à frente do movimento dissidente. De acordo com ele, 235 sócios inconformados com a situação financeira da associação nomearam uma comissão para tratar do assunto. Queiroz apontava que as principais questões eram desvios de fundos sociais e falta de pagamento de contas da Sociedade. Ele calculava que a exploração dos barracões da *GWB* nas estações Central, Jaboatão e Palmares arrecadava anualmente 800 contos de réis, deixando um lucro mínimo de 10%. Além disso, estimava que a contribuição mensal de dois mil réis paga por aproximadamente 700 sócios e o fornecimento de ordens de calçados aos empregados da estrada de ferro eram mais que suficientes para gerar superávit para a associação.<sup>30</sup>

A sequência de notícias deixa evidente que o *Diário da Manhã* escolheu um lado nessa disputa, tanto pela diferença de tamanho nos espaços cedidos aos dois ferroviários, quanto pela paginação das publicações. A primeira nota em que chamou a diretoria de “ditadura sui-generis” foi impressa na segunda página do jornal, com um grande título “Na Sociedade Beneficente dos Empregados da Great Western”. Já a resposta do tesoureiro acusado de fraude teve bem menos destaque e foi publicada na quarta página de uma edição de oito. Por fim, a entrevista com o ferroviário dissidente foi publicada na primeira página, ocupando quase metade da mesma, com continuação na segunda página. Desta forma, o *Diário da Manhã* criticava duramente a direção da Sociedade Beneficente ao mesmo tempo que apoiava o grupo oposicionista liderado pelo chefe da carga da Estação de Cinco Pontas José Manoel de Queiroz, concedendo mais espaço e destaque para suas alegações.

Importante salientar que o *Diário da Manhã* era propriedade de Carlos de Lima Cavalcanti, interventor de Pernambuco nomeado por Getúlio Vargas após a Revolução de 1930. O jornal havia sido fundado em 1927 por Lima Cavalcanti e seu irmão e sempre expressou os

---

<sup>29</sup> Ver Na Sociedade Beneficente dos Empregados da Great Western. *Diário da Manhã*. Recife, 22 de outubro de 1927, página 04. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DM1927&pagfis=1496> Acesso em 03/02/2023.

<sup>30</sup> Ver O que ocorre na Sociedade Beneficente dos Empregados da Great Western. *Diário da Manhã*. Recife, 23 de outubro de 1927, página 01. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DM1927&pagfis=1501> Acesso em 03/02/2023.

posicionamentos políticos do grupo representado por eles, tanto em seus editoriais como nas abordagens empregadas na produção de notícias.<sup>31</sup>

Por isso, a utilização de o *Diário da Manhã* como fonte de análise para a presente pesquisa foi uma escolha deliberada e consciente no sentido de também examinar as posições do governo de Lima Cavalcanti em relação aos acontecimentos envolvendo a *GWB* em Pernambuco. Desta forma, em última instância, ao verificar que o periódico se posicionava contrariamente à direção da Sociedade Beneficente, podemos considerar que o próprio governo de Lima Cavalcanti nutria alguma objeção aos ferroviários que estavam à frente da entidade naquele momento.

Independentemente de qual seja a razão para a inclinação editorial do jornal, as notícias expõem uma ruptura entre a categoria, algo que ficaria ainda mais explícito alguns anos depois. A conclusão do caso foi registrada pelo *Diário de Pernambuco*, na edição de sete de dezembro de 1927.<sup>32</sup> Segundo o jornal, a assembleia geral finalmente foi realizada em seis de dezembro com autorização da Câmara Civil. No meio dos trabalhos, os dirigentes da entidade abandonaram seus postos e deixaram o local. Os sócios destituíram a direção e elegeram Gavin D. Black como novo presidente. Também foram eleitos Mário Guimarães, para secretário; José Manoel de Queiroz, como adjunto de secretário; Manoel Felipe de Albuquerque Lins, como tesoureiro e Antonio Estevam de Azevedo Filho, como adjunto de tesoureiro. Ainda foram eleitos João Bowen, Mario Guerra e Agripino de Freitas como membros da comissão de contas.

Mas a troca no comando não trouxe estabilidade para a associação. Em novembro de 1930, novamente a direção da Sociedade Beneficente foi destituída, mas desta vez sendo substituída por uma junta provisória interventora. Uma nota assinada pelo 2º secretário Bertholiano Paes foi publicada no *Diário da Manhã* de seis de novembro daquele ano. O jornal informava que uma assembleia geral extraordinária, representando dois terços dos associados, havia sido realizada e por aclamação unânime instalado a junta provisória, “com poderes amplos para receber a tesouraria, todos os haveres da sociedade e fazer sua reorganização inclusive dos estatutos, barracões, etc”.

---

<sup>31</sup> Ver Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cavalcanti-carlos-de-lima> Acesso em 30/10/2023

<sup>32</sup> Ver Diário Social. Diário de Pernambuco. Recife, 07 de dezembro de 1927, página 02. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_10&pesq=Great&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=22134](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_10&pesq=Great&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=22134) Acesso em 05/02/2023.

Sem esclarecer os motivos da intervenção, o jornal apresentava alguns indícios de que os problemas com as finanças e com a gestão da Sociedade Beneficente não haviam sido sanados, tão pouco as desavenças entre os ferroviários estavam apaziguadas. De acordo com a nota, a reunião teve início com uma explanação feita pelo associado Luiz Araújo sobre a situação da entidade e anunciava que a junta provisória realizaria “um rigoroso balanço dos haveres da sociedade que se achavam sob a direção da diretoria destituída”, prometendo em breve publicar na imprensa “uma exposição sucinta e leal da situação da Sociedade Beneficente dos Ferroviários da Great Western”.<sup>33</sup>

A notícia ainda registrava que a assembleia foi “honrada com a presença do exmo. Sr. Dr. Carlos de Lima Cavalcanti, intrépido Presidente Revolucionário do Estado”, sem confessar abertamente aos leitores que o recém empossado interventor de Pernambuco era também o proprietário do jornal.

O registro evidencia que, para além das disputas internas entre os ferroviários, primeiro em 1927 com a judicialização para o controle da entidade e depois em 1930 com a instalação de uma junta provisória interventora que havia destituído a direção, a gestão da Sociedade Beneficente também despertava o interesse da maior autoridade política do estado. Isso demonstra a importância da categoria e da empresa em Pernambuco, fazendo com que Lima Cavalcanti, que havia sido nomeado por Getúlio Vargas interventor do estado há menos de um mês, deixasse seu gabinete em meio aos desdobramentos da Revolução de 1930 para acompanhar uma assembleia de trabalhadores.

A junta provisória administrou a Sociedade Beneficente por poucos meses. Em 22 de fevereiro de 1931 outra diretoria foi eleita com Symphronio José da Silva na presidência e Henrique Accioly Lins da Silva como vice.<sup>34</sup> A nova gestão não afastou os problemas antigos e as denúncias de desvios de verba voltaram a circular entre os ferroviários. No foco dos incidentes estava José Manoel de Queiroz, o mesmo ferroviário que em 1927 havia concedido entrevista ao *Diário da Manhã* acusando a direção de mau uso dos cofres da associação. Naquela ocasião, ele assumiu a função de adjunto de secretário. Passados pouco mais de três

---

<sup>33</sup> Ver Sociedade Beneficente dos Ferroviários da Great Western. *Diário da Manhã*. Recife, 06 de novembro de 1930, página 06. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DM1930&pagfis=2845> Acesso em 03/02/2023.

<sup>34</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Pública e Social de Pernambuco. Prontuário da Sociedade Beneficente de Ferroviários da Great Western. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/fun/0/00116/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_fun\\_0\\_0\\_0116\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/fun/0/00116/br_peapeje_dpe_prt_fun_0_0_0116_d0001de0001.pdf) Acesso em 05/02/2023.



anos, José Manoel de Queiroz voltava aos holofotes questionando novamente a direção eleita da Sociedade Beneficente.

Em 2 de agosto, durante uma assembleia, a confusão entre os sócios foi tamanha que a polícia precisou interromper a sessão por duas vezes. O grupo comandado por José Manoel de Queiroz se retirou da reunião e fez uma votação paralela em outro local, o elegendo presidente. No dia seguinte, José Manoel de Queiroz e seus aliados foram até o escritório da Sociedade Beneficente reivindicando acesso ao cofre social, mas foram impedidos pelo tesoureiro da entidade.

Uma circular de autoria do grupo de José Queiroz publicada na primeira página do *Diário da Manhã* de 28 de agosto de 1931 escancarava o racha. O texto assume que havia uma “indiferença” entre os associados e que cerca de 100 ferroviários que trabalhavam em Jaboatão, Edgard Werneck, escritório do tráfego e contabilidade, em Recife, dominavam a Sociedade Beneficente. A oposição atacava nominalmente o presidente da entidade Symphronio Silva e o vice Henrique Accioly Lins, acusando a gestão de estar “divorciada dos bons princípios desejados”. Também denunciava que os dirigentes desviavam dinheiro para alugueis de trens e hospedagem de apoiadores que chegavam em Recife para lhes garantirem o resultado das eleições, além de outras supostas irregularidades.<sup>35</sup>

Diante das repetitivas e genéricas acusações de desfalque, um outro apontamento merece destaque. Os ferroviários de oposição acusavam a diretoria de estar “comprometendo a Sociedade Beneficente e seus haveres em movimentos subversivos e de caráter anárquico” e cita uma ameaça de greve organizada pela mesma, expondo não só diferenças de ordem administrativa, mas também de caráter político. Esse trecho demonstra que a disputa entre os dois grupos não era motiva apenas por questões financeiras e discordâncias sobre a administração das verbas da Sociedade, mas também em relação às mobilizações coletivas encabeçadas pela direção da associação.

A circular ainda criticava a falta de providência contra o que chamou de “agiotagem” praticada pela *Great Western* contra os empregados de “menor categoria, como limpadores, foguistas, guarda freios, serventes, etc”.

Como proposta, os ferroviários obstinados em destituir a direção eleita sugeriam reformular o estatuto da Sociedade Beneficente afim de garantir a participação ampla dos associados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas nas eleições, e “não

---

<sup>35</sup> Ver O dissídio entre a directoria e membros da Sociedade Beneficente dos Empregados da Great Western. *Diário da Manhã*. Recife, 28 de agosto de 1931, página 08. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DM1931&pagfis=1940> Acesso em 03/02/2023.



somente um pequeno grupo de Jaboatão e Recife”. Para isso, defendiam que para ser considerado eleito e tomar posse como presidente o sócio deveria obter ao menos 1.000 votos.

O comunicado oferece material suficiente para algumas análises interessantes sobre as dissonâncias existentes entre os ferroviários. A primeira remete ao fato de que o grupo de Jaboatão realmente parecia exercer maior ingerência nos assuntos ligados à Sociedade Beneficente, reforçando a característica de cidade ferroviária que abrigava as oficinas da *Great Western*, portanto, o local onde se concentravam os trabalhadores que desempenhavam funções mais braçais, similares ao chão de fábrica. Essa percepção ganha mais veemência ao citarem de forma elitista os limpadores, foguistas, guarda freios e serventes como trabalhadores de “menor categoria”. Basta lembrar que a nota foi escrita pelo grupo de José Manoel de Queiroz, chefe da carga da Estação de Cinco Pontas, enquanto o presidente eleito, Symphronio José da Silva, era caldeireiro. Esses indícios revelam uma rivalidade entre um grupo liderado por um ferroviário que ocupava um cargo de chefia e outro grupo representado por um trabalhador que desempenhava uma das funções mais insalubres da companhia, exposto às altas temperaturas das caldeiras das oficinas de Jaboatão.

No que diz respeito à acusação de a diretoria estar “comprometendo a Sociedade Beneficente e seus haveres em movimentos subversivos e de caráter anárquico”, a afirmação não parece ser apenas uma bravata oposicionista. De acordo com seu prontuário no Dops, o presidente da Sociedade Beneficente Symphronio José da Silva era filiado ao PCB e organizador da célula 27P, usando o pseudônimo de “Cordato”.<sup>36</sup>

Morador da Vila Operária de Cascata – Jaboatão, o caldeireiro foi preso pela primeira vez em 10 de agosto de 1931 como medida de repressão ao comunismo. Em sete de abril de 1932 Symphronio foi novamente preso por “agitar os seus companheiros de ideias extremistas, para perturbar a ordem pública no dia 1º de maio”. Após cinco dias de cárcere, o caldeireiro assinou uma declaração afirmando deixar de ter “compromisso ou responsabilidade com relação a proposta de adesão do Partido Comunista do Brasil” e completa que tal termo de filiação lhe foi entregue pelo “agitador comunista Henrique Acioli Lins”, que era seu vice-presidente na Sociedade Beneficente de Ferroviários da *GWB*.

A querela entre os trabalhadores dos dois setores da *Great Western* voltou à tona em novo comunicado publicado no *Diário da Manhã* em 11 de setembro de 1931, também de

---

<sup>36</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de Symphronio José da Silva. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/00120/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_0120\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/00120/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_0120_d0001de0001.pdf) Acesso em: 05/02/2023.

autoria dos aliados do chefe da carga José Manoel de Queiroz, demonstrando mais uma vez a cooperação do jornal com os interesses do grupo. O texto recorria aos incidentes de 1927 para defender que, na ocasião, foi o grupo liderado por José Manoel de Queiroz o responsável pela “reconstrução econômico-financeira da Sociedade” após destituir a “diretoria que tão criminosamente malbaratava os dinheiros sociais”.<sup>37</sup>

Em tom apelativo e emotivo, o anúncio prosseguia lembrando que no embate de 1927 os trabalhadores das oficinas de Jaboatão viam o grupo de José Manoel de Queiroz como “amigos dedicados e tanto assim que escolheu por unanimidade para diretores da Sociedade, não obstante serem eles empregados e não operários”. Este trecho ressalta ainda mais que os ferroviários lotados nas oficinas, considerados operários, eram vistos como inferiores em comparação aos que trabalhavam em outros setores da companhia em uma perspectiva classista.

A mensagem revela que nas assembleias realizadas em dois e 23 de agosto de 1931, a maioria dos presentes votou contra o afastamento do tesoureiro Godofredo Severiano de Britto, que trabalhava como serralheiro nas oficinas de Jaboatão.

Em outro momento, o comunicado aponta que com “estranha contradição, se organiza nas mesmas oficinas de Jaboatão uma corrente de associados para apoiar uma diretoria que se colocou fora da lei e da moral administrativa”. A conclusão é taxativa:

não cremos, entretanto, que todos os operários se deixem iludir pelo pretexto de que o pessoal dos escritórios está contra eles, pois quando a indiferença operária permitiu o desastre de 1927, foram justamente os ferroviários dos escritórios que procuraram os seus colegas das oficinas para lhes mostrar o perigo.

Todo o comunicado não deixa dúvidas que a disputa do controle da Sociedade Beneficente ia além de denúncias de supostas fraudes em seus cofres, envolvendo também uma rivalidade bastante consolidada entre os empregados que trabalhavam nos escritórios e os operários que trabalhavam nas oficinas de Jaboatão, possivelmente tensionada pela diferença de salários e de condições de trabalho.

A comparação entre os vencimentos de dois dirigentes da Sociedade Beneficente exemplifica bem a questão. Enquanto o vice-presidente Henrique Accioly Lins da Silva ganhava 425\$000 réis mensais em 1935 trabalhando como escriturário,<sup>38</sup> o tesoureiro

---

<sup>37</sup> Ver Sociedade Beneficente dos Ferroviários da Great Western. Diário da Manhã. Recife, 11 de setembro de 1931, página 08. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DM1931&pagfis=2044> Acesso em 03/02/2023.

<sup>38</sup> Ver BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo nº 4.167. Disponível em: <https://arquivoteca.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-4167-1936> Acesso em 24/12/2022 Acesso em 05/02/2023

Godofredo Severiano de Britto recebia 1\$600 por hora, trabalhando como serralheiro<sup>39</sup>. Além da diferença salarial, também deve-se considerar que Henrique Accioly Lins estava exposto a muito menos risco de acidentes laborais trabalhando no escritório da 2ª Divisão do que Godofredo Severiano de Britto como serralheiro nas oficinas.

Em 26 de setembro de 1931 o *Diário da Manhã* noticiou a conclusão do caso. Em uma assembleia com a presença de 524 sócios, os ferroviários decidiram destituir a direção da Sociedade Beneficente e eleger José Manoel de Queiroz para presidente. Além de perderem os cargos de presidente e tesoureiro, Symphonio José da Silva e Godofredo Severiano de Britto também foram eliminados do quadro social da entidade.<sup>40</sup> O fato de a expulsão ter sido aplicada somente aos operários da direção e não ao escriturário Henrique Accioly Lins da Silva, que era vice-presidente da chapa, reforça a percepção de que os empregados dos escritórios gozavam de privilégios sociais que não estavam ao alcance dos ferroviários que trabalhavam nas oficinas.

Os anos seguintes parecem ter sido menos turbulentos com o domínio da Sociedade Beneficente pelo grupo de Jaboatão. Apesar disso, as relações entre os ferroviários não estavam totalmente pacificadas. Uma denúncia feita ao chefe da polícia social em 30 de agosto de 1932 alertava as autoridades que parte dos associados estava sendo perseguida pela direção da entidade por não seguirem “na mesma cartilha comunista que a maioria de seus membros reza”. Em 5 de setembro, diante da inércia policial, o mesmo denunciante encaminhou nova carta à polícia afirmando que a direção da associação era formada por “comunistas de meia tigela” e que os mesmos estavam em “grande atividade”. As duas cartas foram assinadas anonimamente por “um operário”.<sup>41</sup>

As denúncias não causaram maiores desdobramentos e os dirigentes eleitos conseguiram concluir seus mandatos sem grandes dificuldades. A direção eleita em 1933 contava com Francisco Leonízio de Mello como presidente e João Alfredo de Barros Gibson como vice-presidente, além de Godofredo Severiano de Britto, que voltou à função de

---

<sup>39</sup> Ver BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo nº 709. Disponível em: <https://arquivoteca.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-709-1936> Acesso em 05/02/2023

<sup>40</sup> Ver A assembleia geral da Sociedade Beneficente dos Ferroviários da Great Western, ontem, no Theatro Santa Izabel. *Diário da Manhã*. Recife, 26 de setembro de 1931, página 08. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DM1931&pagfis=2162> Acesso em 03/02/2023.

<sup>41</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Pública e Social de Pernambuco. Prontuário da Sociedade Beneficente de Ferroviários da Great Western. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/fun/0/00116/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_fun\\_0\\_0116\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/fun/0/00116/br_peapeje_dpe_prt_fun_0_0116_d0001de0001.pdf) Acesso em 05/02/2023.

tesoureiro da qual havia sido expulso. A gestão ainda era formada por Demócrito Ramos da Silveira como orador e Henrique Accioly Lins da Silva como relator da comissão fiscal.

No ano seguinte os ferroviários foram reeleitos, mas com os membros fazendo um rodízio entre os cargos. Godofredo Severiano de Britto assumiu a presidência, Francisco Leonízio de Mello se tornou 1º secretário, Henrique Accioly Lins da Silva vice-tesoureiro e João Alfredo de Barros Gibson adjunto na comissão fiscal. Demócrito Ramos da Silveira deixou a direção da Sociedade.

A última direção da Sociedade Beneficente eleita antes da insurreição assumiu em abril de 1935 com Joel Felipe de Albuquerque Lins, como presidente, e Antônio Leôncio Feijó de Carvalho, como vice-presidente. Henrique Accioly Lins da Silva, Abelardo Bruno de Lima e Delfino Gentil ocuparam os cargos de 1º, 2º e 3º secretário, respectivamente. Godofredo Severiano de Britto assumiu novamente a tesouraria com João Alfredo de Barros Gibson como seu vice-tesoureiro. Gonçalo Francisco da Silva foi eleito orador e José Francisco de Araújo vice-orador.

Alguns dos ferroviários que participaram da direção da Sociedade Beneficente na primeira metade dos anos 1930 estavam intimamente ligados ao PCB e quase todos foram presos como suspeitos de terem participado da insurreição de novembro de 1935. No entanto, ao contrário do que se possa imaginar, nem todos foram condenados. Alguns sequer chegaram a ser denunciados ao Tribunal de Segurança Nacional, sendo colocados em liberdade após alguns dias de cadeia, enquanto os outros foram sentenciados a 5 anos de prisão e transferidos para Fernando de Noronha, onde cumpririam suas penas.

Francisco Leonízio de Mello, por exemplo, que ocupou a presidência, vice-presidência e 1º secretaria da entidade foi excluído da denúncia e posto em liberdade em junho de 1937. O indulto chama a atenção por sua longa ficha policial. Em seu prontuário no Dops, ele foi definido como um “comunista e agitador”, tendo assinado o pedido de registro do PCB em Pernambuco. Também foi apontado como responsável pela circulação do jornal manuscrito *A flâmula*, escrito no Presídio Especial, e por organizar uma greve em 1931, juntamente com Godofredo Severiano de Britto, que contou com a adesão de 150 ferroviários da *GWB*. A paralisação teria resultado em “depredações e sérios prejuízos àquela empresa”. Francisco Leonízio de Mello ainda foi identificado como secretário da célula comunista 35P. Por fim, ele

foi preso duas vezes em 1935 para averiguação antes de a rebelião de novembro tomar as ruas de Jaboatão.<sup>42</sup>

O ferreiro Manoel Elias, que foi vice-tesoureiro e 3º secretário, também se livrou das grades mesmo tendo assinado o pedido de registro do PCB e participado da célula 19P, além de distribuir “boletins subversivos” em Jaboatão. Após nove dias preso, deixou a cadeia sem ser denunciado como participante da insurreição.<sup>43</sup>

O caldeireiro Gonçalo Francisco da Silva era orador da Sociedade Beneficente em 1935 e também não foi denunciado, mesmo com o histórico de prisões por “motivo de ordem pública” e ter sido registrado com “agitador e comunista” pelo Dops. Chegou a ser preso em abril de 1936, em Alagoas, por exercer “atividades extremistas”, mas ficou detido por apenas seis dias e foi liberado.<sup>44</sup>

Quais motivos fizeram com que esses indivíduos tivessem se livrado da condenação de um tribunal de exceção em meio a escalada do autoritarismo do governo Vargas, que caminhava a passos largos rumo à ditadura do Estado Novo? Por que ferroviários com estes antecedentes foram excluídos da denúncia, sendo que suas fichas policiais eram similares aos dos outros denunciados?

As respostas para essas perguntas podem estar nos depoimentos dos ferroviários que compareceram ao Conselho Penitenciário na qualidade de testemunhas. Em nenhuma das oitivas os nomes de Francisco Leonízio de Mello, Manoel Elias e Gonçalo Francisco da Silva foram associados aos levantes de novembro de 1935. Joel Felipe de Albuquerque Lins e Antônio Leôncio Feijó de Carvalho, que eram presidente e vice-presidente, respectivamente, da Sociedade Beneficente, em 1935, também não foram citados.<sup>45</sup>

---

<sup>42</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Pública e Social de Pernambuco. Prontuário de Francisco Leonízio de Mello. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/00131/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_0\\_0131\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/00131/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_0_0131_d0001de0001.pdf) Acesso em 05/02/2023.

<sup>43</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Pública e Social de Pernambuco. Prontuário de Manoel Elias da Silva. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/02237/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_0\\_2237\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/02237/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_0_2237_d0001de0001.pdf) Acesso em 10/01/2023.

<sup>44</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de Gonçalo Francisco da Silva. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/00109/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_0\\_0109\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/00109/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_0_0109_d0001de0001.pdf) Acesso em: 05/02/2023.

<sup>45</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 1. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR\\_RJANRIO\\_C8/0/APL/0183\\_v\\_01/BR\\_RJANRIO\\_C8\\_0\\_AP\\_L\\_0183\\_v\\_01\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_C8/0/APL/0183_v_01/BR_RJANRIO_C8_0_AP_L_0183_v_01_d0001de0001.pdf) Acesso em 18/12/2021.

Isso demonstra que os depoimentos dos ferroviários que colaboraram com a repressão entregando seus companheiros foram imprescindíveis para condenar os revolucionários. Obviamente, o fato de não terem sido citados nas oitivas não garante que os mesmos não tenham pegado em armas nos dias da revolta. No entanto, a ausência de seus nomes nos depoimentos pode ter assegurado suas liberdades.

Contudo, o que parece ter sido fator determinante para que os ferroviários não acusassem determinados colegas em detrimento de outros aponta para outra organização da categoria: o Sindicato dos Ferroviários da *Great Western*.

O Sindicato dos Ferroviários da *Great Western* foi fundado em 30 de junho de 1931. Sua criação foi registrada pelo *Diário da Manhã* de três de julho daquele ano. O jornal informava que um representante dos operários do Rio de Janeiro estava há dias em Jaboaão para tratar do assunto. Segundo o periódico, a instalação da sede na rua de Santo Amaro, 129, contou com a presença de autoridades locais e de grande número de adesistas. A notícia anunciava a formação da diretoria que organizaria os trabalhos da entidade até a criação dos estatutos com Francisco Raphael Santos na presidência; Manoel Cordeiro Benevides na 1º secretaria; Mariano José de Oliveira na 2º secretaria; Isaias Gomes Salgueiro na tesouraria; Sebastião Eusébio na vice-tesouraria; Ulysses de Arruda e Silva como procurador; e Abelardo Alves Pedrosa como bibliotecário.<sup>46</sup>

A fundação do Sindicato dos Ferroviários cumpria os termos estabelecidos pelo decreto 19.770 de 19 de março de 1931, que implementou o sindicato único, tema já amplamente tratado pela historiografia.<sup>47</sup> Dulce Chaves Pandolfi explica que o dispositivo buscava criar uma “estrutura sindical corporativista na qual patrões e empregados, reunidos nas associações de classe, se transformassem em elementos de sustentação do governo”. A nova legislação estabeleceu que cada categoria seria representada por apenas um sindicato. Apesar de a sindicalização não ser obrigatória, os trabalhadores se viam forçados a virarem membros dos sindicatos reconhecidos pelo Estado para poderem usufruir de direitos trabalhistas.

Num primeiro momento, trabalhadores e patrões resistiram à política trabalhista de Vargas. Mas aos poucos as resistências foram diminuindo. Ao mesmo tempo que

---

<sup>46</sup> Ver Foi fundado, ante-hontem, em Jaboaão, o Syndicato dos Ferroviários da Great Western. *Diário da Manhã*. Recife, 03 de julho de 1931, página 04. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DM1931&pagfis=1490> Acesso em 03/02/2023.

<sup>47</sup> Ver BRASIL. Decreto n°. 19.770. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/d19770.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d19770.htm) Acesso em 05/02/2021.

afastava antigas lideranças operárias, anarquistas e comunistas, comprometidas com a autonomia sindical do passado, o governo estimulava a emergência de novas lideranças que pudessem compactuar com o seu projeto corporativista. (Pandolfi, 2003: 20)

Esse parece ter sido o caso dos ferroviários da *GWB*, pelo menos nos primeiros anos da entidade. Em 17 de janeiro de 1933, João Alfredo de Barros Gibson renunciou ao mandato de delegado do sindicato em uma carta endereçada ao presidente da entidade. Ele alegava que a diretoria não estava correspondendo à “expectativa da coletividade”.

As razões que fizeram com que Gibson renunciasse ao seu posto no sindicato podem estar na indiferença com que a entidade tratou de reclamações dos ferroviários sobre promoções realizadas na empresa. Em 10 de janeiro de 1933, Gibson recebeu uma carta de um ferroviário chamado José Carvalho. Ele afirmava que trabalhava na *Great Western* há 16 anos, tendo ocupado os cargos de telegrafista, conferente e agente de 3ª classe com funções no escritório do tráfego. José relatava que, com a criação do serviço de Controle, havia sido sondado pela empresa para assumir o cargo de controlista de 3ª classe, com melhora de vencimentos. Ele explicava que, naturalmente, aceitou a proposta, mas foi surpreendido com a notícia de que a comissão criada para apresentar os candidatos ao cargo havia escolhido “meia dúzia de pessoas, aliás, gente muito mais recente do que eu”.

Ele desabafava que

como chefe de família, necessitando de ganhar melhor o meio de subsistência, além de empregado mais velho, sinto-me contristado com o critério adotado, nomeando-se empregados muito mais novos deixando ficarem no esquecimento todos aqueles que fazem jus a uma melhora, mormente, no atual momento em que se apregoa a justiça, porém que quanto a minha pessoa essa justiça, se não me engano, falhou.

A insatisfação com as progressões de carreira está presente em outra carta de 12 de janeiro, assinada por um tal Edmundo que, infelizmente, teve o sobrenome escrito de forma ilegível no documento analisado. Ele alegava ter 26 anos de serviço e meses de trabalho sem interrupção e dizia-se “prejudicado com a promoção do colega José Gonçalves Cidreira”. O ferroviário, que trabalhava no 3º escritório, expunha que havia sido indicado pela comissão como merecedor da promoção, o que não ocorreu. Segundo ele, “as competências e aptidões demonstradas durante os nossos longos tirocínios não foram bem julgadas”.

Tibúrcio A. Bezerra de Menezes foi além e pediu a desfiliação do sindicato diante da insatisfação que sentia. Em sua carta endereçada ao presidente da entidade e aos membros da diretoria, ele afirmava que o Sindicato dos Ferroviários da *Great Western* estava fugindo à sua finalidade, “tanto assim que na última e tumultuosa sessão primou pela mais completa anarquia

e desordem, com retaliações da vida privada dos figurões que justamente preponderaram no seu seio”.

O ferroviário apontava que a entidade estava “se tornando uma propriedade privada de ½ dúzia de apaixonados” e que “alguns membros da diretoria e seus representantes só trabalham visando interesses pessoais, e portanto, pouco honestos, pois prejudicam os interesses da coletividade, pela qual eles têm o dever de defender”.

Sem amenizar as palavras, ele considerava que alguns diretores e representantes não tinham “compostura moral para defender os interesses sempre esbulhados dos sindicalizados” e que o sindicato não tinha conseguido promover nenhuma medida de proveito coletivo, “cuja ação tem sido de promessas e tapeações”. Ele debochava de alguns delegados que exibiam “merecer a confiança da administração da *Great Western*” e que foram apelidados pelos companheiros de “cale boca, o que vem torná-los incompatíveis com as suas funções de delegados”. A carta de Tibúrcio não está datada, mas está anexada junto com as demais no prontuário do Dops de João Alfredo de Barros Gibson.<sup>48</sup> Após receber as reclamações dos ferroviários e decidir entregar o cargo de delegado do Sindicato, João Alfredo de Barros Gibson seguiu participando da Sociedade Beneficente da *GWB* como vice-tesoureiro na direção do biênio 1935/1936.

Talvez as três cartas dos ferroviários insatisfeitos com o posicionamento do sindicato sejam ínfimas diante da numerosa quantidade de trabalhadores sindicalizados. No entanto, elas demonstram que, em meados dos anos 1930, alguns ferroviários avaliavam que o sindicato não estava defendendo os interesses de parte da categoria e parecia ter adotado uma atuação subserviente em relação à administração da empresa, provavelmente como reflexo da Lei do Sindicato Único. Mas isso mudaria com a eleição da diretoria de 1935-1938.

Por volta de 1933, o Sindicato dos Ferroviários da *GWB* afirmava ter 4.682 membros, sendo que quais de 3.500 trabalhavam em Pernambuco. (Levine, 1980: 218) Naturalmente, muitos destes ferroviários participavam tanto das atividades do Sindicato quanto da Sociedade Beneficente, uma vez que as duas entidades tinham objetivos distintos. Enquanto a primeira era voltada inicialmente à mobilização por melhores condições de trabalho e salários, a segunda se tratava de uma associação mutualista, que se dedicava ao pagamento de auxílios e benefícios relacionados à segurança social e da saúde.

---

<sup>48</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de João Alfredo de Barros Gibson. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/01953/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_01953\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/01953/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_01953_d0001de0001.pdf) Acesso em: 05/02/2023.



Em 2 de fevereiro de 1935 o *Diário da Manhã* noticiava a eleição da direção do Sindicato dos Ferroviários para o mandato do triênio 1935-1938. Antônio Leôncio Feijó de Carvalho foi eleito presidente; Francisco Leonízio de Mello, secretário; Manoel Elias da Silva, tesoureiro; José Alves Pedrosa, 2º secretário; Gonçalo Francisco da Silva, 2º tesoureiro; Manoel de Sousa Rolim, delegado geral; João Alfredo de Barros Gibson, arquivista; e José Vicente de Souza Monte como bibliotecário.<sup>49</sup> Destes, apenas José Alves Pedrosa e Manoel de Sousa Rolim não haviam ocupado algum cargo de direção na Sociedade Beneficente entre 1930 e 1935. Desta forma, alguns ferroviários participavam da administração de ambas entidades.

Porém, após a insurreição, os dirigentes das duas organizações parecem ter sido tratados de maneiras distintas pelas forças de segurança. Na documentação aqui analisada, fica evidente que a repressão perseguiu com mais afinco os ferroviários que tinham vínculos mais sólidos com a Sociedade Beneficente, enquanto agiu de forma mais branda com os representantes do sindicato. Prova disso é a existência de um prontuário aberto no Dops especificamente para acompanhar as atividades da Sociedade Beneficente, enquanto o mesmo tipo de documento não foi encontrado com relação ao sindicato. Isso parece estar relacionado intimamente aos depoimentos dos ferroviários.

Dos oito dirigentes do sindicato eleitos em 1935, apenas o arquivista João Alfredo de Barros Gibson foi condenado por envolvimento na insurreição. Ele foi apontado por quatro ferroviários – um deles empregado aposentado da *GWB* – e um comerciante de ter andando armado de fuzil pelas ruas de Jaboatão durante a revolta. Na época ele também era vice-tesoureiro na Sociedade Beneficente.

O 2º secretário do sindicato José Alves Pedrosa, o Zé Bedéu, também foi acusado por duas testemunhas de ter pegado em armas. Ele chegou a ser preso e julgado, mas foi absolvido pelo TSN. O caso de José Alves Pedrosa demonstra a relevância que os depoimentos tiveram durante o processo. Nenhuma das duas testemunhas que o acusaram eram ferroviários – uma foi o auxiliar do comércio Humberto Padilha de Lima e o outro Marcelino Ferreira Guimarães, que não teve a profissão especificada.<sup>50</sup> Provavelmente, se tivesse sido incriminado por ferroviários, o destino de Zé Bedéu seria diferente.

---

<sup>49</sup> Ver Sindicato dos Ferroviários da Great Western. *Diário da Manhã*. Recife, 02 de fevereiro de 1935, página 04. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DM1935&pagfis=415>  
Acesso em 03/02/2023.

<sup>50</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 1. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR\\_RJANRIO\\_C8/0/APL/0183\\_v\\_01/BR\\_RJANRIO\\_C8\\_0\\_APL\\_0183\\_v\\_01\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_C8/0/APL/0183_v_01/BR_RJANRIO_C8_0_APL_0183_v_01_d0001de0001.pdf) Acesso em 18/12/2021.

Antônio Leôncio Feijó de Carvalho, que era presidente do sindicato e vice-presidente da Sociedade Beneficente, não foi apontado por nenhuma testemunha de envolvimento com os sediciosos. Sequer foram encontrados registros de prisão dele no Dops, o que indica que provavelmente ele nem foi detido. Prova disso é que o *Diário da Manhã* de 3 de abril de 1936 publicou um chamamento público da Sociedade Beneficente dos Ferroviários da *Great Western* convocando uma assembleia geral ordinária para a eleição da nova diretoria. Quem assinou o comunicado como secretário interino foi Antônio Leôncio Feijó de Carvalho, demonstrando que, além de não estar preso, o ferroviário ainda participava das atividades da entidade, ocupando o cargo que pertencia a Henrique Accioly Lins da Silva, que naquele momento estava sendo procurado pela polícia.<sup>51</sup>

O delegado geral do sindicato Manoel de Sousa Rolim e o bibliotecário José Vicente de Souza Monte também não foram citados nos depoimentos colhidos durante as investigações e, conseqüentemente, não foram denunciados ao Tribunal de Segurança Nacional. Apesar de não terem sido condenados a prisão, Francisco Leonízio de Mello, José Vicente de Souza Monte e Gonçalo Francisco da Silva foram demitidos da empresa em fevereiro de 1936 “acusados de comunistas”, após autorização do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.<sup>52</sup> Manoel Elias também foi demitido após decisão do Conselho Nacional do Trabalho.<sup>53</sup>

Portanto, ao que tudo indica, os empregados da *GWB* que foram ouvidos pelas forças de segurança direcionaram as acusações contra os dirigentes que pertenciam somente à Sociedade Beneficente, enquanto os ferroviários que tinham alguma relação com o sindicato foram poupados. Desta forma, os dirigentes do sindicato conseguiram sair praticamente imunes da devassa feita pela polícia nas semanas posteriores aos levantes.

Um motivo que pode explicar esse comportamento dos ferroviários está no resultado da greve que antecedeu a insurreição. Após 12 dias de mobilização, a paralisação chegou ao fim em 11 de novembro de 1935 com o reajuste de 30% nos salários de todos os ferroviários, independentemente de suas funções. Isso representou um ganho substancial para toda a

---

<sup>51</sup> Ver Sociedade Beneficente dos Ferroviários da Great Western. *Diário da Manhã*. Recife, 03 de abril de 1936, página 09. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DM1936&Pesq=sociedade&pagfis=1305> Acesso em 03/02/2023.

<sup>52</sup> Ver BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo nº 4.167. Disponível em: <https://arquivoteca.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-4167-1936> Acesso em 05/02/2023.

<sup>53</sup> Ver BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo nº 4.166. Disponível em: <https://labor-arq.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-4-166-1936> Acesso em 05/02/2023.

categoria e agradou tanto o pessoal dos escritórios, quanto os trabalhadores das oficinas. À frente das negociações com a empresa e estava Antônio Leôncio Feijó de Carvalho, presidente do sindicato.

Dez dias após o encerramento da greve, estourou a revolta no 29º Batalhão de Caçadores de Pernambuco, ganhando apoio de alguns empregados da *GWB*. Independentemente da efetiva participação dos dirigentes do sindicato na insurreição, não é necessário grande esforço para deduzir que os ferroviários não iriam acusar nominalmente seus companheiros que foram responsáveis por garantir um aumento de 30% em seus vencimentos.

Durante o julgamento dos revolucionários, alguns ferroviários que estavam presos acusaram a *GWB* de induzirem e coagirem empregados a denunciarem seus colegas de trabalho em troca de promoções. Verdade ou não, o certo é que os ferroviários que compareceram ao Conselho Penitenciário não concentraram seus depoimentos contra os dirigentes do sindicato. Isso demonstra que esses trabalhadores estavam mais interessados com questões locais e trabalhistas do que propriamente com causas revolucionárias e a política macro de Vargas.

De uma forma ou de outra, tanto o Sindicato dos Ferroviários quanto a Sociedade Beneficente não resistiram muito tempo à arbitrariedade do Estado varguista. O primeiro a sucumbir foi o sindicato. O *Diário da Manhã* de 3 de março de 1936 noticiava que a entidade havia deixado de ser reconhecida pelo Estado como legítima representante da categoria. A nota informava que a Inspeção Regional do Trabalho de Pernambuco havia notificado a decisão à superintendência da *GWB*. Segundo o jornal, com a decisão do ministro do trabalho de cancelar a carta de reconhecimento, deixava de existir “para todos os efeitos, esse sindicato que tomou parte tão saliente no movimento comunista de novembro último”.<sup>54</sup>

Pouco mais de dois anos depois, foi a vez da Sociedade Beneficente dos Ferroviários da *Great Western* chegar ao fim. Em 10 de julho de 1938, a associação foi dissolvida e substituída pela Cooperativa Beneficente dos Ferroviários da *Great Western*, que tinha praticamente as mesmas causas e objetivos.<sup>55</sup> Antônio Leôncio Feijó de Carvalho, o mesmo

---

<sup>54</sup> Ver Deixou de ser reconhecido o Sindicato dos Ferroviários da Great Western. *Diário da Manhã*. Recife, 03 de março de 1936, página 16. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DM1936&Pesq=sociedade&pagfis=842> Acesso em 03/02/2023.

<sup>55</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário da Cooperativa Beneficente dos Ferroviários da Great Western. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/fun/0/00254/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_fun\\_0\\_0254\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/fun/0/00254/br_peapeje_dpe_prt_fun_0_0254_d0001de0001.pdf) Acesso em 05/02/2023.

que presidia o sindicato durante a grande greve que antecedeu a insurreição, era gerente do Conselho Administrativo da nova entidade.

Todas essas situações envolvendo as duas entidades demonstram como a insurreição de novembro de 1935 não pode ser vista como uma tábula rasa, muito menos como um ato improvisado ou tresloucado dos revolucionários. Havia um lastro político complexo e conflituoso no contexto local que afetava diretamente os ferroviários da *GWB*, mais até do que qualquer preponderância nacional ou internacional. A imprensa local, por exemplo, já propagava certa hostilidade contra os trabalhadores que mais tarde participariam da revolta. Essas características são importantes para entender os motivos que levaram parte dos ferroviários a aderirem à tentativa revolucionária.

Indiferente das atividades desempenhadas dentro das duas associações, alguns ferroviários aparecem nas fontes analisadas com maior destaque que outros, tendo seus nomes associados às organizações da categoria por melhores condições de trabalho e também à mobilização em torno das ações programadas pelo PCB. Por esses motivos, correndo todo o risco de arbitrariedade e injustiças inerente à pesquisa, alguns desses trabalhadores serão identificados como lideranças entre os ferroviários daquele contexto, tanto por suas atuações na Sociedade Beneficente e no Sindicato, quanto fora delas.

### 1.3 Lideranças ferroviárias

Em março de 1936, a *Great Western of Brazil Railway* encaminhou inquérito administrativo ao Conselho Nacional do Trabalho solicitando permissão para demitir um escriturário por abandono de emprego. O documento foi enviado após o empregado ausentar-se das funções por 118 dias consecutivos. Em pouco mais de 70 páginas, o processo detalha a abertura de inquérito administrativo pela empresa para investigar as causas do desaparecimento, a formação de uma comissão para apurar as circunstâncias e as tentativas frustradas de comunicar o acusado de que era alvo de um processo administrativo, inclusive por meio de jornais e visitas à sua residência. O processo correu à revelia do escriturário e, antes da conclusão, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio autorizou a demissão após as inúmeras tentativas de contato da estrada de ferro.

Processos de desligamento por abandono de emprego como o supracitado eram, relativamente, comuns na década de 1930 no Brasil. Das 64 ações em que a *The Great Western* consta como parte, entre 1933 e 1940, no CNT, a maior parte refere-se a abandono de emprego, em que os funcionários simplesmente desapareciam e não eram encontrados sequer para serem

notificados pela companhia. No entanto, algumas destas circunstâncias evidenciam bem mais do que simples litígios trabalhistas.

Este é o caso do tal escriturário, que dizia-se ser um “conhecido agitador comunista” e que teria tomado “parte ativa na revolta de Novembro”. Após o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ter autorizado a demissão, o CNT foi comunicado pela Secretaria de Segurança Pública do estado de Pernambuco, que o empregado estava recolhido no Presídio Especial de Recife por “ter ficado provada a sua participação no movimento extremista irrompido” naquele estado. O ferroviário em questão tratava-se de Henrique Accioly Lins da Silva, acusado de ter pegado em armas na tentativa de derrubar o governo de Getúlio Vargas em novembro de 1935.<sup>56</sup>

Filho de José Ignacio da Silva e Candida Accioly Lins da Silva, Henrique Accioly Lins da Silva nasceu em 15 de março de 1897 em Ribeirão, povoado que pertencia ao município de Gameleira, cerca de 100 quilômetros de Recife. Além do sobrenome italiano, herdou da família a pele branca, os olhos esverdeados e o cabelo castanho crespo, fruto de uma “amalgama de raças: italiano, holandês e português”, conforme ele mesmo explicou em uma entrevista concedida a um jornal do PCB em 29 de setembro de 1979, quando já tinha 82 anos.<sup>57</sup>

Na mesma entrevista afirmou que aos 14 anos começou a ter “certa consciência social”. Já morando no bairro de Tegipió, na capital pernambucana, ingressou nos quadros da *GWB* aos 17 anos para substituir um condutor da companhia por dois dias e acabou sendo efetivado na função, em 13 de novembro de 1914.

Sua ficha profissional sugere que o jovem não desempenhava seus afazeres com muito afinco, tendo recebido 10 multas até 1921 por diversas falhas, como demora na entrega de remessa de mapas, esquecimento das chaves do desvio da ferrovia em outra cidade, falhas no controle de carroças e trens, erros na entrega do livro do ponto e até o extravio de um farol. As penalidades lhe causaram uma dívida que só foi quitada em 1929, quando se tornou escriturário de 3ª classe. No ano seguinte foi promovido a escriturário de 2ª classe.

Filiou-se ao PCB em 1928 por meio de uma proposta que lhe foi entregue por outro ferroviário da companhia inglesa chamado Manoel Amâncio de Macedo, demonstrando mais

---

<sup>56</sup> Ver BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo nº 4.167. Disponível em: <https://arquivoteca.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-4167-1936> Acesso em 05/03/2022.

<sup>57</sup> SILVA, Henrique Accioly Lins da: depoimento [set. 1979]. Entrevistador: Jarbas Silva Marques. Rio de Janeiro: 1979. Acervo particular.

uma vez a aceitação e o apelo que o partido tinha entre os trabalhadores da empresa. Ambos foram demitidos da estrada de ferro em 17 de fevereiro de 1936 após autorização do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Nos primeiros anos da década de 1930, Henrique Accioly Lins da Silva começou a despontar como uma liderança ferroviária, principalmente a partir de sua atuação na Sociedade Beneficente dos Ferroviários da *Great Western*. Em 1931 o escriturário era vice-presidente da entidade e passou a conquistar alguma notoriedade entre seus companheiros.

Ao mesmo tempo que se firmava como um expoente da categoria, se tornava também foco de preocupação da empresa. Tanto que em setembro de 1931, ele foi transferido de Recife para João Pessoa, na Paraíba. Henrique Accioly tentou alterar o destino solicitando sua ida para Maceió, em Alagoas, mas a empresa manteve a decisão e o enviou para a capital paraibana.

O mesmo aconteceu com outra liderança ferroviária, também integrante da direção da Sociedade Beneficente. Em um ofício de 20 de novembro de 1931, a associação atendeu uma solicitação verbal da Secretária de Segurança Pública de Pernambuco que questionava os nomes e locais onde residiam os seus dirigentes. O documento mostra que o 2º secretário Godofredo Severiano de Britto estava morando em Natal, Rio Grande do Norte.<sup>58</sup> Ao contrário de Henrique Accioly, a transferência de Godofredo não consta na ficha profissional do serralheiro.

Godofredo Severiano de Britto nasceu em 8 de novembro de 1900 e começou a trabalhar na estrada de ferro em 1921 como serralheiro.<sup>59</sup> De pele escura e cabelo crespo, o ferroviário alcançou projeção entre os companheiros participando da diretoria da Sociedade Beneficente em diversas gestões, sempre ocupando cargos na tesouraria da entidade. Também foi secretário geral da União Geral dos Trabalhadores do Rio Grande do Norte, fez parte da Frente Única Proletária de Pernambuco, filiou-se à ANL e foi membro de diversas comissões do Comitê Regional do PCB e da célula 19P, usando o codinome de Cleto.<sup>60</sup>

Em uma batida policial em sua casa foram apreendidos livros como o *Manifesto comunista*, de Karl Marx e Friedrich Engels, *Princípios do comunismo*, de Friederich Engles;

---

<sup>58</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Pública e Social de Pernambuco. Prontuário da Sociedade Beneficente de Ferroviários da Great Western. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/fun/0/00116/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_fun\\_0\\_0116\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/fun/0/00116/br_peapeje_dpe_prt_fun_0_0116_d0001de0001.pdf) Acesso em 05/02/2023.

<sup>59</sup> Ver BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo nº 709. Disponível em: <https://arquivoteca.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-709-1936> Acesso em 10/01/2023

<sup>60</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de Godofredo Severiano de Britto Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/00184/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_0184\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/00184/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_0184_d0001de0001.pdf) Acesso em 10/01/2023

*Socialismo utópico e socialismo científico*, também de Engles; *No caminho da insurreição*, de Vladimir Lênin; *ABC do comunismo*, de Nicholai Bukharin e Evgeni Preobrajenski, entre outros de conteúdo similar.

Ao ser informado que seria transferido para Natal “pela administração burguesa da Companhia *Great Western*”, comunicou o Comitê Regional do PCB que não poderia mais exercer suas atividades nas comissões que integrava e solicitou aos “camaradas” as credenciais para se apresentar ao partido no Rio Grande do Norte.

O motivo das transferências de Godofredo e Henrique Accioly está relacionado à influência que ambos desempenhavam entre os ferroviários e isso fica evidente ao analisarmos os documentos do Dops. Em 10 de agosto de 1931 Godofredo Severiano de Britto e o presidente da Sociedade Beneficente dos Ferroviários da *GWB* Symphonio José da Silva foram presos. No dia seguinte Francisco Leonízio de Mello também foi detido por “haver tomado parte saliente na greve dos Ferroviários da *Great Western*”. De acordo com o registro policial, Francisco Leonízio,

juntamente com o operário Godofredo Severiano de Brito, fez convocar uma reunião que se realizou ao ar livre, em Areias, junto ao almoxarifado da G.W. onde compareceram cerca de 150 ferroviários, ficando deliberado que os mesmos se declarassem em greve, o que aconteceu, redundando em depredações e sérios prejuízos àquela empresa.<sup>61</sup>

A paralisação registrada no prontuário de Francisco Leonízio de Mello e que motivou as prisões e transferências de algumas lideranças ferroviárias foi noticiada pelos jornais de Recife com grande repercussão. O *Diário de Pernambuco* dedicou quase a capa inteira da edição de 11 de agosto de 1931 ao que chamou de “deploráveis sucessos em que elementos subversivos estão tentando envolver nossas classes trabalhadoras”. Claramente contrário à ação dos ferroviários, o jornal avaliava que a parede nada tinha “duma legítima reclamação das classes trabalhadoras. Inteiramente anônimo; sem responsáveis, sem nenhum objetivo definido, ninguém sabe sequer o que pretende”.<sup>62</sup>

O periódico dava conta que o foco das manifestações eram as oficinas de Edgar Werneck e Jaboatão. Além disso, relatava que os cabos telegráficos haviam sido cortados,

---

<sup>61</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Pública e Social de Pernambuco. Prontuário de Francisco Leonízio de Mello. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/00131/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_0131\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/00131/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_0131_d0001de0001.pdf) Acesso em 05/02/2023.

<sup>62</sup> Ver A greve do pessoal do tráfego da Great Western. *Diário de Pernambuco*. Recife, 11 de agosto de 1931, página 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_11&Pesq=great&pagfis=4182](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_11&Pesq=great&pagfis=4182) Acesso em 14/02/2023.

interrompendo a comunicação entre as estações, e que parafusos das ligações dos trilhos tinham sido afrouxados.

Essas depredações se tornariam táticas constantes em situações que os ferroviários pretendiam demonstrar a firmeza de suas reivindicações. As mesmas práticas seriam aplicadas na grande greve de início de 1935, semanas antes do início do levante. Ao cortar os cabos telegráficos e sabotar os trilhos, os grevistas conseguiam ao mesmo tempo impedir o funcionamento de duas áreas importantes para a cidade: o transporte e a comunicação.

Com isso, eles despertavam não só a atenção das autoridades para suas reivindicações, mas também de toda a população, que em alguns casos, poderia se mostrar solidária às causas grevistas. Portanto, negociar com a categoria significava que a empresa e as autoridades deveriam estar conscientes do poder de mobilização e também do dano que esses trabalhadores poderiam causar se não tivessem suas demandas minimamente atendidas. Provocar a insatisfação dos ferroviários poderia causar prejuízos financeiros e desgastes políticos grandes para a companhia, para os trabalhadores, para a população e também para as autoridades.

Ainda de acordo com a manchete, apesar de os serviços estarem completamente paralisados em Pernambuco, os outros estados atendidos pela *Great Western* não haviam sido afetados. Essa informação reforça que se tratava de um movimento local, já que uma greve de toda a categoria, ainda que iniciada nas oficinas de Pernambuco, fatalmente ecoaria em Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte.

A equipe de reportagem de o *Diário de Pernambuco* percorreu as estações Central, Cinco Pontas, Brum, Afogados, Tigipió e Jaboatão. No trajeto, entrevistou diversos ferroviários, tanto operários quanto funcionários mais graduados, mas “nem um só sabia informar a causa da greve nem a sua extensão”. Ao chegar em Jaboatão, encontraram uma cidade movimentada com muita gente nas ruas, soldados se deslocando em todas as direções e com a plataforma de trens ocupada por curiosos.

Sem conseguir informações sobre a origem da greve, os repórteres se dirigiram à delegacia de polícia da cidade, onde encontraram o 2º delegado da capital, Reis Lisbôa. Ele informou que havia sido efetuadas algumas prisões e que o movimento grevista “parecia ter caráter comunista”. O delegado também declarou que “dos detidos, nem um só confessava a sua participação nos atos de sabotagem contra a linha telegráfica, atribuindo-os a inimigos da classe empenhados em comprometer o êxito do movimento”. A reportagem registrou que o prédio estava repleto de soldados, “para mais de 150 talvez, todos armados de fuzil”.

Apesar das acusações de que a greve era ilegítima e do esforço em convencer os leitores de que se tratava de um movimento infundado, o periódico revela uma possível motivação



curiosa para agitação dos ferroviários. De acordo com o *Diário de Pernambuco*, a greve de agosto de 1931 não estava relacionada à luta por melhores condições de trabalho ou salários, mas, sim, à demissão de um ferroviário.

Após deixarem a delegacia de polícia, os repórteres conseguiram entrevistar o engenheiro José Apolinário de Oliveira, chefe geral do movimento da *GWB*. Ao defender que a paralisação era obra de um pequeno grupo de ferroviários, o engenheiro confessou que o pretexto da greve teria sido a dispensa

dum escriturário da secção que dirijo, por motivos aliás de ordem econômica. Pelo menos foi isto que alegou, pleiteando a volta desse funcionário ao serviço, em ofício dirigido ao superintendente da companhia A. B. Fellows, uma pretensa União dos Ferroviários que não tem existência legal.

A boa prática jornalística instintivamente induziria qualquer repórter, ainda que em início de carreira, a questionar o nome do escriturário demitido. Além disso, ao colocar a possível motivação da greve no encerramento da reportagem, o jornal infringiu a configuração básica do texto jornalístico em que as informações principais do assunto abordado devem estar explícitas logo nas primeiras linhas.

Isto exposto, é provável que os repórteres tenham descoberto a identidade do empregado demitido, mas deliberadamente não publicaram essa informação por pressão da empresa, determinação da polícia ou orientação editorial do jornal. Talvez os três. Presume-se que não fosse de interesse das autoridades locais publicizar a identidade de um ferroviário que teria motivado uma paralisação da categoria em protesto por sua demissão, concedendo-lhe, assim, ainda mais destaque.

De qualquer forma, impressiona que a dispensa de um único trabalhador tenha desencadeado um movimento capaz de interromper todo o tráfego da *GWB* em Pernambuco e mobilizado dezenas de soldados fortemente armados para restabelecer a ordem no estado.

Se o *Diário de Pernambuco* se furtou em publicar o nome do tal ferroviário, o *Diário da Manhã* não foi tão comedido em esconder a sua identidade. Seguindo o mesmo tom de seu concorrente, o *Diário da Manhã* de 11 de agosto de 1931 decretou que o movimento não tinha “objetivos conhecidos e razoáveis”. A capa da edição foi quase toda voltada aos desdobramentos da greve, que de acordo com o periódico, “surgiu quase de surpresa, pretendendo paralisar a vida do estado e lançar um germe perigoso de desordem social”.<sup>63</sup>

---

<sup>63</sup> Ver O movimento grevista que rebentou ante-hontem nesta cidade. *Diário da Manhã*. Recife, 11 de agosto de 1931, página 01. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DM1931&pagfis=1793> Acesso em 05/03/2023.

Bravatas à parte, o jornal publicou uma entrevista com o superintendente da *Great Western* A. B. Fellows. O gestor declarou que as causas determinantes da parede se prendiam “a demissão do empregado do movimento Lourival da Motta Cabral que foi admitido em 1929 no quadro extra-numerário do pessoal do tráfego, a título provisório portanto”.

Ele contou que no dia 9 estava em seu escritório quando foi comunicado que uma comissão de empregados solicitava uma reunião. Pensando tratar-se de representantes do sindicato, permitiu a entrada dos trabalhadores, mas foi surpreendido por um grupo de ferroviários que diziam pertencer à União Geral dos Operários Ferroviários da *Great Western*, entidade até então desconhecida do superintendente.

Fellows relatou que os empregados pleitearam a reintegração de Lourival da Motta Cabral ao serviço. O superintendente, então, explicou aos trabalhadores que o escriturário não tinha o “tempo de serviço necessário para a sua garantia no cargo, em vista de contar pouco mais de dois anos na empresa”. O gestor justificou que a companhia passava por um “estado precário” em consequência da crise econômica mundial da época e que a *GWB* se via obrigada “a queimar lenha nas suas locomotivas, aumentando para esse fim o pessoal dessas máquinas e reduzindo, na medida do possível, os empregados de outras secções”.

Na sequência da entrevista, a reportagem prosseguia com o posicionamento de alguns trabalhadores que haviam aderido à paralisação. De acordo com os grevistas a demissão não poderia ter ocorrido por medida de economia, pois a vaga aberta com a demissão fora preenchida com dois empregados novos. A greve durou três dias e foi encerrada sob forte repressão policial sem quem o ferroviário fosse reintegrado.

Independentemente das circunstâncias que motivaram a demissão de Lourival da Motta Cabral, é surpreendente que um ferroviário gozasse de tamanha estima entre os companheiros ao ponto de sua dispensa provocar uma greve de proporções como as relatadas nos jornais da época. O escriturário representava, portanto, uma grande liderança ferroviária daquele contexto e a mobilização rompida por sua demissão simbolizava a organização e união desses trabalhadores, revelando uma rede de cumplicidade sólida.

A extensão do prontuário de Lourival da Motta Cabral no Dops confirma sua posição de líder e indica o empenho da polícia política em produzir uma documentação consistente contra o ex-ferroviário. Em 175 páginas, Cabral é descrito como um “agitador de ideias

comunistas”, tendo pertencido à ANL e assinado o pedido de registro do PCB, utilizando o pseudônimo de Joffre para os assuntos do partido.<sup>64</sup>

Filho de Manoel da Mota Cabral e Flora Rosa do Nascimento Cabral, o ex-ferroviário era pernambucano, branco, tinha os cabelos escuros lisos e olhos castanhos escuros. Não há registro de sua data de nascimento, mas em novembro de 1931, quando foi preso pela primeira vez, Lourival da Motta Cabral tinha 25 anos, tendo nascido, provavelmente, em 1906.

Contraditoriamente ao que se possa imaginar, sua primeira detenção não está relacionada à greve dos ferroviários deflagrada após sua demissão. Afinal, como iriam reagir os grevistas ao saberem que, além de ter sido demitido, o seu companheiro também estaria atrás das grades? Uma prisão naquela situação certamente inflamaria o movimento paredista e alçaria Lourival da Motta Cabral a mártir da categoria.

A prisão só ocorreu alguns dias após o encerramento da paralisação, quando Cabral foi detido pelo envolvimento no “movimento subversivo” ocorrido em Pernambuco em 29 e 30 de outubro do mesmo ano, quando ele trabalhava como comerciante.

O movimento em questão foi um levante militar protagonizado pelo 21º Batalhão de Caçadores, situado em Recife na época, contra o interventor de Pernambuco, Lima Cavalcanti. O episódio contou com a participação de alguns civis e ocasionou a troca entre o 21º BC e o 29º BC, que ficava em Natal. Não por coincidência, os dois batalhões foram os mesmos que se levantaram em novembro de 1935 dando início à insurreição, demonstrando que a insurreição comunista tinha raízes bem mais profundas em Pernambuco do que uma quartelada pode nos levar a crer.

Por ter tomado parte na revolta, Lourival da Motta Cabral passou mais de um ano na cadeia, tendo sido anistiado e colocado em liberdade em quatro de março de 1933. Sua passagem pela prisão “ensejou bastante preocupação da parte da administração do diretor da Casa de Detenção e das autoridades policiais”, tendo participado de insubordinações e motins. (Britto, 2019: 178) Após ter sido solto, o ex-ferroviário manteve relações com os presos comuns que havia conhecido no cárcere, indo visita-los com relativa frequência.

Lourival da Motta Cabral, líder ferroviário e com ascendência no meio operário do Recife, parece ter tido menos dificuldade em mirar os presos comuns como sujeitos ativos e importantes aliados na dinâmica de contestação à ordem prisional. Um dos indícios que permite elaborar essa asserção é que mesmo após conseguir sua liberdade em 1933 continuou a visitar presos comuns na instituição. É possível que ao longo de

---

<sup>64</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Pública e Social de Pernambuco. Prontuário de Lourival da Motta Cabral. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/00477/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_0477\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/00477/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_0477_d0001de0001.pdf) Acesso em 05/03/2023.

sua passagem na Casa de Detenção tenha conformato uma percepção menos elitista que a de seus companheiros. Mas parece que foi sua vivência junto ao movimento operário, anterior à prisão, que lhe possibilitou transitar com maior proximidade com os detentos comuns. (Britto, 2019: 211-212)

A situação reforça a inclinação de Cabral à organização e mobilização de grupos subalternos por melhores condições sociais. Nos anos seguintes, Lourival da Motta Cabral foi detido diversas vezes para averiguações, até novembro de 1935, quando foi preso e condenado a cinco anos de prisão por ter participado da insurreição comunista, “tendo estado ao lado dos rebeldes no setor do Largo da Paz com o posto de capitão, pois era um dos dirigentes do referido movimento”. Na época, Cabral era gerente da *Folha do Povo*, jornal de Recife ligado à ANL e ao PCB.

Assim, as transferências de Henrique Accioly Lins da Silva e Godofredo Severiano de Britto para João Pessoa e Natal, respectivamente, foram uma clara tentativa da *GWB* de desmobilizar a categoria, afastando algumas lideranças de Jaboatão e perseguindo os organizadores da greve motivada pela demissão de Lourival da Motta Cabral.

Os dois expoentes do movimento operário de Jaboatão só retornariam à cidade em 1932. Em 11 de junho daquele ano, Godofredo informou ao Conselho Federal da União Geral dos Trabalhadores do Rio Grande do Norte que havia sido novamente transferido pela *Great Western* para as oficinas de Edgard Werneck, em Recife, e que, por isso, pedia exoneração do cargo de secretário-geral da organização.

O retorno do serralheiro a Pernambuco gerou insatisfação em seus companheiros potiguares. Eles elaboraram um abaixo assinado e entregaram ao chefe da locomoção em Jaboatão, argumentando que haviam sido “surpreendidos com a remoção imediata” de Godofredo e que a medida “não é condicente aos interesses da Companhia resultando isto em nosso descontentamento geral”. O documento com 17 assinaturas encerrava solicitando a permanência do ferroviário nas oficinas de Natal, o que não ocorreu.

Apesar de não ter sido preso durante a greve de agosto de 1931, Henrique Accioly Lins da Silva precisou se mudar de estado e ficou afastado do epicentro das mobilizações ferroviárias até outubro de 1932, quando voltou à Jaboatão para trabalhar na inspetoria da empresa.<sup>65</sup> No entanto, ao retornar à cidade ferroviária, o escriturário já estava na mira dos investigadores,

---

<sup>65</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Pública e Social de Pernambuco. Prontuário de Henrique Accioly Lins. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/00919/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_0919\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/00919/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_0919_d0001de0001.pdf) Acesso em 28/04/2021.

devido uma nova prisão de Symphronio José da Silva, ex-presidente da Sociedade Beneficente.<sup>66</sup>

Symphronio foi preso pela segunda vez em sete de abril de 1932 por “agitar os seus companheiros de ideias extremistas, para perturbar a ordem pública no dia 1º de maio”. Cinco dias depois, ao sair o cárcere, assinou uma declaração se comprometendo a deixar de ter “compromisso ou responsabilidade com relação a proposta de adesão do Partido Comunista do Brasil” e que tal termo de filiação lhe foi entregue pelo “agitador comunista Henrique Acioli Lins”.

Não há indícios que indiquem o uso de violência física ou psicológica contra Symphronio nos dias em que ficou preso. Contudo, não seria leviano ponderar que a delação tenha sido assinada em uma atmosfera de grande coação e talvez até tortura. De qualquer forma, a declaração foi suficiente para colocar as autoridades no encalço de Henrique Accioly Lins.

Três meses após a soltura de Symphronio, em oito de julho de 1932, policiais foram até o endereço de Accioly, na rua Falcão de Lacerda, em Tegipió, onde foram informados que o ferroviário havia mudado para João Pessoa. De acordo com as anotações do “investigador 23”, apenas a esposa do escriturário havia ficado em Pernambuco e estava morando na casa de um irmão na mesma rua.<sup>67</sup>

Henrique só seria preso em janeiro de 1933, por motivo de ordem pública, e fichado pelo Dops como “agitador comunista” pertencente à célula da *GWB* 18P. Segundo o prontuário, ele havia exercido “papel saliente” durante uma paralisação da categoria naquele ano, tendo frequentado a residência de João Gibson para tratarem dos detalhes da greve.

João Alfredo de Barros Gibson era um antigo conhecido da polícia, sendo considerado um “agitador comunista” e “o elemento mais nocivo que existe no seio ferroviário”. Para se ter uma noção de seu engajamento, em setembro de 1935, enquanto fazia uma viagem de Jaboatão a Recife, o ferroviário não se furtou em expor seus ideais publicamente. De acordo com as anotações do investigador nº 186, Gibson usava uma gravata vermelha e declarava em voz alta

---

<sup>66</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Pública e Social de Pernambuco. Prontuário de Symphronio José da Silva. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/00120/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_0120\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/00120/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_0120_d0001de0001.pdf) Acesso em 28/04/2021.

<sup>67</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Pública e Social de Pernambuco. Prontuário de Henrique Aciolly Lins. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/00919/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_00919\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/00919/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_00919_d0001de0001.pdf) Acesso em 28/04/2021.

que o a mesma era um “o distintivo do comunismo”.<sup>68</sup> Segundo o policial, os passageiros do vagão ficaram “estupefatos” com a manifestação e que o ferroviário ainda acrescentou que “se algum membro componente da polícia se sentisse melindrado, que desse um jeito”.

A audácia de Gibson fez com que o policial reportasse o fato ao chefe da inspetoria de Ordem Social, recomendando que fosse providenciada a remoção de Gibson para outro estado, “mediante um entendimento entre o capitão chefe da Segurança com o superintendente da empresa”.

Este trecho da documentação aponta que, de alguma forma, as forças policiais mantinham uma rede de colaboração com a *Great Western*. Se o investigador sugeriu à sua chefia imediata que arranjasse a transferência do ferroviário junto à empresa, infere-se que a companhia ferroviária estava propensa para tal. Assim, se a transferência de Gibson foi ventilada pelo investigador, é possível que as transferências de Henrique Accioly Lins e de Godofredo Severiano de Britto também tenham sido motivadas pela polícia e acatada pela direção da estrada de ferro.

Portanto, a relação próxima entre as forças de segurança e à administração da *GWB* pode ser verificada não somente nos momentos de paralisação, em que a empresa podia contar com a ação ostensiva da polícia contra os grevistas, mas também de forma regular na repressão aos indivíduos que manifestavam algum tipo de comportamento indesejado.

Branco, de olhos e cabelos castanhos, Gibson era um dos líderes da célula 18P, membro da ANL, do Sindicato dos Ferroviários e da Sociedade Beneficente. Segundo o Dops, ele era ainda responsável por fazer a ligação entre os empregados da companhia inglesa e a organização “Sindical Vermelha” e fez parte da Frente Única Proletária.

Gibson e Henrique Accioly Lins eram próximos. Ambos moraram na rua Falcão de Lacerda, em Tegipió, por volta de 1932, e foram presos pela primeira vez no mesmo dia por estarem organizando uma nova greve dos ferroviários em 24 janeiro de 1933. Os investigadores apreenderam na casa de Accioly os livros *Os ex-homens*, do escritor russo comunista Máximo Gorki, e *Aspectos da educação soviética*, de S.T. Chatsky e A. P. Pinkevick, além de boletins comunistas como o *1º do Socorro Vermelho* e um folheto intitulado *Luiz Carlos Prestes, sua passagem pela Escola Militar*.

---

<sup>68</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de João Alfredo de Barros Gibson. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/01953/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_01953\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/01953/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_01953_d0001de0001.pdf) Acesso em: 18/12/2021.

Na casa de Gibson os investigadores apreenderam o livro *A luta pelo marxismo-leninismo na América Latina*, de I.V. Stalin, e um revólver americano calibre 38 com 3 balas. Na época, Gibson tinha 23 anos, tendo nascido, provavelmente, em 1910.

Henrique Accioly foi liberado no mesmo dia após ser “aconselhado” pelas forças policiais e Gibson deixou a delegacia depois de ser “advertido”. Os alertas não surtiram efeito e em setembro de 1934 os dois ferroviários assinaram o pedido de registro do PCB junto ao Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, além de se filiarem à Ação Pernambucana Contra o Fascismo, organização ligada ao partido comunista. Também assinaram o pedido de registro do PCB Lourival da Motta Cabral e Godofredo Severiano de Britto.<sup>69</sup>

Os passos destes ferroviários continuaram sendo seguidos de perto pela polícia. Em 24 fevereiro de 1935, um investigador acompanhou à paisana uma reunião do sindicato dos ferroviários. Em seu relatório entregue ao chefe de polícia, o agente relatou que a sessão foi suspensa devido aos poucos presentes. Além disso, os organizadores desconfiavam da presença da polícia no local e decidiram ir para a casa de Henrique Accioly Lins. Além do escriturário, o investigador conseguiu identificar no grupo a presença de João Alfredo de Barros Gibson e Lourival da Motta Cabral, que mesmo desligado da empresa desde 1931 ainda participava de encontros do sindicato, confirmando que sua demissão não o havia afastado da convivência de seus antigos companheiros. Desta forma, para todos os feitos, Motta Cabral continuava exercendo sua influência no meio ferroviário anos após ter deixado a companhia.

Para além das greves e agitações de ordem trabalhista, os ferroviários também se articularam de forma a se sentirem representados também no Poder Legislativo. Nas eleições de outubro de 1935, a categoria se organizou em torno da legenda “Trabalhador, ocupa teu posto!”, lançando as candidaturas de Henrique Accioly Lins da Silva, Simphronio José da Silva, Manoel de Sousa Rolim e João Alfredo de Barros Gibson a vereadores de Jaboatão.<sup>70</sup> Todos tinham ocupado funções no sindicato ou na Sociedade Beneficente, o que demonstra como as duas entidades impulsionaram as carreiras políticas de seus dirigentes.

---

<sup>69</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário da cópia do pedido do registro do Partido Comunista. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/fun/0/09534/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_fun\\_0\\_0\\_9534\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/fun/0/09534/br_peapeje_dpe_prt_fun_0_0_9534_d0001de0001.pdf) Acesso em: 05/03/2021.

<sup>70</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Pública e Social de Pernambuco. Prontuário de Carlos Salustiano de Souza. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/04865/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_0\\_4865\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/04865/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_0_4865_d0001de0001.pdf) Acesso em 28/04/2021.

Apenas Henrique Accioly alcançou os votos suficientes para se eleger, mas não conseguiu tomar posse no cargo. Em novembro daquele ano, a tentativa revolucionária seria violentamente controlada pelas forças legalistas e o ferroviário ficaria desaparecido por mais de um ano, até ser preso em dezembro de 1936. Godofredo Severiano de Britto, João Alfredo de Barros Gibson e Lourival da Motta Cabral foram presos entre novembro e dezembro de 1935 e condenados a 5 anos de prisão. O grupo foi transferido para o Presídio de Fernando de Noronha após as sentenças.

Desta forma, a conclusão que se chega é que Henrique Accioly Lins da Silva, Lourival da Motta Cabral, Godofredo Severiano de Brito e João Alfredo de Barros Gibson foram lideranças ferroviárias que ascenderam no início da década de 1930, tinham relação com o PCB e organizações ligadas ao partido, eram dirigentes da Sociedade Beneficente dos Ferroviários da *GWB* e, provavelmente, participaram da insurreição de novembro de 1935.

A partir do cruzamento de dados de documentos do Dops com notícias publicadas na época, é possível concluir que esses ferroviários formavam um núcleo ativo de mobilização da categoria, organizando greves, dominando associações de classe e também galgando degraus como representantes político-partidários dos trabalhadores. Outros nomes, como Symphronio José da Silva e Francisco Leonízio de Mello, também alçaram alguma eminência no mesmo período, mas de forma mais tímida, não se mantendo como lideranças consolidadas no meio ferroviário.

A análise de suas trajetórias também permite verificar que essas lideranças possuíam relativo acesso e conhecimento de leituras efetivamente comunistas, com obras de Lênin, Stalin, Marx e Engels. É possível inferir que esses títulos circulassem entre os líderes da categoria a partir de suas ligações com o PCB e que seus conteúdos eram repassados aos ferroviários no dia a dia da rotina de trabalho e também nas assembleias das entidades de classe da categoria, contribuindo para a formação da cultura política desses trabalhadores. Portanto, seu comportamento estava fundamentado em interpretações teóricas de leituras marxistas que respaldavam o direcionamento dado às manifestações coletivas da categoria.

A atenção despendida pelos agentes de segurança a esses indivíduos, produzindo volumosa documentação, também reforça que os mesmos eram considerados pelas autoridades locais como representantes da categoria. As constantes diligências em suas casas, a presença de investigadores infiltrados em reuniões do sindicato e as inúmeras prisões e interrogatórios comprovam que os ferroviários em destaque figuravam em um grupo que requeria certa preocupação da polícia por sua capacidade de articulação e mobilização.



O mesmo pode ser verificado na atitude da *GWB* de afastar de Jabotão alguns destes ferroviários. Também não se pode descartar a possibilidade que Lourival da Motta Cabral tenha sido demitido por questões ligadas ao seu comportamento e ideais, e não por motivos econômicos, como foi alegado pela empresa. Após cumprirem suas penas, alguns continuaram em suas antigas lutas, enquanto outros abandonaram os tempos revolucionários e buscaram formas de subsistência longe da militância.

Contudo, vale ainda ponderar que as lideranças ferroviárias não se davam exclusivamente no campo da esquerda, como o exemplo do chefe do escritório de tráfego José Manoel de Queiroz, que durante muito tempo conduziu um grupo de ferroviários empenhados em dirigir a Sociedade Beneficente, tendo, inclusive, tido algum sucesso em sua empreitada por meios judiciais. Obviamente, por não ter sido perseguido pela polícia, nem pela empresa, a documentação referente a José Manoel de Queiroz é escassa e não permite maior aprofundamento sobre sua trajetória.

Pode-se argumentar que sua passagem pela direção da entidade não foi legítima, uma vez que a mesma não foi fruto do resultado de eleições. Nem por isso, sua proeminência deve ser negada.

Toda a articulação e mobilização protagonizada por ele deve ser interpretada, sim, como expressões de uma liderança exercida em parte da categoria, ainda que minoritária. Se houve uma disputa entre dois grupos antagônicos que pretendiam gerir a associação, essa rivalidade, necessariamente, dependia de duas lideranças distintas. E de um lado dessa polarização, sem dúvidas, José Manoel de Queiroz despontava como um nome de relevância e representatividade daqueles que não compactuavam com os ideais que levaram parte dos ferroviários a aderirem à tentativa revolucionária.

## CAPÍTULO 2 – O prelúdio da insurreição

### 2.1 Jaboaão e a *GWB* em 1935

José Eugênio Chagas nasceu em 1911, tinha a pele escura e começou a trabalhar como levantador de carros na *Great Western* em 1925, aos 14 anos. Em 1935, já promovido a serralheiro, ele tinha 25 anos e morava no Alto da Fábrica União, em Jaboaão. Em depoimento à comissão formada pela empresa para apurar a participação de empregados na insurreição comunista de 1935, ele contou que as oficinas de Jaboaão não funcionaram durante o motim, tendo permanecido em casa nos referidos dias. Só na manhã do dia 28 o serralheiro compareceu ao trabalho após ouvir “silvar o apito da mencionada oficina”. Dois dias depois, ele foi preso por um agente da polícia enquanto trabalhava em sua bancada e levado para a cadeia da cidade, onde ficou preso até 11 de janeiro de 1936.<sup>71</sup>

Para além do que concerne ao envolvimento dos ferroviários da *GWB* na sublevação, o depoimento de José Eugênio revela uma faceta interessante da existência da estrada de ferro em Jaboaão ao citar o apito das oficinas. Na primeira metade do século XX, era comum que grandes empresas de municípios pequenos instalassem sirenes para alertar seus empregados que o expediente iria começar, prática imortalizada nos versos de Noel Rosa no clássico *Três Apitos*, composto provavelmente no final de 1931. (Leite, 2017) O chamamento dos trabalhadores por meio de alertas sonoros demonstra o quanto as empresas interferiam na rotina das cidades em dimensões que extrapolavam os fatores econômicos e estruturais.

Em Jaboaão, não era diferente. Conforme observou Van-Hoeven Ferreira Veloso, “além do sino da Matriz que todos os dias dava o toque da ‘Trindade’, às 18 horas, os jaboatonenses sempre tiveram horas certas com os apitos da Fábrica de Papel ou das Oficinas da *Great Western*”. (Veloso, 1982: 218) A descrição ilustra bem a relação das oficinas da ferrovia inglesa com a cidade e seus moradores em meados da década de 1930.

A presença da companhia férrea permeava diversos níveis do cotidiano de Jaboaão, que iam desde as dinâmicas econômicas, com a empregabilidade de grande parte da população local, até mesmo a fatores culturais, como a sirene que convocava diariamente seus empregados a comparecem ao trabalho. Obviamente, a potência dos alto-falantes não despertava somente os ferroviários que precisavam bater o ponto nas oficinas, mas também os cidadãos que

---

<sup>71</sup> Ver BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo nº 4.166. Disponível em <https://labor-arq.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-4-166-1936> Acesso em 31/10/2023.

moravam nas intermediações das instalações da *GWB*, regulando não só o horário dos operários, mas também de parte da cidade.

Além de alertar os moradores de Jaboatão sobre o início e o fim do expediente, a empresa também havia construído uma vila operária na cidade, montado uma equipe de futebol e uma banda de música, que habitualmente tocava nas festas locais, além de, obviamente, ter alterado a paisagem da região com a construção de estações, trilhos e prédios administrativos.<sup>72</sup>

Todos esses fatores fizeram com que a companhia inglesa estabelecesse vínculos econômicos, sociais e culturais com a cidade, excedendo sua função principal de prestadora de serviços no setor de transportes e passando a interferir até mesmo nas atividades de lazer dos moradores.

Distante 17 quilômetros de Recife, Jaboatão está localizada na região metropolitana da capital, entre a zona da mata e o litoral pernambucano. Tendo a fundação simbólica em 1593, com origem no engenho São João Batista, Jaboatão só se tornou um município em 1873, pela lei provincial nº 1.903. Ao longo dos anos, seu território foi formado por diversos distritos e povoados, como Tejipió, Muribeca, Morenos e Pontezinha. Contudo, em 1933, o município só administrava a sede, Jaboatão, e N. S. dos Prazeres. De acordo com o Censo de 1940, Jaboatão possuía 35.847 habitantes. (Velo, 1982: 23)

Conhecer o funcionamento da cidade é importante para entender o motivo que a levou ser o centro da ação revolucionária durante a insurreição em Pernambuco, fazendo com que Jaboatão seja quase um personagem dessa narrativa.

Em 25 de agosto de 1935, o *Diário da Manhã* descreveu Jaboatão como “um dos grandes centros do estado” e apresentou dados econômicos e sociais do município. De acordo com a reportagem especial de duas páginas, naquele ano, Jaboatão tinha jurisdição sob os povoados de Cavaleiro, Sucupira, Muribeca, Piedade, Venda Grande e Candeias.

Contava 14 escolas mantidas pelo município e 11 pelo estado, 39 engenhos de açúcar e 176 estabelecimentos comerciais, entre eles 130 casas de estivas; 27 mercearias de produtos diversos, miudezas e casas de negociações com fazendas; 8 locais que funcionavam como hotéis, restaurantes e cafés; 4 farmácias; e 4 panificadoras, “cujos produtos são geralmente bem

---

<sup>72</sup> A Associação Atlética *Great Western* foi fundada em 17 de março de 1928 após a empresa ceder um terreno à Associação e, em 1936, a equipe de ferroviários participou da primeira divisão do campeonato pernambucano de futebol. Anos depois, o time passou a se chamar Ferroviário Esporte Clube do Recife e em 1955 adotou o nome Clube Ferroviário do Recife, agremiação que existe até os dias de hoje. (Edmundson, 2023: 93) Já a Sociedade Musical Operária dos Ferroviários da *Great Western* foi fundada em 26 de janeiro de 1929, após divergências internas da comissão de uma festa religiosa. A primeira apresentação ocorreu em 7 de setembro de 1929 e em outubro de 1958 o grupo de músicos ferroviários venceu o concurso de bandas do interior de Pernambuco. (Velo, 1982: 181) Ambas entidades eram formadas por ferroviários que trabalhavam na *Great Western*.

aceitos pela população”. Segundo o periódico, parte dos estabelecimentos comercializava a produção da própria cidade, como farinha de mandioca, coco e açúcar. Mas a maior parte do comércio era abastecida por produtos oriundos de Recife.

A indústria do município também ganhou destaque na publicação, com maior atenção à fábrica de papel da Companhia Indústrias Brasileiras Portela S.A., “a única fabricante do norte e uma das primeiras do Brasil e da América do Sul”. Na avaliação da reportagem, a fábrica de papel era a mais importante do município, devido “sua produção e pelo número de operários empregados em seu fabrico”.

Também foi citada a produção de açúcar, álcool, aguardente, torrefação de café e manipulação de milho, cerâmica, uma oficina para o trabalho mecânico de peças e consertos em geral e cinco pedreiras responsáveis por abastecerem “as necessidades de Recife na sua quase inteira totalidade”.

Para dar vazão à produção, diversas estradas haviam sido construídas nos últimos anos, formando um sistema rodoviário que cortava o município em todas as suas direções. Segundo o *Diário da Manhã*, de propriedade do governador Lima Cavalcanti,

a estrada que liga Recife à cidade de Jaboatão, construída pelo governo do Estado, é a melhor estrada que existe em todo o norte do Brasil. Feita com um lastro de cimento que não se estraga ao contato da chuva ou do sol, essa admirável rodovia atingiu em cheio sua finalidade.

Já a Prefeitura Municipal de Jaboatão levou os créditos pelas construções das praças 4 de Outubro, Santos Dummont e Bernardo Vieira de Mello; a construção de um Pavilhão Sanitário e de uma cocheira para os animais da Limpeza Pública da cidade; obras de melhoramento no cemitério local e no Mercado Público; e instalação de coletor de esgoto e calçamento em paralelepípedos em algumas ruas, além do alargamento de vias. Mas o grande feito da prefeitura no referido quadriênio foi a construção da subestação elétrica da cidade, que, apesar de ainda não ter sido inaugurada, levaria energia elétrica para Jaboatão muito em breve, conforme endossou o jornal.

Ao longo dos anos 1930, a cidade teve crescentes números de arrecadação, com exceção de 1934, quando foi registrado o valor de 192:526\$921 em caixa. A explicação para a queda, segundo o periódico, foi que

em virtude de ter sido prorrogado o orçamento de 1933, a sua arrecadação de 248:009\$890, como se observa acima, compreende, também, todo um trimestre do ano seguinte, até quando durou a sua validade ou sua prorrogação. Justifica-se, assim, o decréscimo da renda durante a arrecadação de 1934.

Contudo, apesar de todo o balanço apresentado pelo *Diário da Manhã*, a especificidade mais peculiar de Jaboatão eram as oficinas da *Great Western* e suas estações e trilhos presentes

por todos os lados. O caráter de centro ferroviário foi potencializado a partir de 1910, após o deslocamento das oficinas da *GWB* que ficavam em Palmares. Cerca de 600 operários trabalhavam nas instalações e mais de 1.000 moravam em seus arredores, alguns deles na vila operária construída pela companhia para abrigar seus empregados.

A chegada das oficinas na cidade ocasionou o aumento da população e alterou a dinâmica econômica da região. "Tudo que era feito no Barbalho, no Arraial, em Palmares e em Cabedelo se centralizou em Jaboatão, de forma que a cidade começaria, a partir de 1911, possuir o maior parque de consertos ferroviários do Norte do Brasil". (Calado, 2020: 6)

Na cidade era feita a manutenção de locomotivas, carros e vagões, serviços de ferraria, serralheira, pintura e montagem, além do trabalho burocrático realizado nos escritórios. O crescimento habitacional foi alavancado pelas famílias dos empregados da estrada de ferro que chegavam do interior. Com isso, a empresa criou o bairro operário chamado Vila Cascata, que estava localizado no entorno do parque de oficinas, com 68 casas para operários e 10 para funcionários com cargos mais elevados.

O destino de cidade ferroviária começou a ser traçado em 1881 com o início das desapropriações de residências e terrenos para a construção da via férrea ligando Recife ao povoado de Caruaru, pela Estrada de Ferro Central de Pernambuco. (Veloso, 1982: 110)

Próximo a expirar a concessão de Bento José da Costa Júnior, que autorizava a colocação de uma estrada de ferro entre Recife e Jaboatão, foi declarado, pelo governo imperial, o interesse geral que a linha em questão alcançasse o povoado de Caruaru, passando por Vitória, Gravatá e Bezerros. Nesse período, Vitória possuía mais de 70 engenhos de açúcar, Bezerros mais de 20 fábricas de rapadura e Caruaru exportava para o Recife uma grande quantidade de solas, couros, algodão, queijo, feijão, além de realizar uma das maiores feiras de gado da região. Por volta de 1940, Gravatá possuía oitocentas casas de farinha, Caruaru quinhentas e Bezerros mil, segundo Estevão Pinto no seu livro *História de uma Estrada de Ferro no Nordeste*. (Borges, 2014: 75)

A inauguração do primeiro trecho da ferrovia partindo da capital pernambucana até Jaboatão foi inaugurado em 25 de março de 1885, com 16.426 quilômetros de extensão, e em 1892 foram montadas as oficinas na cidade. Os caminhos de Jaboatão e da *Great Western of Brazil* só se cruzaram em 1901, quando a Estrada de Ferro Central de Pernambuco foi arrendada pela companhia inglesa, por meio do decreto nº 4.114.

A partir da segunda metade do século XIX houve a ampliação de leis que facilitavam a construção de ferrovias pelo setor privado, com isenções de impostos, concessões prolongadas, autonomia quanto ao estabelecimento do preço de tarifas, garantia do retorno de porcentagens de juros sobre o capital investido, entre outros incentivos. (Siqueira, 2002: 171-172)

Com a experiência bem sucedida em terras inglesas e visando os incentivos concedidos pela legislação brasileira, os proprietários da *Great Western Railway Company* criaram a congênere brasileira em 1872. Em 1911, após arrendar diversas linhas férreas nordestinas, a *GWB* passou a administrar 12 estradas de ferro na região, controlando todo o transporte ferroviário entre o Rio Grande do Norte e Alagoas. Portanto, a *Great Western* representava um grande símbolo do imperialismo inglês no Nordeste brasileiro, principalmente em Pernambuco, onde estava concentrada a maior parte de sua estrutura administrativa e também a maioria de seus empregados.

Quando a insurreição comunista estourou, em novembro de 1935, a empresa era dirigida pelo engenheiro Arlindo Luz. Na edição de 30 de maio daquele ano, o *Diário da Manhã* noticiava o retorno do superintendente à Recife, após passar férias no sul do país.

O periódico salientava que o mesmo estava há dois anos à frente da estrada de ferro e exercia uma gestão “moralizadora e bem orientada, no sentido de bem servir a colectividade”. A notícia estava acompanhada de uma foto 3x4 do rosto do engenheiro, atribuindo aspectos de coluna social ao registro.<sup>73</sup> A chegada de Arlindo Luz ao Recife também foi registrada pelo *Diário de Pernambuco*, acrescentando que o passageiro do navio *Aratimbó* seria recepcionado por amigos, auxiliares da administração da *GWB* e elementos da classe ferroviária.<sup>74</sup>

Apesar da aparente futilidade das notícias mencionadas, os registros evidenciam o prestígio que o engenheiro desfrutava nos dois veículos de comunicação. Dificilmente o fim das férias de um cidadão comum mereceria espaço em dois jornais de grande circulação da maior capital do Nordeste do país. A escolha dos adjetivos “moralizadora e bem orientada” para definir a administração do engenheiro também reforça que não se tratava de uma figura qualquer.

Os elogios deferidos pelo *Diário da Manhã* sugerem que, possivelmente, o engenheiro mantinha um bom relacionamento com autoridades políticas locais, uma vez que o impresso pertencia a Lima Cavalcanti, interventor do estado nomeado por Getúlio Vargas após a

---

<sup>73</sup> Ver Dr. Arlindo Luz. *Diário da Manhã*. Recife, 30 de maio de 1935, página 07. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DM1935&pagfis=1920> Acesso em 12/04/2022

<sup>74</sup> Ver *Diário Social*. *Diário de Pernambuco*. Recife, 29 de maio de 1935, página 04. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_11&hf=memoria.bn.br&pagfis=15221](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_11&hf=memoria.bn.br&pagfis=15221) Acesso em 12/04/2022

Revolução de 1930 e eleito indiretamente governador de Pernambuco em abril de 1935 pelos deputados estaduais constituintes.<sup>75</sup>

Provavelmente essa deferência ocorresse mais em decorrência do cargo que Arlindo Luz ocupava na *GWB* do que necessariamente pelo seu temperamento ou carisma. De fato, em meados de 1935, Arlindo Luz comandava a principal companhia ferroviária do Nordeste brasileiro, tendo sob suas ordens milhares de trabalhadores urbanos e ao seu redor autoridades dispostas a oferecer alguns apertos de mãos.

Essa relação trazia benefícios mútuos. De um lado, o superintendente podia contar com a disposição das autoridades em reprimir greves e protestos dos ferroviários insatisfeitos com as condições de trabalho, o que ocorria com certa frequência. Por outro lado, as mesmas autoridades desfrutavam de algumas vantagens, como a construção da estação ferroviária Villa Militar Marechal Floriano, da linha da *GWB*, inaugurada em 15 de junho de 1935, duas semanas após o retorno de Arlindo Luz ao Recife.

Ao noticiar a entrega da obra, o *Diário da Manhã* ressaltou que a estação serviria “principalmente, às forças do Exército que se aquartelarão naquela villa” e atribuiu o feito ao “ilustre general Manoel Rabello a quem tanto ficarão devendo todos os pernambucanos”. Segundo o periódico, a nova estação era um “prédio moderno, de linhas architectonicas sobrias mas elegante” e fazia parte de “um grandioso plano de obras que está sendo concluído pelo digno commandante da Sétima Região Militar”.<sup>76</sup> Após a inauguração, todos os trens que antes paravam na Estação de Socorro, passaram a ter parada obrigatória na estação da Vila Militar, beneficiando os militares que ali moravam ou trabalhavam.

Essa rede de colaboração teve novo episódio em nove de novembro do mesmo ano, às vésperas da insurreição comunista, quando uma greve dos empregados da *GWB* rompeu por quase todos os estados do nordeste. Na Paraíba, os ferroviários depredaram linhas férreas e telegráficas, interrompendo o tráfego no trecho entre Entroncamento e Itabayanna. O superintendente Arlindo Luz acionou Argemiro de Figueiredo, substituto do governador Lima Cavalcanti, que estava em viagem à Europa, e o comandante da 7ª Região Militar, Manoel Rabello, por se tratar de uma instância federal. De acordo com o *Diário da Manhã*, “de um

---

<sup>75</sup> Ver Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2a ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cavalcanti-carlos-de-lima> Acesso em 30/10/2023

<sup>76</sup> Ver Estação Marechal Floriano. Diário da Manhã. Recife, 16 de junho de 1935, página 03. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DM1935&pagfis=2130> Acesso em 12/04/2022

entendimento dessas autoridades ficou resolvida a imediata ocupação da linha férrea naquele trecho pela força federal estacionada em Parahyba”.<sup>77</sup>

Mas nem sempre a relação da empresa com as autoridades locais foi amistosa. Até antes da Revolução de 1930, a *GWB* e o governo estadual estavam envolvidos em diversos conflitos e acusações mútuas de falta de compromisso com os serviços e descaso com obrigações contratuais.

Em seu relatório anual de 1923, por exemplo, o presidente de Pernambuco, Sérgio Teixeira Lins de Barros Loreto, dirigiu duros comentários à estrada de ferro, considerando que o estado “continuava a ser mal servido pela rede ferroviária” e que a Primeira Guerra Mundial “havia levado a companhia a parar todas as suas obras de construção e a restringir o tráfego nas linhas mais antigas devido ao péssimo estado do material rodante”. (Edmundson, 2023: 252) Para o presidente, a única saída para a situação seria a expropriação da companhia.

Seu sucessor, Estácio de Albuquerque Coimbra, seguiu na mesma linha. No relatório anual de 1929, Coimbra defendeu o afastamento da *Great Western* sob o argumento que a via férrea só havia retomado obras de expansão e melhoramento em 1926, após 14 anos de paralisação. Ainda de acordo com ele, a retomada das intervenções só foi possível graças à uma linha de crédito concedida pelo governo central que havia sido negociada pelos presidentes dos estados servidos pela estrada de ferro. (Edmundson, 2023: 259) Coimbra apelou ao governo central para que os estados passassem a administrar as ferrovias, mediante cancelamento do contrato de arrendamento e pagamento de indenização à *GWB*.

O próprio ministro do Trabalho, Indústria e Comércio Agamenon Magalhães, antes de se juntar à Aliança Liberal, no fim da década de 1920, “atacara a *Great Western* como instrumento de exploração econômica”. (Levine, 1980: 139).

Além dos constantes conflitos com o governo, a origem inglesa da *Great Western* despertava a antipatia da sociedade civil pernambucana. Além de obter o monopólio ferroviário, a *GWB* também operava a maior parte do sistema de telégrafos da região, controlando, portanto, o setor de transportes e comunicações. A empresa mantinha funcionários em Recife e no Rio de Janeiro para pressionar as autoridades estatais por concessões. A hegemonia da gigante inglesa despertava descontentamento em diversos setores e “mais e mais frequentemente os

---

<sup>77</sup> Ver A greve dos ferroviários da *Great Western*. Diário da Manhã. Recife, 09 de novembro de 1935, página 07. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DM1935&Pesq=Rabello&pagfis=3958> Acesso em 12/04/2022



nordestinos viam os serviços públicos de propriedade estrangeira como símbolos de exploração”. (Levine, 1980: 79).

A relação com parte da imprensa tampouco era pacífica. Alguns jornais incitavam os ânimos dos leitores contra a empresa, lembrando sua origem estrangeira e a de alguns empregados ingleses que ocupavam cargos melhores. *O Pernambuco*, por exemplo, chamava o diretor de “o ditador britânico da Great Western” e *O Leão do Norte* retratava os funcionários ingleses como “belicosos e beberrões, simples playboys”. (Levine, 1980: 80)

As maneiras superiores dos funcionários britânicos e sua disposição de cooperar com a polícia, permitindo-lhe infiltrar os sindicatos de trabalhadores para evitar manifestações de protesto, enfureciam a imprensa, que tinha suas razões para ignorar práticas semelhantes quando feitas por firmas brasileiras. (Levine, 1980: 80)

Esse pode ter sido um ponto importante para explicar a aceitação da ANL e do PCB entre os ferroviários, uma vez que ambas as organizações assumiam uma postura ufanista em suas propostas de atuação. A ANL, por exemplo, defendia o calote de dívidas com países imperialistas e a estatização de empresas estrangeiras. (Pinheiro, 1991: 273) O PCB, por sua vez, declarou neutralidade na Revolução de 1930 por avaliar que se tratava de uma disputa entre os interesses norte-americano e inglês.

Desta forma os ferroviários encontraram nas duas siglas apoio para suas insatisfações e reivindicações trabalhistas, comuns a todos os trabalhadores, mas que eram potencializadas pela nacionalidade da *GWB*. Se em geral os operários brasileiros da época se sentiam explorados e desvalorizados nas relações assimétricas de trabalho, onde de um lado estavam eles, trabalhadores, e do outro grandes empresas, essa tensão poderia ser ainda mais forte quando se tratava de uma companhia estrangeira.

A *GWB* também esteve envolvida na queda de braço entre o interventor do estado Lima Cavalcanti e o ministro da Viação e Obras Públicas José Américo, em outro episódio exemplar sobre como a estrada de ferro interferia nas dinâmicas políticas da região. Diante do aumento da migração de retirantes piauienses e cearenses que chegavam aos milhares à Pernambuco por volta de 1932, Lima Cavalcanti passou a escrever quase diariamente ao ministro e ao presidente Getúlio Vargas pedindo aumento de verbas.

A indiferença do governo central às demandas associada ao posicionamento da *GWB* de somente contratar retirantes se o governo estadual arcasse com seus salários, fez com que Lima Cavalcanti acusasse publicamente o paraibano José Américo de revanchismo contra Pernambuco. (Levine, 1980: 196). As declarações não agradaram a Vargas, que julgou a atitude de Cavalcanti impertinente, além de expor as disputas internas no governo recém-formado após a Revolução de 1930. Esse foi um dos primeiros sinais do desgaste da relação entre o presidente

da República e o interventor pernambucano. O distanciamento entre os dois resultaria na deposição de Lima Cavalcanti durante o Estado Novo.

Apesar de exercer grande poder político e econômico no coração da hinterlândia nordestina, a *GWB* chegou a 1935 enfrentando sérios problemas financeiros. Em maio de 1934, o presidente da companhia G. H. Harrisson afirmou durante uma reunião que o ano de 1933 havia sido “verdadeiramente desastroso” e atribuiu parte do resultado à concorrência de caminhões, que seguiam outra tabela de tarifas e normas de operação. (Edmundson, 2023: 266)

A crise enfrentada pela empresa teve início em 1914, com a entrada da Inglaterra na Primeira Guerra Mundial. O começo do conflito coincidiu com o período de industrialização do Brasil, que se via cada vez menos dependente de investimento estrangeiro.

No período pós-guerra as dívidas de guerra criaram uma imensa carga financeira para a Grã-Bretanha, que simultaneamente perdeu sua supremacia em setores industriais de importância devido à sua perda de competitividade nos mercados internacionais, e isso significava também que muitos países procuraram cada vez menos a Grã-Bretanha como fonte de capital para investimento. (Edmundson, 2023: 242)

Os anos seguintes foram de queda nas receitas da estrada de ferro, suspensão do pagamento de dividendos aos acionistas, redução no tráfego de carga e passageiros e uma ferrenha disputa com o governo brasileiro para o ajuste no preço de tarifas e taxas, que só chegou ao fim em 1924 com o ministro da Viação autorizando o aumento pleiteado pela *GWB*. (Edmundson, 2023: 241-254) Mas o acordo não foi suficiente para recuperar os cofres da empresa, que chegou a 1935 com um preocupante quadro financeiro.

Contraditoriamente à real situação financeira da companhia inglesa, em dois de março daquele ano, o *Diário de Pernambuco* dedicou duas páginas de sua edição de sábado ao que definiu como “surto de progresso que anima a Great Western”. Abaixo do título em letras garrafais, o periódico afiançava que “os novos rumos que o engenheiro Arlindo Luz vem imprimindo à direção daquela estrada de ferro, redundam em benefício do público”. Mais uma vez as referências estavam acompanhadas pela foto do gestor.

A imagem de Arlindo Luz dá um caráter personalista à publicação e afasta a desconfiança de que se tratava de um anúncio publicitário pago, ainda que esta possibilidade não possa ser totalmente descartada. De qualquer forma, o texto reconhecia o esforço da companhia em atender os interesses dos passageiros com a disponibilização de trens noturnos, novos horários de viagens, implementação de carros restaurantes e redução de tarifas.

O jornal criticou as concorrentes da *GWB* no transporte fluvial de Pernambuco e lembrava os leitores que “em virtude da última greve dos marítimos, as companhias de navegação aumentaram as passagens e o preço dos fretes”. Comparando os valores cobrados

pela estrada de ferro e a Lloyd, uma das principais empresas marítimas da época, a reportagem ressaltou que “uma passagem de 1ª classe, do Recife a Natal, com leito, custa na Great Western 56\$700, enquanto a Lloyd pela mesma passagem, cobra 92\$500”.

O jornal também atacava o aparecimento dos “primeiros auto-omnibus”, que teriam surgido para servir cidades não contempladas pela *GWB*, como Goyanna, Itambé, Iguarassu e outras. De acordo com o *Diário de Pernambuco*, os “omnibus” foram um “golpe de morte para os autos de aluguel que faziam regularmente suas viagens diárias para o Recife”.

Mas o texto ponderava que, mesmo sendo um “meio de condução mais barato e rápido”, os ônibus não proporcionavam ao público “as vantagens da estrada de ferro”. Em contraponto aos coletivos, o periódico defendia que os carros da estrada de ferro contavam com poltronas individuais “asseadas e cômodas”, possibilidade de se fazer refeições durante as viagens e um salão amplo onde os passageiros poderiam se locomover.

O jornal sustentava ainda que, ao viajar de trem, os passageiros estariam imunes aos solavancos impostos pelas estradas e “quem se encontrar enfasiado com a paisagem, pode abrir seu livro e ler à vontade, porque não há catabios, como nas rodovias. Igualmente, é muito mais fácil de se manter uma conversação com o vizinho”.

Desta forma, o *Diário de Pernambuco* argumentava que o novo meio de transporte e as rodovias não teriam oferecido concorrência à *Great Western*, que mantinha o padrão de qualidade e conforto a seus passageiros e sentenciava que “à primeira vista, parece que a velha companhia dos ingleses se viu grandemente prejudicada e em vésperas de ruína. Nada disso. A *Great Western* não se alterou”.

Como se pode desconfiar, o esforço em defender os atributos e o vigor da companhia, na verdade, era um atestado da complicada situação que a empresa enfrentava já há alguns anos. Ainda que o jornal tentasse convencer os leitores da solidez financeira da *GWB*, a realidade era outra. A situação piorou com a chegada da Segunda Guerra Mundial e a empresa antecipou o término da concessão em 1948, entregando suas operações para a recém-criada estatal Rede Ferroviária do Nordeste, em 1950.

As situações supracitadas mostram como a estrada de ferro estava inserida em um cenário de disputa local e nacional, exercendo grande influência na sociedade, economia e política do Nordeste brasileiro. Em Jaboatão, essas dinâmicas eram ainda mais evidentes devido as oficinas da *Great Western*, “uma concentração natural de trabalhadores, desejosos de melhoria, representando assim o clima ideal para a agitação”. (Silva, 1969: 288)

Mais significativo ainda é perceber que, durante a insurreição comunista de novembro de 1935, os revoltosos concentraram sua artilharia em Jaboatão, e não em Recife, como a historiografia fez parecer ao longo dos anos.

É preciso destacar um detalhe que foi muitas vezes repetido pelos que estudaram o levante de 1935 com relação ao local onde de fato começou a sublevação em Pernambuco, sendo quase unânime a referência somente ao Recife como foco da ação dos revolucionários e Jaboatão sequer chega a ser citada. Logo, isso não corresponde aos fatos ocorridos, visto que pode-se dizer que houve uma tentativa de levante no Recife, como também em Olinda, mas resistência de fato, ocorreu em Jaboatão onde os revoltosos dominaram o 29º BC e conseguiram resistir por quase dois dias. (Silva, 2015: 79-80)

Mais especificamente, o local em Pernambuco onde o embate entre os revolucionários e as forças legalistas foi mais intenso se restringiu ao perímetro entre o Largo da Paz, Jaboatão e Moreno, a 30 quilômetros de distância da capital pernambucana. (Vianna, 2011: 307)

Se a participação dos ferroviários da *GWB* no movimento armado não foi devidamente estudada pelos pesquisadores da insurreição comunista, tão pouco Jaboatão foi lembrada como o ponto geográfico onde os insurretos estabeleceram suas barricadas na tentativa revolucionária. Assim, o movimento revolucionário ficou circunscrito praticamente em Jaboatão, a cidade ferroviária que abrigava as oficinas da empresa, os escritórios e a Vila Operária, o que não parece ter sido mera coincidência.

## 2.2 As eleições de 1935 e a chapa “Trabalhador, ocupa teu posto!”

Apesar de ser o evento histórico mais importante do país em 1935, ou pelo menos o mais lembrado pela historiografia, a insurreição comunista de novembro foi apenas o episódio derradeiro de um ano de grande movimentação e intensa disputa política, que veio a reboque de um processo de reorganização de forças desencadeado pela Revolução de 1930.

Em Pernambuco a situação não era diferente. O estado já havia ostentado dias melhores no cenário nacional, mas ainda desfrutava de alguma relevância no Nordeste do país. O advento da República desproveu Pernambuco do prestígio que gozava nos tempos do Império, quando exercia papel de destaque na economia açucareira. Mesmo mantendo sua significância econômica na região, muito em função do Porto de Recife, “por volta de 1930, a sua importância política estava tão minada que o Estado mal conseguia defender seus interesses contra os dos vizinhos mais fracos”. (Levine, 2006: 139)

Para interventor, Vargas nomeou Carlos de Lima Cavalcanti, um usineiro que tinha raízes semelhantes aos políticos derrotados pela Revolução de 1930, mas que foi recompensado por ter desempenhado papel de destaque como um dos principais articuladores do movimento

revolucionário, integrando o grupo dos chamados “tenentes civis”. (Pandolfi e Grynszpan, 1997: 9-10)

Nos primeiros dias de governo, o interventor administrou por meio de decretos e teve que lidar com as disputas locais entre jovens políticos em ascensão e outros que, apesar de já terem certo renome, como o próprio Lima Cavalcanti, não haviam participado efetivamente do poder até então. Ao tentar apaziguar os ânimos, integrando as duas forças emergentes dentro do governo, sua autoridade ficou fragmentada.

A rápida projeção alcançada pelo conterrâneo deputado Agamenon Magalhães em nível nacional também minou sua relação com Vargas. Ao ser nomeado ministro do Trabalho, Indústria e Comércio em 1934, uma das principais pastas do governo, Agamenon Magalhães passou a ser o principal interlocutor do presidente para assuntos relacionados à Pernambuco. Mesmo com todas essas dificuldades, “Lima Cavalcanti persistiu, teimosamente, firmando-se como o líder dos interventores do norte e trabalhando para reconquistar a confiança do presidente da república”. (Levine, 1980: 136)

A estratégia funcionou parcialmente. Na disputa indireta ao governo do estado, em abril de 1935, Cavalcanti conseguiu o apoio de Vargas contra o tenente João Alberto Lins de Barros, ex-integrante da Coluna Prestes e candidato apoiado pelas antigas elites políticas pernambucanas. Cavalcanti saiu vitorioso da disputa, mas o resultado não lhe permitiu melhor julgamento da situação.

Ignorando o fato de que sua vitória sobre João Alberto devia-se à intervenção de Vargas em favor do mais controlável dos dois candidatos, Lima Cavalcanti interpretou-a, ao invés, como um voto de confiança e, em consequência, encorajou os assessores mais reformistas a apresentarem os seus controvertidos programas. (Levine, 1980: 137)

Neste cenário, em meados de 1935 Recife era o centro político do Nordeste e contava com longo histórico de motins militares e greves operárias. (Vianna, 2011: 292) Além disso, a cidade era palco de disputas constantes entre simpatizantes da ANL, que havia conquistado inúmeros filiados na capital, e partidários da AIB. A organização fascista contava com o apoio de parte dos oficiais da 7ª Região Militar, sediada em Recife. Contudo, apesar da relativa popularidade dos camisas verdes em Pernambuco, a ANL encontrou grande aceitação no estado, “despertando o entusiasmo dos moços e animando a esperança dos oprimidos. Nas classes abastadas muitos apoiaram o movimento anti-imperialista e antilatifundiário”. (Silva, 1969: 285)

Não obstante, o PCB também angariava muitos adeptos em Pernambuco, sendo sintomático que, em julho de 1935, o partido decidiu instalar na capital pernambucana um

Secretariado do Nordeste, demonstrando o grande interesse dos comunistas na região. (Vianna, 2011: 292)

Por todos estes motivos, Pernambuco era “tido como o Estado-chave para o sucesso de qualquer movimento no Nordeste” (Dulles, 1985: 34) já que era o “Estado líder da região nordestina”. (Pandolfi, 1984: 26)

Foi nesse contexto que em outubro de 1935, os pernambucanos compareceram às zonas eleitorais para a escolha de prefeitos e vereadores para as câmaras municipais de todo o estado. Em Jaboatão, os ferroviários da *Great Western* se organizaram em torno da chapa “Trabalhador, ocupa teu posto!”.

A chapa havia sido criada em Pernambuco em 1º de maio de 1933, após o Tribunal Eleitoral negar o registro do PCB durante a convocação das eleições constituintes, sob o argumento de que se tratava de um partido internacionalista, autorizando somente a criação da legenda União Operária e Camponesa. Sem outra alternativa, os comunistas lançaram a chapa “Trabalhador, ocupa teu posto!” na tentativa de garantir algumas cadeiras na Assembleia Nacional Constituinte, o que não ocorreu. (Cavalcanti, 1978: 122)

Em outubro do ano seguinte, ainda sem conseguir o registro do PCB, os comunistas novamente recorrem à chapa para lançarem seus candidatos às eleições para a Câmara Federal e assembleias estaduais.

Portanto, em outubro de 1935, a chapa “Trabalhador, ocupa teu posto!” já havia disputado dois pleitos e representava os interesses de operários e comunistas que vislumbravam participar legitimamente do processo eleitoral de maneira partidária. Desta forma, os ferroviários da *Great Western* em Jaboatão se aglutinaram em torno da chapa apresentando quatro dos nove candidatos a vereadores. Eram eles: Henrique Accioly Lins da Silva, Symphronio José da Silva, Manoel de Souza Rolin e João Alfredo de Barros Gibson. Todos haviam participado da direção do Sindicato do Ferroviários ou da Sociedade Beneficente e, com exceção de Manoel de Souza Rolin, também tinham ligações com o PCB.<sup>78</sup>

Além dos quatro ferroviários da *GWB*, também saíram como candidatos a vereadores pela chapa “Trabalhador, ocupa teu posto!”, João Florencio da Costa, José Paulo da Costa, Francisco de Assis Passos, Carlos Salustiano de Souza e Pedro Ferreira Chaves. Não foram

---

<sup>78</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Pública e Social de Pernambuco. Prontuário Trabalhador, ocupa teu posto. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/fun/0/01143/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_fun\\_0\\_01143\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/fun/0/01143/br_peapeje_dpe_prt_fun_0_01143_d0001de0001.pdf) Acesso em 23 jun. 2023.

encontradas informações ou documentos sobre os três primeiros candidatos. No entanto, existem prontuários do Dops relativos a Carlos Salustiano de Souza e Pedro Ferreira Chaves.

Carlos Salustiano de Souza, apesar de não ser ferroviário, se assemelhava em muitos aspectos com os empregados da *GWB*. Em outubro de 1936, quando foi preso por ter supostamente participado da insurreição comunista, tinha 38 anos, tendo nascido, por tanto, por volta de 1898. Apesar de ter sido identificado como branco trigueiro, a fotografia anexada em seu prontuário apresenta características fenotípicas de um homem preto.<sup>79</sup> Sabia ler, era casado, trabalhava como comerciante e morava em Olinda quando foi preso. Foi solto em abril de 1938 e preso novamente em outubro do mesmo ano por “exercer atividades comunistas”, sendo liberado dias depois. Em 1946, exercia o cargo de secretário político do Comitê Municipal do Partido Comunista, em Olinda, durante o breve período em que o partido agiu na legalidade.

Já o prontuário do Dops relativo a Pedro Ferreira Chaves tem características diferentes dos demais documentos produzidos pelo órgão naquele período e contribui para esclarecer como a polícia política agia na investigação das atividades comunistas da região naqueles tempos. O prontuário de 30 páginas de Pedro Ferreira Chaves foi cadastrado como “funcional”, o que já demonstra não se tratar de um documento comum.<sup>80</sup>

Pedro Ferreira Chaves nasceu em 16 de novembro de 1899, em Recife, era casado, branco e tinha cabelos pretos lisos. De acordo com o documento, ele desempenhava a função de “auxiliar do comércio”, mas, na verdade, era um policial do Dops, tendo ingressado por meio de concurso na Seção de Ordem Política e Social, em setembro de 1932, como “auxiliar da polícia (informante) tendo prestado vários serviços”. Em abril de 1934 foi promovido a “investigador adido”.

A não ser que se trate de um homônimo, tudo leva a crer que Pedro Ferreira Chaves era um agente disfarçado, que se infiltrou dentro da legenda “Trabalhador, ocupa teu posto!” para informar os passos dos candidatos ao Departamento de Ordem Política e Social.

De uma forma ou de outra, a tese de que o movimento revolucionário de novembro de 1935 foi estimulado por opositores infiltrados sempre esteve presente nas narrativas sobre

---

<sup>79</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Pública e Social de Pernambuco. Prontuário de Carlos Salustiano de Souza. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/04865/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_04865\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/04865/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_04865_d0001de0001.pdf) Acesso em 23/06/2023.

<sup>80</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Pública e Social de Pernambuco. Prontuário de Pedro Ferreira Chaves. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/fun/0/03472/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_fun\\_0\\_03472\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/fun/0/03472/br_peapeje_dpe_prt_fun_0_03472_d0001de0001.pdf) Acesso em 23/06/2023.

a insurreição. (Vianna, 2011: 18) Parte dessas especulações conspiratórias foram difundidas pelos próprios comunistas que protagonizaram o levante, como o próprio Henrique Accioly Lins da Silva em uma entrevista concedida a um jornal do PCB, em 29 de setembro de 1979. Na ocasião, o líder ferroviário sentenciou que os revolucionários foram

levados por provocadores. A polícia, o governo, conseguiram se infiltrar nos nossos trabalhos. Primeiramente, provocaram o movimento no Rio Grande do Norte, e, em seguida, dois dias depois, o movimento do 3º RI.<sup>81</sup>

Ainda que a declaração tenha ares persecutórios e provavelmente seja um subterfúgio para evitar-se uma autocrítica, em meados de 1935, os ferroviários da *Great Western* estavam sob constante vigilância dos agentes de segurança. Se realmente Pedro Ferreira Chaves for o mesmo homem que se lançou a candidato a vereador ao lado dos ferroviários da *GWB* enquanto prestava serviços de espionagem ao Dops, possivelmente o suposto agente infiltrado forneceu informações à Secretaria de Segurança sobre seus correligionários.

Seja como for, a quatro dias do pleito, em 4 de outubro de 1935, os candidatos a vereadores pela chapa em Jaboatão publicaram um manifesto com suas principais propostas. Intitulado “Ao povo de Jaboatão”, o folheto de uma página apresentava os nomes da chapa, garantindo que, em uma eventual eleição, os futuros mandatários seriam “do proletariado e das massas populares” e lutariam pela

criação de novas escolas, pela diminuição dos impostos, taxas, licenças que recaem sobre o pequeno comércio, barracas, vendedores ambulantes, etc.; por auxílios em favor dos pequenos agricultores, aos pequenos proprietários e bangueseiros; pela criação de feiras livres, concorrendo assim para a diminuição dos preços dos gêneros de 1º necessidade que nelas são postas à venda; enfim por tudo que possa concorrer para o barateamento da vida e o bem estar da população laboriosa de Jaboatão.<sup>82</sup>

Além das promessas para a economia local, os candidatos também se comprometiam a assegurar a

ampla liberdade religiosa, pelas liberdades democráticas e contra o integralismo inimigo rancoroso destes, dos direitos do proletariado e enfim de todos os que anseiam pela prática de um governo do povo, pois, como se apresentam ao povo desta terra que, por certo, sufragará os seus nomes, os candidatos da querida e gloriosa legenda Trabalhador, Ocupa o Teu Posto!

A propaganda era encerrada com o nome dos nove candidatos a vereador.

---

<sup>81</sup> SILVA, Henrique Accioly Lins da: depoimento [set. 1979]. Entrevistador: Jarbas Silva Marques. Rio de Janeiro: 1979. Acervo particular.

<sup>82</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Pública e Social de Pernambuco. Prontuário de Trabalhador, ocupa teu posto. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/fun/0/01143/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_fun\\_0\\_01143\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/fun/0/01143/br_peapeje_dpe_prt_fun_0_01143_d0001de0001.pdf) Acesso em: 23 jun. 2023.



Como se pode constatar, apesar de ter sido o caminho encontrado pelos comunistas para concorrerem ao pleito, a chapa não necessariamente expressava em seu material de campanha os preceitos do comunismo, se voltando mais para propostas de cunho econômico de maneira pragmática, pouco adentrando em questões ideológicas.

Entre os pontos abordados, destaque-se a defesa pela liberdade religiosa. Provavelmente, a inserção deste tópico no plano de campanha se deu na tentativa de afastar a pecha antiga de que o comunismo seria uma força contrária aos cultos religiosos e, assim, reduzir a resistência dos eleitores mais crentes.

Obviamente, a movimentação político-partidária dos ferroviários da *GWB* em outubro de 1935 estava condicionada a uma conjuntura maior, mas que envolvia dinâmicas locais próprias. Por ser uma chapa que concentrava candidatos e pautas ligadas às massas populares e aos comunistas, naturalmente, a “Trabalhador, ocupa teu posto!” se posicionava em um espectro político diametralmente oposto às agremiações que representavam as elites pernambucanas. Nesse sentido, o Partido Social Democrático (PSD) de Pernambuco se apresentava, supostamente, como o maior adversário dos ferroviários no pleito.

Fundado em 19 de dezembro de 1932, o PSD de Pernambuco foi criado em um momento de reorganização partidária, após Getúlio Vargas ter autorizado as eleições de 1933. Entre os principais articuladores para sua fundação no estado estavam o interventor Lima Cavalcanti e o futuro ministro do Trabalho, Indústria e Comércio Agamenon Magalhães, portanto, os dois maiores expoentes políticos do estado. A sigla reuniu integrantes do PDN e PRD, os dois partidos de oposição ao ex-governador Estácio Coimbra, destituído do cargo após a Revolução de 1930.<sup>83</sup>

Desta forma, em 1935, o PSD de Pernambuco conglomerava as forças oposicionistas ao grupo político derrotado em 1930 e representava a base de apoio a Vargas no estado e suas elites. Um demonstrativo desta percepção é o editorial de 8 de outubro de 1935 do *Diário da Manhã*, de propriedade de Lima Cavalcanti, intitulado “Às urnas”.<sup>84</sup> A publicação alertava os leitores sobre o início do pleito para prefeitos e vereadores do estado. O jornal afirmava que as eleições seriam realizadas em um “ambiente de máxima liberdade” e que o governo estava

---

<sup>83</sup> PANTOJA, Sílvia. Carlos de Lima Cavalcanti. In: Centro de Pesquisa e Documentação De História Contemporânea Do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cavalcanti-carlos-de-lima> Acesso em 23/06/2023.

<sup>84</sup> Ver Às urnas. Diário da Manhã. Recife, 8 de outubro de 1935, página 3. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DM1935&pagfis=3534> Acesso em 23/06/2023.

empenhado em garantir que o processo fosse conduzido “sem a mais leve sombra de coação ou violência”.

Demarcando bem seu posicionamento, o texto lembrava que a Nova República havia restabelecido “a soberania das urnas” e que o governo instituído após a Revolução de 1930 estava trabalhando conjuntamente com os deputados estaduais para que os eleitores pudessem comparecer às seções eleitorais tranquilamente. Para isso, cada município contaria com a presença de dois parlamentares, um da minoria e outro da maioria, para dar aos eleitores “uma afirmativa dos propósitos democráticos do governo”.

O editorial explicava que a escolha de um nome para o cargo de prefeito do Recife era uma prerrogativa do governador de Pernambuco, conforme a constituição do estado, e que por esse motivo, a capital só teria eleição para vereadores.

Em sua conclusão, o tom republicano e propagandista do texto dá espaço ao apoio declarado aos candidatos do PSD. De acordo com o *Diário da Manhã*,

várias facções políticas e alguns candidatos avulsos disputarão o pleito. O Partido Social Democrático, como órgão principal de organização política do estado vai concorrer às eleições. Recomendam-se os seus candidatos pelo acervo de serviços prestados a Pernambuco em vários setores das suas atividades. São por isso credores dos sufrágios dos eleitores verdadeiramente livres e que se não deixaram nem se deixarão arrastar pela onda flácida de ideologias que pregam reformas, quando são as únicas que precisam reformar-se, dando-se a isto a significação de retirada do campo das competições, porque somente dentro dos ideais democráticos terá o nosso povo assegurado os seus direitos. Os candidatos do PSD são, por conseguinte, os verdadeiros candidatos do povo de Recife. Para eles, o voto do cidadão consciente que deseja a continuidade do ritmo em que entrou o estado desde o advento do governo revolucionário.

Assim, em Recife e em todo o estado, o PSD conglomerava candidatos que representavam as forças políticas que haviam sido alçadas ao poder com a Revolução de 1930 e que sustentavam a base do governo de Lima Cavalcanti e do próprio Getúlio Vargas. Mas, ao contrário do que se pode imaginar, em Jaboatão, o candidato do PSD à prefeitura, Eptácio de Oliveira Belém, contou com o apoio da “Trabalhador, ocupa teu posto!”, e por conseguinte, dos ferroviários da *GWB*.

Essa movimentação política fica demonstrada durante o depoimento do funcionário público Manoel de Albuquerque no Tribunal Regional de Justiça Eleitoral. Na qualidade de testemunha, Albuquerque foi ouvido quase um ano após a insurreição, em 12 de agosto de 1936, em um processo em que o prefeito eleito Eptácio de Oliveira Belém aparecia como recorrido.<sup>85</sup>

---

<sup>85</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Pública e Social de Pernambuco. Prontuário Trabalhador, ocupa teu posto. Disponível em:

De acordo com Albuquerque, era “público e notório” em Jaboatão que o prefeito eleito Epitácio Belém havia firmado um acordo com a legenda “Trabalhador, ocupa teu posto!” para as eleições municipais de outubro de 1935. O intuito era que a legenda não registrasse candidato ao cargo de prefeito em Jaboatão e orientasse sua base a votar em Belém, candidato do PSD de Pernambuco no município.

O funcionário público afirmou que soube dessa articulação nos dias próximos à eleição, quando presenciou uma conversa entre dois homens na estação Central da *Great Western* em Recife, enquanto desembarcava de um trem que partia para Jaboatão. Um dos interlocutores era o líder ferroviário Henrique Accioly Lins da Silva, candidato a vereador pela “Trabalhado, ocupa teu posto!”. Ele teria dito que a legenda “Trabalhador, ocupa teu posto!” só pleitearia às eleições de vereadores em Jaboatão e que “quanto ao cargo de prefeito os seus adeptos e eleitores votariam no Dr. Epitácio Belém com quem havia feito entendimento reservado”. A natureza desse “entendimento” não foi revelada.

O depoimento seguiu com Albuquerque garantindo que os responsáveis pela legenda “Trabalhador, ocupa teu posto!” também chegaram a procurar José Carneiro de Barros Campello, candidato a prefeito pela “Jaboatão: desperta”, na tentativa de negociar o tal “entendimento”, mas o mesmo se negou a receber os emissários da legenda.

Albuquerque ressaltou que Epitácio Belém deixou a prefeitura de Jaboatão para se candidatar novamente ao cargo nas eleições de outubro de 1935 e que indicou para a vaga o seu secretário Antonio Manoel Vieira de Mello. De acordo com o depoimento, Antonio Manoel Vieira de Mello

vivia na intimidade desses elementos operários suspeitos de Jaboatão, chegando isso ao ponto de no caráter de prefeito em exercício, ceder o prédio onde funciona a Escola de Trabalhos Manuais, para ali se reunirem esses mesmos elementos, antes das eleições de outubro, até altas horas da noite e arquitetassem planos subversivos contra a ordem pública.

Albuquerque disse ainda que o resultado dessas “reuniões subversivas” na sede da Escola de Trabalhos Manuais foi a deflagração da greve dos ferroviários, onde “houve choques de trens, ocasionando vítimas, dando lugar a atividade repressora e preventiva da polícia”. De acordo com as declarações, os fatos narrados fizeram com que o então delegado de polícia de Jaboatão, capitão Luiz Sabino de Azevedo, procurasse o candidato a prefeito Epitácio Belém o aconselhando a se afastar “daqueles elementos operários suspeitos ao regime e contra os quais

a polícia precisava estar agindo constantemente pelas suas atividades extremistas e subversivas”. No entanto, o ex-prefeito não acolheu os apontamentos do delegado e deu prosseguimento ao acordo de apoio dos operários à sua candidatura.

O funcionário público contou que ouviu comentários desabonadores de componentes da Junta Apuradora contra Epitácio Pessoa no momento em que se procedia a apuração das eleições e em que se abria mais de duas centenas de sobrecartas contendo cédulas para vereadores da legenda “Trabalhador, ocupa teu posto!” e para prefeito da legenda do Partido Social Democrático de Pernambuco com o nome de Epitácio Belém. Por esse motivo, Albuquerque opinou que a eleição de Epitácio Belém não era fruto dos votos do PSD, que em Jaboatão era minoria em face da legenda “Jaboatão: desperta”, mas sim do apoio da legenda “Trabalhador, ocupa teu posto!”.

O longo depoimento é encerrado com o funcionário público frisando que “todos os elementos componentes da chapa ‘Trabalhador, ocupa o teu posto!’ são comunistas declarados, pelo menos em Jaboatão”, e que “pessoa alguma pudesse pertencer à essa legenda sem que conscientemente fosse responsável pela propaganda comunista que com ela se pretendeu realizar”.

Apesar das características enviesadas do depoimento, Manoel de Albuquerque não parece ter mentido diante das autoridades eleitorais. De fato, a “Trabalhador, ocupa teu posto!” não lançou candidato próprio a prefeito em Jaboatão. Se não é possível comprovar que a legenda apoiou abertamente o candidato do PSD Epitácio Belém, tão pouco podemos refutar que a “Trabalhador, ocupa teu posto!” orientou sua base a votar em Belém.

Conforme vem sendo exposto ao longo desta pesquisa, os ferroviários da *GWB* representavam uma grande força em Jaboatão e, dificilmente, um candidato a prefeito conseguiria alcançar os votos necessários para ser eleito sem o apoio destes trabalhadores. Assim, realmente parece provável que a “Trabalhador, ocupa teu posto!” tenha apoiado o candidato do PSD na cidade, ainda que o partido representasse as elites do estado, tendo entre seus correligionários o governador Lima Cavalcanti e o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio Agamenon Magalhães.

A confirmação da improvável aliança política também pode ser identificada em outro depoimento. Preso por ter participado da insurreição, o escriturário da *GWB* Aníbal Vicente da Hora afirmou em depoimento ao TSN que possuía título eleitoral desde 1928, mas só votou pela primeira vez nas eleições de 1935 “por exigência da lei, sob pena de multa ou punição”.

Ele confirmou ter votado no PSD na ocasião e argumentou que os candidatos não eleitos no pleito “viram na revolta a oportunidade de se vingarem”.<sup>86</sup>

Portanto, o depoimento de Aníbal Vicente da Hora indica que os ferroviários da *GWB* realmente haviam votado no candidato do PSD à prefeitura de Jaboatão nas eleições de outubro de 1935. Isso demonstra que esses trabalhadores se organizavam dentro de uma dinâmica local própria, fugindo aos fisiologismos políticos.

Se por suas propostas e configuração de base a “Trabalhador, ocupa teu posto!” deveria naturalmente se opor ao PSD, em Jaboatão, o movimento foi de aproximação, com os ferroviários ajudando, provavelmente, a eleger o candidato do partido à prefeitura da cidade. Ao focarmos a situação em Jaboatão, podemos constatar, portanto, que os acordos políticos envolvendo os ferroviários da *GWB* foram costurados levando em consideração a situação local e a cultura política desses trabalhadores.

Desta forma, ao que parece, os ferroviários da *GWB* em Jaboatão foram às urnas em outubro de 1935 orientados a votarem nos candidatos da legenda “Trabalhador, ocupa teu posto!” para vereadores e no candidato do PSD à prefeitura Epitácio Belém. O resultado da eleição corrobora a análise.

A apuração em Jaboatão teve início em 1º de novembro com a contabilização de 1.425 votos.<sup>87</sup> Desde as primeiras contagens, Epitácio Belém e Henrique Accioly Lins da Silva apontavam como os mais votados para prefeito e vereador, respectivamente. A confirmação do resultado só saiu em 5 de novembro, com as eleições de Epitácio Belém para prefeito pelo PSD, com 806 votos, e do líder ferroviário da *GWB* Henrique Accioly Lins da Silva para vereador pela “Trabalhador, ocupa teu posto!” com 222 votos. Pedro Chaves, com 26 votos; Manoel de Souza Rolim, com 14 votos; Carlos de Souza Salustiano, com 11 votos; José Paulo, com 10 votos; e Symprhonio José da Silva com 9 votos, não alcançaram o quociente eleitoral mínimo de 158 votos para serem eleitos.<sup>88</sup>

---

<sup>86</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação n°. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 9. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_rjanrio\\_c8/0/apl/0183\\_v\\_09/br\\_rjanrio\\_c8\\_0\\_apl\\_018\\_v\\_09\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_09/br_rjanrio_c8_0_apl_018_v_09_d0001de0001.pdf) Acesso em 18/12/2021.

<sup>87</sup> Ver Um dia de intenso trabalho no Tribunal Eleitoral. Diário da Manhã. Recife, 1º de novembro de 1935, página 3. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DM1935&pagfis=3854> Acesso em 23/06/2023.

<sup>88</sup> Ver As eleições do dia 8. Diário da Manhã. Recife, 5 de novembro de 1935, página 3. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DM1935&pagfis=3902> Acesso em 23/06/2023.

Apesar de ter sido o candidato a vereador mais votado de Jaboatão, Henrique Accioly Lins da Silva, contudo, não tomou posse. Alguns dias após a apuração, a insurreição comunista tomaria as ruas de Jaboatão e o ferroviário ficaria foragido por quase um ano, até ser preso em dezembro de 1936, escondido na casa de um empregado aposentado da *Great Western of Brazil*.

### 2.3 A greve de 1935 e o prelúdio da insurreição

O maquinista Antonio Francisco de Souza nasceu em 1900, era casado, tinha seis filhos e morava em Palmares. Às 9h18 de 1º de novembro de 1935, Antonio recebeu a licença de saída na estação de Floriano Peixoto e partiu de Jaboatão guiando a locomotiva 305, com destino a Recife, acompanhado pelo foguista José Hypolito. Aquela seria a última viagem do ferroviário.

O trem guiado por Antonio Francisco de Souza era formado por um vagão de bagagem, quatro carros de 1ª classe e dois carros de 2ª classe. Após percorrer, aproximadamente, quinhentos metros, o “trem da Serra”, como era conhecido, chegou ao fim de uma rampa, entre as estações Floriano Peixoto e Coqueiral. Devido ao declive do terreno, o maquinário se locomovia lentamente e ao fazer uma curva fechada, no quilometro 14, surgiu, na direção oposta, o trem P.B.5, chamado de “trem suburbano”, que partira da estação Central com destino a Jaboatão.

Formado por um vagão de bagagem, três carros de 1ª classe, e dois de 2ª classe, o P.B. 5 descia a ladeira em alta velocidade. Ao perceber a iminência do desastre, Antonio Francisco de Souza acionou os freios, mas a pouca distância entre os dois trens não foi suficiente para evitar a colisão.

A locomotiva 305 e o P.B.5 bateram de frente. O choque foi tão grande que as duas chaminés se uniram, os lageirões – estruturas de ferro instaladas ao lado e à frente das caldeiras – das duas máquinas dobraram, as rodas da locomotiva 305 se soltaram e entraram debaixo do P.B.5. O barulho do acidente chamou a atenção dos moradores das redondezas, que se juntaram para prestar os primeiros socorros. Os passageiros acidentados apresentavam desde ferimentos leves até fraturas nos membros superiores e inferiores. Meia hora depois, as primeiras ambulâncias e médicos do Hospital de Pronto Socorro chegaram ao local para resgatar os feridos.

Embaixo dos destroços, o maquinista Antonio Francisco de Souza foi encontrado com a mão e a perna esquerdas esmagadas e contusões em várias partes do corpo. Ele foi resgatado por dois investigadores de polícia e levado de ambulância até a capital pernambucana, onde

passou por uma cirurgia. Mas o ferroviário não resistiu aos ferimentos e morreu algumas horas depois.<sup>89</sup>

Ao mesmo tempo em que se resgatavam os feridos, a polícia civil pernambucana instaurava inquérito para apurar as causas do acidente. No entanto, não demorou muito para circular a versão de que os trens haviam colidido devido ao corte de cabos telegráficos que estabeleciam a comunicação entre as estações de Floriano Peixoto e Coqueiral. A danificação da linha foi atribuída aos ferroviários da *Great Western*.

No dia seguinte ao acidente, ao noticiar os detalhes da tragédia, o *Diário da Manhã* lembrou aos leitores que há pelo menos dois dias corria em Recife o boato de que um movimento grevista dos ferroviários rebentaria no estado, apesar de o sindicato negar tal informação. Contudo, de acordo com o periódico, no dia do acidente, os fios telegráficos nos trechos entre Coqueiral e Jaboatão amanheceram rompidos, assim como alguns trilhos haviam sido danificados, uma estratégia recorrente dos ferroviários em momentos de mobilização para impedir o tráfego de trens.

Por ser feriado de Dia de Todos os Santos, não havia expediente em diversos departamentos da companhia férrea, o que impossibilitou a verificação das depredações. Sem ter ciência do problema, a superintendência da *GWB* autorizou que os trens partissem dos seus pontos nos horários previstos. A impossibilidade de os condutores receberem dos agentes das estações as licenças originadas das comunicações telegráficas fez com que os dois trens colidissem.

Como era de se esperar, os jornais condenaram veementemente o ocorrido e culpabilizaram os ferroviários pelo acidente. O *Diário de Pernambuco* de três de novembro afirmava que “o violento encontro de trens resultou da danificação das linhas telegráficas, levada a efeito criminosamente” e que “os processos de sabotagem devem ser condenados por todos quantos realmente se empenham pela causa operária”. Apontando a causa da mobilização dos trabalhadores quase de forma involuntária, o jornal alegou esperar “que o caso do aumento de salários dos ferroviários se resolva dentro de um ambiente de ordem, sem esses recursos à violência, sempre funestos”.<sup>90</sup>

---

<sup>89</sup> Ver O grande desastre ocorrido, ontem, pela manhã no kilometro 14 da linha geral. *Diário da Manhã*. Recife, 02 de novembro de 1935, página 09. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DM1935&pagfis=3872> Acesso em 13/08/2023.

<sup>90</sup> Ver Várias. *Diário de Pernambuco*. Recife, 03 de novembro de 1935, página 03. Disponível em: [https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_11&Pesq=great&pagfis=17049](https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_11&Pesq=great&pagfis=17049) Acesso em 13/08/2023.

O *Diário da Manhã* seguiu a mesma linha. Com o título “Advertência ao proletariado”, o editorial de dois de novembro defendia que “não era pela violência nem pela desordem que se chega à vitória” e esconjurava que a tragédia pesaria como “uma maldição sobre toda a classe de ferroviários”. O jornal opinava que “contra esses agitadores é preciso que se exerça uma reação forte em benefício mesmo das classes proletárias” e que os próprios ferroviários deveriam rechaçar o ocorrido, pois eles seriam “os primeiros a sentir as consequências de tudo”. O periódico sustentava em tom de aconselhamento que “o sangue desse maquinista sirva de advertência aos ferroviários pernambucanos”.<sup>91</sup> Por pertencer ao interventor Lima Cavalcanti, a recomendação pode ser interpretada como uma ameaça velada aos trabalhadores e um recado de que atos semelhantes não seriam tolerados pelo governo do estado.

Antonio Francisco de Souza foi enterrado no cemitério do Barro sob forte comoção de seus companheiros, que acompanharam massivamente o cortejo fúnebre. O corpo foi transferido em um trem especial custeado pela *Great Western*, assim como todas as despesas do sepultamento, em uma clara tentativa da empresa de explorar a tragédia em benefício próprio.

Ao noticiar o enterro do ferroviário, o *Diário da Manhã* relatou outro episódio de violência ocorrido nos trilhos da *GWB*, desta vez em Garanhuns. De acordo com informações fornecidas pelo secretário da alta administração da estrada de ferro D. Black, ao trafegar pelo trecho entre as estações Garanhuns e São João, na altura do quilômetro 50, o trem P.S.4 teria sido atacado por grevistas. Dentro do comboio viajavam cinco militares que revidaram, iniciando, assim, um tiroteio entre os dois grupos. O embate resultou com o mestre de linha João Albertino e o foguista Antonio Gomes feridos. Apesar da confusão, o trem seguiu viagem e chegou em Recife no horário programado.<sup>92</sup>

A morte de Antonio Francisco de Souza e o episódio de Garanhuns revelam mais uma cisão entre os ferroviários da companhia inglesa, em que de um lado estavam os maquinistas e condutores, e do outro os empregados das oficinas e escritórios, que estavam à frente do

---

<sup>91</sup> Ver Advertência ao proletariado. *Diário da Manhã*. Recife, 02 de novembro de 1935, página 03. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DM1935&pagfis=3866> Acesso em 13/08/2023.

<sup>92</sup> Ver O grande desastre ocorrido, no kilometro 14, na linha central. *Diário da Manhã*. Recife, 03 de novembro de 1935, página 23. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DM1935&pagfis=3898> Acesso em 13/08/2023.



movimento grevista. Seis dias após a tragédia, o *Diário da Manhã* publicou uma lista com nomes de condutores criticando a paralisação e apoiando a administração da empresa.<sup>93</sup>

A falta de adesão dos maquinistas e condutores ao movimento também está aparente na capa da *Folha do Povo*, de 11 de novembro. Uma fotografia mostra um grupo de mulheres em pé sobre os trilhos do trem. Elas eram esposas, filhas e irmãs dos grevistas que estavam impedindo os cabelouros, como eram chamados os fura-greves, de seguirem viagem.<sup>94</sup> Nesse caso, os fura-greves só poderiam ser os maquinistas, que tinham perícia para pilotarem os trens.

Os dois casos revelam a resistência dos pilotos em relação aos objetivos e táticas adotadas pelos empregados que trabalhavam nas oficinas e escritórios da *GWB* em suas lutas por melhores condições de trabalho. Possivelmente esse comportamento está relacionado à própria especificidade da função. Uma vez que os pilotos cumpriam seus expedientes dentro dos trens, realizando longas viagens de uma cidade para outra, era mais difícil que esses trabalhadores estivessem expostos aos proselitismos do sindicato, que era mais presente nas oficinas. Esta oposição pode ter sido potencializada pela morte de Antonio Francisco de Souza.

Desta forma, ao que parece, os maquinistas e condutores se engajaram menos, tanto na greve de novembro, quanto na própria insurreição. Vestígio disso, é que nenhum maquinista ou condutor da *GWB* foi identificado nesta pesquisa como preso ou condenado por ter participado da sublevação. Por outro lado, alguns deles aparecem como testemunhas de acusação contra seus companheiros, tanto nos processos abertos pelo Tribunal de Segurança Nacional, quanto nos inquéritos administrativos instaurados pela *GWB*.

Essa divisão manifestou-se claramente durante as investigações conduzidas pelo implacável promotor público Etelvino Lins de Albuquerque após a rebelião ter sido controlada. Em 13 de dezembro, o condutor da *GWB* José Leôncio da Silva, morador de Jaboatão, compareceu ao Conselho Penitenciário e afirmou diante das autoridades ter visto os ferroviários Severino Marinho de Carvalho e Demócrito da Silveira armados de fuzil pelas ruas da cidade ao lado dos revoltosos.<sup>95</sup> O nome de José Leôncio da Silva aparece como um dos signatários da

---

<sup>93</sup> Ver A greve dos ferroviários da Great Western. *Diário da Manhã*. Recife, 08 de novembro de 1935, página 07. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DM1935&pagfis=3946> Acesso em 13/08/2023.

<sup>94</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de José Vicente de Souza Monte. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/00172/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_0\\_0172\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/00172/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_0_0172_d0001de0001.pdf) Acesso em: 10/01/2023.

<sup>95</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 1. Disponível em:

lista de condutores contrários à greve publicada no *Diário da Manhã* semanas antes. Severino Marinho de Carvalho e Demócrito da Silveira foram presos e condenados a cinco anos de detenção no Presídio Agrícola de Fernando de Noronha, sem terem confessado o envolvimento na rebelião.

Alguns pilotos também foram ouvidos nos inquéritos abertos pela empresa para apurar o comportamento de empregados durante a greve. Entre 5 de novembro de 1935 e 13 de janeiro de 1936, a *GWB* instaurou ao menos quatro inquéritos administrativos acusando 15 ferroviários de insubordinação, depredações de locomotivas e trilhos, ameaças e cortes de cabos telegráficos relacionados à greve.

Em um deles, o ajudante de serralheiro e delegado do sindicato dos ferroviários João Candido da Silva foi acusado de ter cortado cabos telegráficos e de ter coagido outros ferroviários a aderirem à paralisação.<sup>96</sup> No inquérito aberto pela *GWB* para demitir João Candido da Silva foram ouvidas seis testemunhas, entre elas estavam o maquinista João Marques dos Santos Jorge e o condutor José Pereira de Mendonça.

João Marques contou que na manhã de 1º de novembro pilotava o trem C.C.15 e, chegando na estação Pinto Ribeiro, foi informado pelo agente que a comunicação telegráfica com a estação seguinte, de Alagoa de Baixo, não estava funcionando e, que por isso, não seria possível lhe entregar a licença para continuar a viagem. O maquinista combinou, então, com o condutor e com o chefe da estação que partiria sem a licença. Ao chegar na estação de Alagoa de Baixo, foi abordado pelo ajudante de serralheiro João Candido da Silva, que entrou na cabine da locomotiva e o intimou a entregar o veículo. Ainda de acordo com o depoimento, João Candido da Silva havia dito que uma greve havia sido deflagrada e que “o trem só partiria no dia seguinte, depois que pisarem em cima do meu cadáver”.

O maquinista recusou entregar a direção da locomotiva e a manobrou para que fosse abastecida de carvão, mas como os empregados que trabalhavam na estação de Alagoa de Baixo haviam aderido à greve, não havia ninguém para efetuar o serviço. João Marques contou que no dia seguinte, a locomotiva continuava sem lenha para queimar e a tripulação estava amedrontada e se recusava a partir com o trem, devido a notícia do acidente ocorrido em Jaboatão.

---

[http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR\\_RJANRIO\\_C8/0/APL/0183\\_v\\_01/BR\\_RJANRIO\\_C8\\_0\\_APL\\_0183\\_v\\_01\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_C8/0/APL/0183_v_01/BR_RJANRIO_C8_0_APL_0183_v_01_d0001de0001.pdf) Acesso em 18/12/2021.

<sup>96</sup> Ver BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo nº 1.502. Disponível em: <https://arquivoteca.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-1-502-1936> Acesso em 13/08/2023

O maquinista prosseguiu a oitiva contando que no dia dois, a polícia levou a tripulação, formada por foguistas e guarda-freios, para a delegacia para ser interrogada, mas que os tripulantes responderam ao delegado que não compactuavam com a greve e que se recusavam a continuar viagem porque tinham medo de ocorrer novo acidente como o que matou Antonio Francisco de Souza. O maquinista João Marques dos Santos Jorge mencionou ainda que ouviu o agente da estação censurar o condutor José Pereira de Mendonça por terem feito a viagem, furando a greve.

José Pereira de Mendonça também havia assinado a lista de condutores contrários a greve publicada no *Diário da Manhã*. Em depoimento à comissão de inquérito da *GWB*, Mendonça corroborou as informações prestadas pelo maquinista João Marques dos Santos Jorge e acrescentou que, na manhã de 1º de novembro, eles partiram de São Caetano com destino a Alagoa de Baixo e, ao passar pelas estações Pesqueira e Rio Branco, notou que as mesmas estavam guarnecidas por soldados de polícia. O condutor disse que não se surpreendeu, devido os rumores de início de greve que circulavam entre os ferroviários e julgou que se tratava de uma medida de precaução tomada pela empresa.

No entanto, chegando à estação de Alagoa de Baixo, percebeu que o trem parou antes da primeira agulha. O condutor desceu do carro em que viajava e foi até a locomotiva para verificar o que estava ocorrendo. Foi quando presenciou o ajudante de serralheiro João Candido da Silva dizer ao maquinista que era delegado do sindicato e que “não consentia que ninguém trabalhasse em virtude de ter sido decretada a greve”.

Ao chegarem à estação, o condutor constatou que a mesma estava fechada e disse que depois de alguns minutos o agente do local dizendo que “isto é uma vergonha! Como é que o público estava ciente de que nós estávamos em greve e você chega com esse trem aqui?”. O inquérito foi enviado ao CNT, que autorizou a demissão do ajudante de serralheiro e delegado do sindicato João Candido da Silva.

Os depoimentos do maquinista e do condutor reforçam a percepção de que a categoria dos ferroviários não agia de forma uníssona. Assim como foi noticiado pelo *Diário da Manhã* e como próprio condutor José Pereira de Mendonça confirmou em depoimento, os rumores de que a categoria entraria em greve já havia chegado aos ouvidos de grande parte da população. Ao decidir seguirem viagem no dia 1º, o maquinista João Marques dos Santos Jorge e o condutor José Pereira de Mendonça, deliberadamente, furaram a paralisação.

É bem verdade que a greve só foi anunciada oficialmente pelo sindicato em 7 de novembro. Mas se já existia uma articulação anterior, deflagrada precipitadamente por um

grupo fracionário de ferroviários no dia 1º, certamente não incluía os maquinistas e condutores da *Great Western*.

Em outro inquérito administrativo aberto pela companhia ferroviária, o maquinista Antônio Damásio Pereira afirmou que em 1º de novembro estava no “castello” onde pernoitavam os maquinistas, na cidade de São Caetano, quando foi abordado por diversos colegas.<sup>97</sup>

Antônio Damásio disse ter sido questionado pelo grupo se guiaria a locomotiva do trem C.C.14. Ele respondeu que não estava escalado para o serviço e que só trabalharia com ordem superior. Mais tarde, o maquinista foi convocado para pilotar a locomotiva e, quando se preparava para fazer o serviço, foi confrontado pelo também maquinista Alípio Franco Ribeiro. De acordo com o depoimento de Antônio Damásio, Alípio Franco teria lhe dito que “se admirava dele ir trabalhar, quando todo o serviço estava paralisado em estado de greve”. As ameaças teriam continuado com Alípio e mais outros ferroviários dizendo que “São Caetano era lugar de tirar-se mama de homem”, o que teria soado como uma intimidação. O maquinista Antônio Damásio Pereira concluiu o depoimento dizendo que não era sindicalizado e que por isso não era bem visto pelos demais associados.

Principal alvo do inquérito, o maquinista Alípio Franco Ribeiro também foi ouvido no processo. Ele alegou que no dia 1º estava de folga, mas foi até a estação de São Caetano, onde foi informado pelo vigia José Barbosa dos Reis que havia sido decretada a greve. Segundo Alípio, o vigia o teria mostrado um telegrama, sem procedência e em forma de código, anunciando o início da greve. Eles, então, avisaram aos demais operários que todo o serviço estava parado “para o lado da capital” e que só trabalhava quem quisesse.

Alípio confirmou a informação que o chefe do depósito chamou o Antonio Damásio para guiar a locomotiva C.C.14 e que ele, Alípio, e mais 4 companheiros foram até o “castello” indagar o maquinista se ele ia fazer a viagem. Neste momento, Damásio teria respondido “todo aborrecido” que não ia mais fazer o serviço.

Alípio se defendeu das acusações argumentando que ele e os colegas “não fizeram intimação a Antônio Adamásio para ir guiar a locomotiva, pelo contrário, disseram ao mesmo que poderia seguir que não haveria coisa alguma” e que o próprio maquinista persistiu em não fazer a viagem. Alípio ainda contou que Antonio Damásio só seguiu viagem para Recife no dia dois, e que no dia três, ao voltar para São Caetano, teria declarado na estação, na presença de

---

<sup>97</sup> Ver BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo nº 708. Disponível em: <https://arquivoteca.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-708-1936> Acesso em 13/08/2023

alguns ferroviários, que “era homem para brigar e quem quisesse experimentasse, pois tinha carta branca para agir”. Alípio encerrou o depoimento garantindo que entre ele e o maquinista nunca “houve a menor questão”.

O relatório da comissão foi encaminhado ao CNT solicitando autorização para demitir o maquinista Alípio Franco Ribeiro e o vigia José Barbosa dos Reis por “falta grave de insubordinação”. Mas a 2ª Câmara do CNT negou o pedido por considerar que não havia “prova de qualquer ato de violência” por parte dos acusados e os dois ferroviários permaneceram nos quadros da *GWB*.

Apesar das nuances de rixa pessoal entre dois maquinistas, o caso propicia algumas questões interessantes. A primeira é o fato de Antônio Damásio Pereira dizer que era perseguido por seus companheiros por não ser sindicalizado. Isso aponta que os maquinistas não eram muito afeitos aos assuntos do sindicato. Além disso, no período pesquisado, nenhum maquinista ou condutor fez parte da direção do Sindicato ou da Sociedade Beneficente dos Ferroviários da *GWB*, reforçando esta interpretação.

Outro ponto interessante de análise é o suposto envolvimento do maquinista Alípio Franco Ribeiro com os grevistas. Se, aparentemente, os maquinistas e condutores não aderiram a greve, por que Alípio teria, supostamente, coagido seu colega Antônio Damásio Pereira a não partir com o trem para Recife? A resposta pode estar no histórico profissional de Alípio.

Alípio Franco Ribeiro ingressou nos quadros da *GWB* aos 18 anos, em 1912, como limpador, função que exerceu por um ano. Depois foi promovido a acendedor em 1913 e a foguista em 1919. O ferroviário só se tornou maquinista em 1923, portanto, quando já tinha 10 anos de empresa.

Essas experiências anteriores como limpador, acendedor e foguista, podem ter feito com que Alípio fosse mais propenso às pautas do sindicato. Além disso, sua origem em funções menos prestigiadas entre os ferroviários pode ter gerado uma eventual rusga com o maquinista Antônio Damásio Pereira, revelando mais uma vez as dissonâncias internas da categoria.

Além disso, o fato de a paralisação ter sido antecipada por um telegrama “codificado e sem procedência”, nos mostra que toda a movimentação do dia 1º de novembro realmente parece ter sido desencadeada por um grupo fracionário, uma vez que uma greve oficial da categoria só poderia ser anunciada por meio de um posicionamento público do sindicato, o que só ocorreria dias depois.

Por fim, ainda merece destaque o fato de o CNT não ter autorizado a demissão dos ferroviários alvos dos inquéritos administrativos, demonstrando que o órgão não acolhia

integralmente os pedidos da empresa. O mesmo comportamento pode ser verificado nos processos abertos pela companhia posteriormente para dispensar os empregados acusados de terem participado da insurreição. Desta forma, fica evidenciado, que o CNT não agia de forma indiscriminada, apenas corroborando os argumentos da estrada de ferro, mas fazendo uma análise pontual de cada caso levado pelas empresas.

Apesar de a greve só ter sido declarada oficialmente em 7 de novembro, a movimentação da categoria teve início bem antes dos episódios de depredações. Uma publicação curta no *Diário da Manhã* de 19 de outubro já demonstrava que a greve dos ferroviários era uma questão de tempo. Na nota, o Sindicato dos Empregados e Operários em Tramways, Telephone e Classes Anexas de Recife publicou um comunicado direcionado ao “público em geral, das autoridades e dos demais sindicatos”. O texto afirmava que a entidade não prestaria “solidariedade aos companheiros da Great Western com o fim de encorajá-los na realização de uma greve que se propala” e que “os companheiros da Great Western saberão com inteligência resolver seu impasse dentro da legislação social”.<sup>98</sup>

A publicação é sintomática. Se o Sindicato dos Empregados e Operários em Tramways, Telephone e Classes Anexas de Recife sentiu a necessidade de negar publicamente que não apoiaria a eventual paralisação dos ferroviários, era porque a informação já era ventilada também em outras categorias. Além disso, fica implícito que era esperado uma greve geral de trabalhadores em apoio às causas dos ferroviários.

Essa hipótese é reforçada ao verificarmos o histórico de paralisações promovidas pelos ferroviários da *GWB* nas primeiras décadas do século XX, algumas vezes cruzando os braços em causas próprias, outras vezes aderindo a greves encabeçadas por outras categorias. Em muitas delas, os empregados da *Great Western* e da *Pernambuco Tramways* estiveram lado a lado no movimento paredista.

A primeira greve de ferroviários em Jaboatão foi registrada ainda em 1893, pelos operários da Estrada de Ferro Central, empresa estatal que antecedeu a *GWB*. Na ocasião, os trabalhadores reivindicavam aumento de salários, mas “anos depois, houve nova greve visando demitir o chefe da locomoção, Dr. Manoel Antônio de Moraes Rego, que havia se incompatibilizado com o operariado”. (Velo, 1982: 125)

---

<sup>98</sup> Ver Associações. *Diário da Manhã*. Recife, 19 de outubro de 1935, página 09. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DM1935&pagfis=3668> Acesso em 13/08/2023

O caso corrobora o entendimento de que os ferroviários formavam uma das categorias mais mobilizadas do país, lutando não só por melhores remunerações, pauta mais tradicional do movimento operário, como também pressionando a empresa a desligar chefes renegados.

Os ferroviários brasileiros, desde o início da existência das ferrovias, atuaram ativamente na luta por seus direitos. A resistência dos trabalhadores se refletia nas assembleias, na formação de chapas, nas greves, nos piquetes e nos boicotes, propiciando aos ferroviários a condição de sujeitos da sua própria história. (Maia, 2020: 3)

Entre 1908 e 1935 os empregados da *GWB* fizeram diversas paralisações. As maiores delas foram as greves gerais de 1919 e a de julho e agosto de 1922, que suspendeu temporariamente o aumento de 50% do imposto de consumo. Meses depois, as organizações trabalhistas e os líderes sindicais foram brutalmente perseguidos pelo presidente do estado Sérgio Loreto, principalmente os empregados da *Great Western* e da *Pernambuco Tramways*. A repressão fez com que a imprensa atacasse as empresas estrangeiras “com um xenofobismo tão fervoroso que despertou simpatias locais pelos grevistas”. (Levine, 1980: 219)

A reboque das greves de diversas categorias em São Paulo e Rio de Janeiro em 1907, os ferroviários da *Great Western* organizaram uma paralisação em Pernambuco em 1908. A parede conseguiu um aumento de salários e redução da jornada de trabalho. Como de costume, “a força policial do Estado de Pernambuco, manobrada pelo poder da família Rosa e Silva, veio em socorro da companhia ferroviária”. (Dulles, 1973: 29)

No entanto, em 1919 o movimento foi ainda maior, quando os estados da Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco foram tomados por greves gerais. Em Pernambuco, a União Cosmopolita iniciou o movimento reivindicando melhores salários e condições de trabalho para os operários da companhia inglesa *Pernambuco Tramways*, maior empregadora da região. A Federação da Resistência apoiou à parede e convocou uma greve geral, que contou com a adesão dos ferroviários da *Great Western*. Mais uma vez, o governo local entrou em rota de colisão com a administração da empresa.

O Governador Manuel Antônio Pereira Borba, um advogado que tinha participação nos lucros das indústrias têxteis, ameaçou agir contra os diretores das companhias *Pernambuco Tramways* e *Great Western*. Os diretores trocaram telegramas com as respectivas matrizes em Londres e, em seguida, se renderam aos reclamos dos operários. (Dulles, 1973: 82)

Nos dois casos é possível observar que os ferroviários da *GWB* estavam articulados com trabalhadores de outras empresas e também de outros estados, formando uma rede de solidariedade entre os movimentos grevistas locais, regionais e nacionais e compartilhando aspectos de uma mesma cultura política.

Além disso, as situações supracitadas demonstram que as mobilizações desses trabalhadores não refletiam apenas na relação deles com a *GWB*, mas também provocavam reações no governo e refletia na percepção da imprensa e da sociedade pernambucana em geral sobre a estrada de ferro.

Mesmo sem o apoio público de companheiros de outras categorias em 1935, os ferroviários continuaram a articulação. Em 25 de outubro, o *Diário da Manhã* publicou dois telegramas do Sindicato dos Ferroviários da *Great Western*. O primeiro era endereçado aos governadores de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, solicitando interferência dos respectivos mandatários para “demover a intransigência” da companhia diante do pedido de “aumento ínfimo de salários e outras reivindicações”.

A segunda mensagem tinha como destinatários o próprio presidente da República e o ministro da Viação. O sindicato reivindicava o aumento de 30% para os empregados que recebiam até 300\$; 20% de 301\$ a 500\$; e 10% de 501\$ a 700\$. Pedia também que as autoridades analisassem a proposta junto aos diretores da empresa para pôr fim ao caso.<sup>99</sup> Ambos os telegramas foram assinados pelo presidente da entidade, Antonio Feijó.

Ao publicar os telegramas em um jornal de grande circulação e de propriedade do governador de Pernambuco, além de endereça-los as principais autoridades públicas do país, o sindicato dos ferroviários, certamente, esperava pressionar a direção da empresa e demonstrar à categoria a seriedade de sua gestão. Provavelmente, também pretendia expor que estava disposto a estabelecer um diálogo com a empresa e o poder público, antes de optarem pela paralisação, passando, assim, a imagem de uma categoria moderada.

Com as negociações caminhando a passos lentos, em 5 de novembro o sindicato dos ferroviários deu um ultimato de 48h para que a empresa apresentasse uma proposta, caso contrário, deflagrariam a greve. No último dia do prazo, o *Diário da Manhã* publicou um telegrama do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio Agamenon Magalhães endereçado a Andrade Bezerra, presidente da Assembleia Legislativa que assumira interinamente o governo de Pernambuco enquanto o governador Lima Cavalcanti passava férias na Europa.

Na mensagem, Agamenon Magalhães esclarecia que havia discutido a questão do aumento dos salários dos ferroviários com a diretoria da *GWB* e que as partes haviam combinado de conceder um aumento de 1.800 contos de réis à categoria e a implementação da lei de oito horas diárias de trabalho. As mudanças ocorreriam a partir de 1º de janeiro de 1936,

---

<sup>99</sup> Ver Associações. *Diário da Manhã*. Recife, 25 de outubro de 1935, página 04. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DM1935&pagfis=3731> Acesso em 13/08/2023



com o pagamento de metade do aumento. Na mesma data, a empresa também reajustaria as tarifas, já autorizadas pelo Ministério de Viação. A outra metade do aumento de salários seria paga assim que concluíssem as negociações entre a empresa e o governo. O ministro encerrava o texto solicitando que o governo de Pernambuco transmitisse o acordo aos empregados da *GWB* e apelava para que os mesmos aceitassem os termos estabelecidos, “evitando a paralisação do tráfego e outras atitudes que serão contraproducentes e perturbadoras da economia de Pernambuco”.<sup>100</sup>

A participação do ministro do Trabalho, homem forte do governo Vargas, nas negociações e o apelo final aos trabalhadores demonstra a relevância e o poder de mobilização dos ferroviários das *Great Western*. A articulação da categoria deixou a empresa e o governo praticamente de joelhos diante de suas reivindicações.

Mas nem o apelo do ministro, nem a concessão do aumento foram suficientes para fazer com que os ferroviários recuassem. O sindicato decidiu deflagrar a greve às 10h de 7 de novembro. A mobilização se espalhou por toda a rede ferroviária do Nordeste, atingindo os estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Enquanto a direção da companhia resistia em atender às demandas dos trabalhadores, os governos estaduais agiam para reprimir as manifestações, perseguindo e prendendo os líderes da greve. No entanto, os grevistas contavam com a solidariedade de populares e dos militares, que criavam comissões para apoiar e arrecadar recursos para as famílias dos ferroviários.

Gregório Bezerra, um dos líderes do movimento revolucionário em Recife, afirma que a greve dos empregados da *GWB* no início de novembro de 1935 foi orientada pelo PCB e tinha o caráter econômico e pacífico, visando “antes de tudo ao aumento de salário e o atendimento a algumas reivindicações específicas dos ferroviários”.

Em alguns locais de trabalho, a empresa conseguiu alguns “fura-greves”, mas a massa se concentrou e forçou-os a retrocederem. A reação, consciente da simpatia do povo pelo movimento grevista, tentou incompatibilizá-lo com os grevistas, dinamitando alguns pontilhões e arrancando trilhos, e atribuindo a responsabilidade desses atentados aos trabalhadores em greve. O Partido lançou centenas de milhares de boletins, denunciando a sabotagem e encorajando os grevistas a não ceder em nenhuma das suas reivindicações. (Bezerra, 1979: 238)

Apesar de a greve ter se alastrado por vários estados, ela foi mais aguerrida na capital pernambucana, onde mais de três mil ferroviários tomaram as ruas da cidade em protesto por

---

<sup>100</sup> Ver Um telegramma do ministro Agamemnon Magalhães ao governador Andrade Bezerra sobre o aumento de salários dos empregados da *Great Western*. Diário da Manhã. Recife, 07 de novembro de 1935, página 03. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DM1935&pagfis=3926> Acesso em 13/08/2023

melhores salários, recebendo apoio dos trabalhadores dos transportes terrestres e carvão e de empregados da Companhia de Força e Luz e das usinas de açúcar Central Barreiros e Santa Terezinha. (Vianna, 2011: 294-296)

Parte dos militares do 29º BC também se posicionaram a favor dos grevistas, chegando até mesmo a arrecadarem donativos para o fundo de greve dos ferroviários da *GWB*. Sensibilizados com as reivindicações dos ferroviários, os soldados do 29º BC arrecadaram 54\$000 para os grevistas. O dinheiro foi entregue aos trabalhadores juntamente com uma nota em que os praças afirmavam que a quantia foi juntada por “todos aqueles que sentem a tragédia revoltante das classes oprimidas” e que os grevistas “exigem dos imperialistas mais um pedaço de pão para seus filhinhos”, reafirmando a perspectiva de que a *Great Western* era vista como um representante do imperialismo britânico em solo nordestino por diversos setores. Os soldados concluíram o comunicado conclamando integrantes das demais corporações a tomarem atitude semelhante “porque sois, tanto quanto nós, vítimas das mesmas vicitudes, vivendo sob o mesmo jugo!”. (Vianna, 2011: 295)

O episódio de solidariedade entre os militares e os grevistas animou também os comunistas. O membro do Comitê Central do PCB, Silo Meireles, que se encontrava em Recife, escreveu uma carta para Antônio Maciel Bonfim, o Miranda, secretário-geral do partido, instalado no Rio de Janeiro, detalhando a situação na capital pernambucana. No documento, Meireles avaliava que a greve dos ferroviários e o apoio recebido pelos militares eram “sintomas de um amadurecimento, em grau avançado, da consciência anti-imperialista das massas”. (Vianna, 2011: 297)

Os casos descritos acima demonstram a escalada de tensão que rodeava os ferroviários nos dias anteriores à insurreição comunista.

O clima de agitação, reinante em todo o país, atingira nível de tensão em Pernambuco, e não só por força do problema militar. Greves operárias e de trabalhadores de diversas atividades vinham pontilhando os acontecimentos, desde o início do ano de 1935. Na maior delas, a dos ferroviários, ocorrera a morte de um oficial do Exército, encarregado de impedir a ocupação do leito da ferrovia pelos grevistas. (Sodré, 1986: 87)

A morte do oficial citada por Sodré foi mais um episódio trágico ocorrido durante a greve dos ferroviários e que evidencia a atmosfera de insatisfação generalizada dos militares do 29º Batalhão de Caçadores, sediado em Jaboatão, naqueles dias.

Durante uma manifestação, os filhos e esposas dos trabalhadores haviam deitado nos trilhos para impedir a passagem dos trens, em um ponto da linha férrea entre Recife e Jaboatão,

na chamada Curva do Caranguejo. Uma tropa do 29º Batalhão de Caçadores foi enviada para dispersar a aglomeração, mas os militares se recusaram a tomar qualquer medida enérgica. Ao chegar no local da ocorrência, o 2º tenente Lauro Leão de Santa Rosa ordenou aos soldados que abrissem fogo contra os manifestantes, mas foi ignorado. Santa Rosa, então, sacou sua pistola e atirou. Os soldados reagiram e iniciou-se um tiroteio. Um projétil atingiu uma granada destravada que o tenente carregava no bolso para arremessar contra a multidão, causando uma explosão que o matou.<sup>101</sup>

Em uma tentativa tosca de engordar a lista de militares que morreram durante a insurreição comunista de novembro de 1935, o Exército Brasileiro incluiu o nome do 2º tenente Lauro Leão de Santa Rosa em um monumento erguido na Praia Vermelha, no bairro da Urca, Rio de Janeiro. Um mausoléu foi construído para homenagear os mártires militares que tombaram em combate e o nome do tenente foi inscrito em uma das três placas fixadas ao lado de uma estátua representando um soldado com armas em punho.<sup>102</sup> Contudo, o oficial não faleceu devido ao enfrentamento com os revolucionários, mas, sim, durante a greve dos ferroviários da *Great Western of Brazil*, morto, possivelmente, por um projétil disparado de um fuzil militar.

Em outra situação envolvendo militares, os grevistas e seus familiares estavam reunidos em um ponto da linha de ferro quando o secretário de segurança pública do Estado, capitão Malvino Reis, ordenou a uma tropa do 29º BC que atirasse nos manifestantes. Diante da recusa dos soldados em obedecer às ordens, o capitão recorreu à Polícia Militar, que também se negou a cumprir a determinação. O episódio foi registrado pelo jornal comunista *A classe operária*, de 25 de dezembro de 1935. De acordo com o periódico, na ocasião, o sargento comandante da patrulha declarou ao capitão Malvino Reis que

nós não consentiremos, de modo algum, que se pratique a menor violência contra as crianças, as mulheres e os grevistas aqui presentes. É o sr. capitão Chefe da Polícia saiba que não temos nenhuma odiosidade contra os soldados de polícia, filhos do povo como nós. Nossos inimigos, nós sabemos muito bem quem são elles.

---

<sup>101</sup> Ver: SILVA, Hélio. 1935: A Revolta Vermelha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969, pp. 288-289; SODRÉ, Nelson Werneck. A intentona comunista de 1935. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986, pp. 87; VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Revolucionários de 1935: sonho e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2007, pp 296.

<sup>102</sup> Ver Restauração de Monumento da Intentona Comunista pela Seção do Arsenal de Guerra do Rio. Página do Arsenal de Guerra do Rio/Exército Brasileiro. Disponível em: <http://www.agr.eb.mil.br/index.php/comunicacao-social/131-restauracao-do-monumento-da-intentona-comunista-e-de-placas> Acesso em: 24/04/2022.

Após a declaração, Malvino Reis teria se retirado “furibundo” do local.<sup>103</sup> O discurso também está presente na carta enviada por Silo Meireles ao secretário-geral do do PCB. (Vianna, 2011: 295-296)

O posicionamento das forças de segurança foi aclamado pela multidão, que partiu para o quartel, onde foram distribuídos produtos do estoque da cantina, como doces, biscoitos e cigarros. Insatisfeito com a situação, um oficial teria dito a um soldado que os operários deveriam ser “varridos à bala”. O soldado reagiu apontando o fuzil engatilhado para o peito do superior provocando-o a repetir a frase, fazendo com que o oficial se calasse imediatamente.

Todos esses casos demonstram a instabilidade e a quebra de hierarquia militar presente naqueles dias no 29º Batalhão de Caçadores. É bem verdade que os praças do Exército também estavam insatisfeitos com a questão do desengajamento de soldados e sargentos, o que colaborava para a atmosfera de tensão e iminente revolta. Desta forma, se havia um racha entre os ferroviários, tão pouco os militares gozavam de alguma estabilidade naquele contexto.

Além disso, não é difícil imaginar que muitos dos praças confraternizavam com os ferroviários em suas vidas privadas, dadas as características da formação populacional de Jabotão, composta em grande medida por ferroviários e militares. Alguns, inclusive, possivelmente haviam trabalhado tanto para a *GWB* quanto para o Exército Brasileiro.

É o caso de Henrique Camilo da Silva, segundo sargento da Brigada Militar de Pernambuco. Durante o inquérito aberto pelo Tribunal de Segurança Nacional para apurar os fatos relacionados à insurreição em Pernambuco, o sargento declarou ter visto o ferroviário e vereador eleito Henrique Accioly Lins da Silva desarmado e à paisana em Jabotão na tarde de 24 de novembro de 1935, enquanto os rebeldes tomavam a cidade.

Na avaliação do sargento, no entanto, o escriturário da *GWB* estava parado em uma rua aparentando ser um “mero expectador das ocorrências e não um participante”. O militar revelou que conhecia Henrique Accioly Lins há muitos anos e que os dois trabalharam juntos na *GWB*. Ele concluiu o depoimento afirmando que o ferroviário fez um aceno e que “não ouviu referência alguma a respeito de seu ex-colega como tendo tomado parte no movimento”.<sup>104</sup>

---

<sup>103</sup> Ver O que foi a greve da Great Western. A Classe Operária, Rio de Janeiro, nº 196, 25 de dezembro de 1935, página 5.

<sup>104</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 10. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_rjanrio\\_c8/0/apl/0183\\_v\\_10/br\\_rjanrio\\_c8\\_0\\_apl\\_018\\_v\\_10\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_10/br_rjanrio_c8_0_apl_018_v_10_d0001de0001.pdf) Acesso em 13/08/2023

Se o sargento Henrique Camilo da Silva havia deixado a *GWB* para ingressar na Brigada Militar, o escriturário Pacífico Pereira de Mello fez o caminho contrário, deixando o Exército, onde era soldado, para trabalhar na estrada de ferro.<sup>105</sup> Portanto, ambos fincaram raízes e construíram amizades, e possivelmente inimizades, tanto nas forças de segurança, quanto na companhia inglesa.

Os casos são exemplares para demonstrar a proximidade entre os ferroviários e militares de Jaboatão. Atirar contra os manifestantes, em algumas situações, poderia significar atentar contra ex-colegas de trabalho, vizinhos, parentes ou amigos. Desta forma, quando a insurreição eclodiu em Recife, militares e ferroviários que se encontravam em seus cotidianos passaram também a estar lado a lado nas trincheiras da tentativa revolucionária.

A rede de sociabilidade estabelecida entre as duas categorias em Jaboatão serviu até mesmo como ferramenta de convencimento para que populares cariocas se juntassem ao movimento revolucionário. Em uma volante intitulada “Ao povo”, que circulou no Rio de Janeiro enquanto os sediciosos cariocas eram derrotados na Praia Vermelha, Prestes anunciava a instalação de um “governo popular nacional” e convocava “todos às armas” contra o “governo traidor de Getúlio Vargas”. Em seu apelo, Prestes afirmava que Vargas pretendia “afogar em sangue o heróico movimento de toda a população do Nordeste contra a reação, o fascismo e o imperialismo” e ressaltava que “os soldados do Exército, depois de confraternizarem com os grevistas de *Great Western*, tiveram que tomar as armas para responder às medidas reacionárias de um governo de traição nacional”.<sup>106</sup>

A greve dos ferroviários só foi encerrada em 11 de novembro. De acordo com o *Diário da Manhã*, o aumento concedido pela empresa teria sido de 50%, a serem pagos já a partir de 15 do mesmo mês.<sup>107</sup> Já o *Diário de Pernambuco*, noticiou o aumento de 900 contos de réis anuais nos salários dos empregados cujos os vencimentos mensais não ultrapassassem 300\$000.<sup>108</sup>

---

<sup>105</sup> Ver BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo nº 3.713. Disponível em: <https://labor-arq.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-3-713-1935-2> Acesso em 09/10/2023.

<sup>106</sup> A volante está publicada no livro *Estratégias da ilusão*, de Paulo Sérgio Pinheiro, entre as imagens das páginas 224 e 225.

<sup>107</sup> Ver A greve dos ferroviários da *Great Western*. *Diário da Manhã*. Recife, 12 de novembro de 1935, página 09. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DM1935&pagfis=3996> Acesso em 13/08/2023

<sup>108</sup> Ver Solucionada a greve dos ferroviários da *Great Western*. *Diário de Pernambuco*. Recife, 12 de novembro de 1935, página 10. Disponível em: [https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_11&Pesq=great&pagfis=17196](https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_11&Pesq=great&pagfis=17196) Acesso em 13/08/2023

Ainda que tenha sido motivada por questões trabalhistas, a mobilização dos ferroviários estava inserida em um contexto local e nacional de grande movimentação política, sendo desencadeada ao mesmo tempo em que as urnas com os votos para prefeito e vereadores eram abertas em Jaboaão.

Desta forma, enquanto se organizavam e traçavam estratégias para terem suas demandas trabalhistas implementadas efetivamente, os ferroviários viviam a expectativa de verem um representante da categoria ser eleito para a Câmara Municipal, além de vislumbrarem a eleição do candidato a prefeito que haviam apoiado.

Portanto, naquele momento, esses trabalhadores atuavam em duas frentes distintas para ampliarem suas possibilidades de alcançarem algum melhoramento nas condições de vida, tanto do ponto de vista de benefícios trabalhistas, como na representatividade política.

Além de atingirem os dois objetivos com a concessão do aumento e a eleição de Henrique Accioly Lins e Eptácio de Oliveira Belém, a greve também acarretou outra consequência: radicalizou os trabalhadores e entusiasmou militares e comunistas, que já viam em um horizonte próximo condições suficientes para levar a revolução à tona, o que aconteceria alguns dias mais tarde com o levante do 29º Batalhão de Caçadores.

## CAPÍTULO 3 – A insurreição

### 3.1 Os dias de levante

O Hotel Familiar era uma das poucas hospedarias de Jaboatão em 1935. Em um anúncio publicado em 25 de agosto no *Diário da Manhã*, a estalagem garantia ter o "melhor e mais higiênico estabelecimento do interior do estado", dispondo de 12 quartos bem arejados e "excelente banho". A propaganda convidava os visitantes da cidade pernambucana a fazerem refeições no hotel, que contava com uma "cozinha magnífica". Ostentando que funcionava em um "prédio amplo e moderníssimo", a publicação não citava o endereço, sugerindo, portanto, ser um estabelecimento conhecido na região.<sup>109</sup>

Mas em 24 de novembro de 1935, em vez de hóspedes e turistas, os quartos e corredores do Hotel Familiar foram ocupados por rebeldes e feridos da insurreição comunista, como o contínuo da *Great Western* Antonio Vicente Salles, que chegou ao local perdendo muito sangue após ser baleado no peito.<sup>110</sup>

Antonio morava em Jaboatão e se preparava para ir ao escritório da Inspetoria de Oficinas quando ouviu disparos. Ele calculou que era por volta de 9h20, porque pouco antes o trem MCB havia partido da estação de Jaboatão, o que estava programado para ocorrer às 9h15.

O contínuo viu vários operários da *GWB* passarem em frente a casa dele contando sobre o início da sublevação e o convidando a pegar em armas, mas o ferroviário se recusou “por não simpatizar com processos violentos”.

Durante todo o dia, ele teria ficado em casa observando os revoltosos circularem armados com fuzis batendo de porta em porta convocando os moradores da região a se juntarem à tentativa revolucionária. Por volta de 18h30, Antonio Vicente Salles ouviu seu nome ser chamado do lado de fora da residência e quando abriu a janela foi atingido no peito por um disparo de arma de fogo. A esposa dele saiu para buscar ajuda e retornou uma hora depois com um grupo formado por ferroviários e soldados do Exército, que o levaram para o Hotel Familiar.

O ferroviário foi colocado ensanguentado em uma cama na sala de visitas do hotel, onde foi atendido por um enfermeiro e um médico. A bala havia atravessado o tórax e se instalado

---

<sup>109</sup> Ver Grande hotel e hospedaria Familiar. *Diário da Manhã*. Recife, 25 de agosto de 1935, página 46. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DM1935&pagfis=3016> Acesso em 18/09/2023.

<sup>110</sup> Ver BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo nº 3.713. Disponível em: <https://labor-arq.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-3-713-1935> Acesso em 18/09/2023.

na região lombar, na superfície da pele. O médico conseguiu retirar o projétil e, depois do atendimento, o contínuo foi levado para o quartel da polícia, onde ficou de 6h até as 10h do dia seguinte, quando uma ambulância vinda de Recife o levou para o Pronto Socorro.

Durante todo esse tempo, Antonio Vicente Salles reconheceu entre os insurretos diversos ferroviários da estrada de ferro, como o caldeireiro João Francisco da Silva, que chegou a se oferecer para buscar a mulher do ferroviário ferido para que ela lhe fizesse companhia enquanto ele se recuperava.

Antonio Vicente Salles sobreviveu ao atentado e prestou ao menos quatro depoimentos relatando o ocorrido nos dias da revolta em Jaboatão. Em 21 e 22 de fevereiro de 1936, o contínuo foi ouvido por duas comissões de inquérito administrativo diferentes abertas pela empresa para demitir oito empregados por suposto envolvimento com a insurreição.

Os relatórios finais dos dois inquéritos são bastante semelhantes, tanto no detalhamento dos fatos, quanto no rigor das conclusões, inclusive, porque foram produzidos por comissões formadas pelos mesmos representantes. Ambos inquéritos foram presididos pelo subchefe da 4ª Divisão Joaquim Carneiro da Cunha, com o chefe da Seção de Inspetoria/Receita Jorge Sarmiento Arantes como vice-presidente e o escriturário de 3ª Classe da 4ª Divisão Mario Manguinhos como secretário.

Estes mesmos ferroviários formaram as comissões de outros quatro inquéritos – dois também sobre a insurreição e outros dois que haviam sido instaurados para apurar as faltas cometidas durante a greve do início de novembro. Portanto, ao que parece, a ferrovia escolhia os mesmos empregados para conduzir os processos de demissão de "extremistas" de seus quadros, possivelmente por confiar nesses funcionários para tal tarefa. Por coação ou por conformidade, esses funcionários assumiram a responsabilidade de dar andamento à burocracia necessária para que a empresa se livrasse dos empregados indesejados.

De modo geral, os relatórios concluíram que grande parte dos ferroviários da *GWB* exerceram papel preponderante na insurreição em Jaboatão, se armando de fuzis e perseguindo companheiros que tinham comparecido ao trabalho durante a greve no início de novembro. Além disso, os pareceres apontavam que a sede do sindicato, localizada na esplanada da estação de Jaboatão, serviu como uma espécie de “quartel general” e depósito de material bélico que era trazido da Vila Militar Floriano Peixoto, em Socorro, para ser distribuído a civis que se dispusessem a lutar ao lado dos revolucionários.

Os dois inquéritos foram enviados ao Conselho Nacional do Trabalho. O único ferroviário que não foi demitido foi o guarda-freio José Ferreira da Silva. No relatório final, a



comissão desistiu de pedir a dispensa por ter ficado “perfeitamente provado que não tomou parte no motim”, o que foi atendido pelo CNT.<sup>111</sup>

José Ferreira da Silva conseguiu convencer a comissão de sua inocência em depoimento prestado em 22 de fevereiro de 1936. Ele negou que tivesse participado da insurreição e disse que, inclusive, havia se apresentado ao serviço após a situação ter sido controlada, tendo ajudado o chefe da estação a soltar algumas galinhas que estavam morrendo dentro dos garajaus.

Dos oito acusados inicialmente pela empresa, apenas três tiveram a demissão permitida pelo CNT. Os demais pedidos de demissão foram enviados ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em cumprimento ao artigo 23 da lei nº 136 de 14 de dezembro de 1935, promulgada, portanto, menos de um mês após a insurreição.

A nova legislação endureceu a Lei de Segurança Nacional (Lei nº 38), promulgada em abril do mesmo ano, conferindo ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio a atribuição de dispensar empregados de empresas privadas e concessionárias que “se filiares clandestina ou ostensivamente a centros, juntas ou partidos proibidos na lei nº 38 ou praticarem qualquer crime na referida lei”.<sup>112</sup>

Desta forma, o ministro Agamenon Magalhães centralizou em suas mãos o poder de dispensar, ou não, trabalhadores minimamente suspeitos de atividades subversivas, reduzindo a burocracia e acelerando o processo de demissão dos mesmos. Assim, ao mesmo tempo em que o governo federal fechava o cerco contra os revolucionários, assinalava às empresas que estava empenhado em afastar do meio operário qualquer vestígio do germe revolucionário.

Com a promulgação da lei nº 136, a *GWB* encerrou a profusão de inquéritos administrativos e passou a enviar os pedidos de demissão diretamente ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, evitando, assim, a morosidade do Conselho Nacional do Trabalho. Quase todos os processos enviados ao CNT demoravam tanto tempo para serem analisados, que, na maioria das vezes, a decisão dos conselheiros só saía meses após o ministro do Trabalho já ter autorizado as demissões.

---

<sup>111</sup> Ver BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo nº 3.714. Disponível em: <https://labor-arq.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-3-714-1936> Acesso em 18/09/2023.

<sup>112</sup> Ver BRASIL. Lei nº. 136, de 14 de dezembro de 1935. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1930-1949/l0136.htm#:~:text=LEI%20No%20136%2C%20DE%2014%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201935.&mp;text=Modifica%20varios%20dispositivos%20da%20Lei,dos%20Estados%20Unidos%20do%20Brasil](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/l0136.htm#:~:text=LEI%20No%20136%2C%20DE%2014%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201935.&amp;text=Modifica%20varios%20dispositivos%20da%20Lei,dos%20Estados%20Unidos%20do%20Brasil) Acesso em: 18/09/2023.

Desta forma, os únicos inquiridos que chegaram a ser produzidos pela *GWB* foram aqueles instaurados antes de 14 de dezembro de 1935, quando o CNT perdeu a exclusividade do poder de autorizar, ou não, a dispensa de empregados com mais de 10 anos de serviços prestados na mesma empresa.

Ao todo, a companhia inglesa processou 22 ferroviários e ouviu outros 26 empregados como testemunhas de acusação. Alguns dos acusados prestaram depoimentos às comissões de inquirido, mas a maioria não conseguiu se defender porque estava presa na Casa de Detenção ou no Presídio Especial de Recife, o que, naturalmente, atestava contra a inocência deles.

A quantidade pode parecer irrisória diante dos milhares de trabalhadores que prestavam serviço à estrada de ferro. No entanto, esses processos são preciosos para entender o comportamento da empresa na perseguição aos ferroviários após a insurreição, os argumentos e estratégias de defesas dos processados, a lógica por trás dos depoimentos prestados, as rixas internas da categoria e também a reconstituição factual da participação dos ferroviários da *Great Western* na revolta comunista de novembro de 1935.

Ainda que seja de ordem factual, a descrição dos momentos de enfrentamento entre os rebeldes e as forças legais, além das interações estabelecidas entre os ferroviários durante a rebelião, é fundamental para a análise do comportamento desses trabalhadores no contexto revolucionário. Não se trata aqui de se chegar à verdade dos fatos, no empréstimo do jargão jurídico, mas de se interpretar os processos históricos a partir de versões, muitas vezes antagônicas e até mesmo contraditórias, apresentadas pelos indivíduos implicados.

Essa reconstrução narrativa também é importante para disseminar e elucidar a participação dos ferroviários na própria insurreição, uma preocupação central deste trabalho diante da ausência destes personagens na historiografia que trata do tema, e explicar, em parte, a atuação do Conselho Nacional do Trabalho e da *GWB* na repressão aos revolucionários.

Essas interpretações só podem ser possíveis a partir do cruzamento de dados de diferentes fontes e da leitura a contrapelo dos arquivos. Por meio da verificação nominal é possível identificar o registro de indivíduos em fontes distintas, o que pode apresentar contradições, inconsistências e, por que não, algumas certezas também.

O serralheiro Sebastião Lopes Bezerra, por exemplo, foi alvo de dois inquiridos abertos pela estrada de ferro. Em 2 de março de 1936 ele se apresentou à uma das comissões e disse que na segunda-feira, 25 de novembro, não foi trabalhar devido à rebelião.<sup>113</sup> De tarde, ele teria

---

<sup>113</sup> Ver BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo nº 4.166. Disponível em: <https://arquivoteca.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-4166-1936> Acesso em 05/02/20

saído de casa para visitar um amigo que havia se acidentado dias antes e ao passar no Engenho Velho, situado entre Jaboatão e a Vila Militar, foi “detido” por um grupo de rebeldes que se encontrava em um caminhão. O serralheiro contou que foi obrigado a acompanhá-los até o bairro de Muribeca, onde foram todos presos por militares do 20º Batalhão de Caçadores, que havia sido destacado de Alagoas para combater os revolucionários pernambucanos.

De acordo com o depoimento, ele foi levado para a Casa de Detenção, onde ficou incomunicável até 14 de janeiro de 1936, sem poder nem mesmo escrever uma carta ao chefe da seção em que trabalhava apresentando as causas do afastamento, já que era analfabeto. No dia seguinte ao da sua libertação, 15 de janeiro, ele foi até às oficinas de Jaboatão, mas foi informado pelo mestre da oficina sobre a abertura do inquérito administrativo por abandono de emprego e que, por isso, não poderia assumir suas funções imediatamente.

Por não saber ler nem escrever, a ata do depoimento foi lida para Sebastião Lopes Bezerra e, após a anuência dele de que o registro condizia com sua versão dos fatos, foi assinada por dois ferroviários que serviram como testemunhas.

O processo foi enviado pela empresa ao CNT solicitando permissão para demitir o ferroviário. Mas, expondo uma rede de intercâmbio de informações entre vários órgãos, o CNT recebeu da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco informações confirmando que um serralheiro de mesmo nome e apelido “Buíque” havia sido preso “por se achar implicado no movimento extremista de novembro passado”, mas que foi posto em liberdade em 14 de janeiro de 1936 “sem nada ter ficado apurado a seu respeito”. Desta forma, a polícia corroborou o depoimento do serralheiro e ainda afiançou sua inocência. Diante dos argumentos, o CNT determinou a reintegração do ferroviário ao serviço.

Contudo, em outro inquérito administrativo aberto pela *GWB*, Sebastião Lopes Bezerra teve a demissão autorizada pelo CNT.<sup>114</sup> O mais curioso é que ambas as decisões foram tomadas pela 1ª Câmara do órgão. A decisão que autorizou a dispensa ocorreu em 10 de agosto de 1936 e a que determinou a reintegração, apenas três meses depois, em 16 de novembro do mesmo ano.

O que parece ser uma incoerência na jurisprudência da 1ª Câmara do CNT, no entanto, tem relação com a acusação inicial feita pela *Great Western*. Enquanto no primeiro processo, Sebastião estava sendo acusado de “falta grave de insubordinação, tomando parte saliente no movimento comunista ocorrido em novembro de 1935”, no segundo, a justificativa para o

---

<sup>114</sup> Ver BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo nº 3.714. Disponível em: <https://labor-arq.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-3-714-1936> Acesso em 18/09/2023.

pedido de demissão era o “abandono de serviço, sem causa justificada”, uma falta bem menos grave, portanto.

Certamente o parecer da Secretaria de Segurança afirmando que não havia sido comprovado o envolvimento do ferroviário com a insurreição pesou para que o CNT determinasse a reintegração ao serviço. Enquanto na decisão que autorizou a demissão, o que parece ter sido determinante foi o depoimento do contínuo Antonio Vicente Salles.

No segundo depoimento do contínuo Antonio Vicente Salles, ele contou que viu Sebastião Lopes Bezerra portando um fuzil mauzer em frente à sede do Sindicato dos Ferroviários da *GWB*, quando estava sendo levado ensanguentado para o Hotel Familiar. O serralheiro o teria perguntado o que havia acontecido, ao que o contínuo respondeu “foi a minha sorte”.<sup>115</sup>

Provavelmente esse trecho da oitiva foi imprescindível para o CNT optar pela demissão. Além disso, nesse inquérito, Sebastião não foi ouvido, com o processo correndo à revelia, ressaltando a relevância que a palavra dos próprios trabalhadores tinha, tanto na construção da defesa, como na acusação que pesava contra eles.

Outros indícios apontam que Sebastião Buíque realmente se juntou aos revolucionários, como o depoimento do vigia dos portões da *GWB* em Jaboatão Antão Casado de Albuquerque, que disse ter visto o serralheiro armado ao lado dos rebeldes nos dias do motim.<sup>116</sup> Além disso, o nome dele apareceu em uma lista de nomes de pessoas feridas durante a insurreição publicada no *Diário de Pernambuco* em 27 de novembro. De acordo com o jornal, um dos feridos se chamava Sebastião Lopes Bezerra, de cor parda, com 35 anos de idade, serralheiro, residente em Jaboatão, “com ferimentos transfixantes na coxa direita, produzidos por projétil de arma de fogo”.<sup>117</sup> A lista também foi publicada no *Diário da Manhã* no mesmo dia.

A não ser que tenha sido vítima de uma bala perdida, os indícios apontam que Sebastião Buíque participou efetivamente da revolta, inclusive sendo vítima de um disparo. De qualquer

---

<sup>115</sup> Ver BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo nº 3.714. Disponível em: <https://labor-arq.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-3-714-1936> Acesso em 18/09/2023.

<sup>116</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 1. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR\\_RJANRIO\\_C8/0/APL/0183\\_v\\_01/BR\\_RJANRIO\\_C8\\_0\\_AP\\_L\\_0183\\_v\\_01\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_C8/0/APL/0183_v_01/BR_RJANRIO_C8_0_AP_L_0183_v_01_d0001de0001.pdf) Acesso em: 18/09/2023

<sup>117</sup> Ver O Recife viveu três dias de intensa agitação. *Diário de Pernambuco*. Recife, 27 de novembro de 1935, página 02. Disponível em: [https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033\\_11&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=17352](https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_11&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=17352) Acesso em 18/09/2023.

forma, ele não foi processado pelo TSN, apesar de ter sido demitido pela ferrovia com o consentimento do CNT.

Não há como saber a dimensão real do envolvimento dos ferroviários da *GWB* nos dias da insurreição, mas há evidências suficientes para afirmarmos que uma quantidade considerável de empregados da companhia inglesa aderiu ao movimento pegando em armas, perseguindo ferroviários que haviam trabalhado durante a greve do início de novembro, tentando convencer companheiros a participarem da revolta e usando a sede do sindicato e as instalações da empresa em favor das causas revolucionárias.

A insurreição fez emergir as antigas desavenças da categoria que haviam sido potencializadas durante a greve deflagrada semanas antes. O medo se instaurou entre os que haviam tentado furar a paralisação ao mesmo tempo que encorajou os grevistas a passarem as pendências a limpo. O escriturário Durval Américo de Barros, por exemplo, afirmou que, ao saber do início do levante, se trancou em casa com medo de sofrer retaliações porque havia trabalhado durante a greve.<sup>118</sup>

Já o limpador de máquinas Arnoud Francisco de Góes relatou que foi abordado por um grupo de ferroviários armados enquanto voltava para casa. Ele foi repreendido pelo agente de estação Severino Marinho de Carvalho por estar “indicando posição” e em seguida foi ameaçado pelo escriturário Demócrito Silveira, que teria declarado: “atrás de você é que eu andava, cabelouro. Retire-se, senão atiro. Se o partido ganhar, você terá a recompensa”.<sup>119</sup> “Cabelouro” era o termo utilizado na época para definir os fura-greves. Portanto, a suposta ameaça teria sido motivada porque Arnoud havia trabalhado durante a greve.

Com armas nas mãos, vivenciando a quebra da ordem estabelecida e apostando no sucesso da revolução, os ferroviários amotinados que haviam paralisado as atividades se sentiram confiantes para tirar satisfação com seus desafetos. O mestre de oficinas Manoel de Paula Hora, por exemplo, não saiu de casa durante a revolta porque foi aconselhado a tomar cuidado, já que estava na mira dos revolucionários devido sua “atitude de energia e cumprimento de dever no seu trabalho”.<sup>120</sup>

---

<sup>118</sup> Ver BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo nº 3.713. Disponível em: <https://labor-arq.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-3-713-1935> Acesso em 18/09/2023.

<sup>119</sup> Ver BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo nº709. Disponível em: <https://labor-arq.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-709-1936> Acesso em 18/09/2023.

<sup>120</sup> Ver BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo nº 3.713. Disponível em: <https://labor-arq.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-3-713-1935> Acesso em 18/09/2023.

As precauções e os receios tinham fundamento. A paralisação desencadeada semanas antes da sublevação deixou os ânimos dos ferroviários à flor da pele e a cisão entre os grevistas e os empregados que decidiram não cruzar os braços se tornou um barril de pólvora pronto a explodir. Nesse sentido, ao que parece, as motivações oriundas das relações de trabalho foram mais determinantes para o engajamento de alguns ferroviários na sublevação do que os propósitos revolucionários.

Mas se alguns empregados da estrada de ferro, aparentemente, aproveitaram o levante para resolver suas rivalidades pessoais, coube às lideranças ferroviárias ajudar na organização do movimento e no convencimento de potenciais revolucionários. Em uma carta escrita pouco antes de morrer, em 8 de julho de 1985, o líder ferroviário Henrique Accioly Lins da Silva, descreveu a participação dos empregados da *GWB* na sublevação pernambucana. No relato, o escriturário afirmou que era secretário do Birô de Células do Setor Ferroviário, que tinha como objetivo a mobilização dos operários da oficina de Jaboatão e “se possível dos trabalhadores das fábricas sediadas aos arredores da cidade, logo tivesse início o levante nos quartéis de Socorro”.<sup>121</sup>

Henrique Accioly admitiu que, começando a revolta, organizou os ferroviários e outros trabalhadores, “levando-os ao comando das operações”. Após entregar o último grupo, ele passou a atuar diretamente na luta armada até a tarde de segunda-feira, 25 de novembro, quando os rebeldes se viram obrigados a bater em retirada “sob o peso de superioridade material e numérica do inimigo”. Contudo, o ferroviário não seguiu com a tropa rumo ao interior “porque era preciso ficar alguém responsável por algumas horas em Jaboatão, para tomar certas medidas que o momento exigia”.

O relato é bem explícito no que diz respeito à participação dos ferroviários na luta armada e dão respaldo às acusações feitas contra os empregados da companhia inglesa em processos que tramitaram no CNT e no TSN.

Os mesmos detalhes aparecem em uma entrevista concedida por Henrique Accioly em 29 de setembro de 1979 a um jornal do PCB. O ex-líder ferroviário revelou que os revolucionários pernambucanos tinham conhecimento de que a ANL estava preparando um movimento armado, mas não sabiam quando seria iniciado. Henrique Accioly se queixou de ter sido pego de surpresa pelo início da revolta. Por ser secretário do birô de células do PCB, ele

---

<sup>121</sup> Passando por dificuldades financeiras, o objetivo de Henrique Accioly era enviar a carta ao arquiteto Oscar Niemeyer solicitando recursos. O então ex-ferroviário de 88 anos argumentava no pedido que “não dispenso o nosso Partido de mais para socorrer seus filiados, ocorreu-me apelar para você, a ver se lhe é possível vir em meu auxílio, ficando a maneira de prestá-lo a seu juízo”. Contudo, o manuscrito nunca foi enviado e a família de Henrique Accioly cedeu o documento digitalizado para esta pesquisa.

avaliou que deveria ter sido avisado e consultado antecipadamente sobre o começo do movimento.

Recém-eleito vereador de Jaboaão e aguardando os dias para tomar posse no cargo, ele acordou cedo na manhã de domingo, 24, para ir à feira de Tejipió, como era de costume, e ao pisar na calçada foi interpelado pelo sargento Gregório Bezerra com a frase: “companheiro, você não sabe de nada? Nós vamos nos levantar agora às nove horas”. No entanto, o relógio já marcava oito horas.<sup>122</sup>

O ferroviário admitiu que hesitou e teve vontade de ficar em casa, mas com receio de ser acusado posteriormente como “covarde, omissos ou mesmo traidor”, foi para o sindicato dos ferroviários, onde organizou os trabalhadores que já estavam no local.

Passadas as devidas instruções, eles partiram em direção à Socorro. Henrique Accioly descreveu que o embate maior se deu no bairro Afogados, com as tropas rebeldes dispostas de um lado do rio e as forças legalistas do outro. Após o fracasso do movimento, a maior parte dos insurretos fugiu para o interior. Ele ficou escondido em Jaboaão, tendo sido preso um ano depois de a revolta ter sido controlada.

A falta de contradições aparentes entre a entrevista e a carta convence que ambos relatos apresentam um grau de veracidade confiável. Além disso, outros ferroviários contaram versões parecidas sobre o levante em Jaboaão – tanto os que disseram ser perseguidos durante a revolta, como os que confessaram terem aderido ao motim.

Enquanto Henrique Accioly Lins aprontava os ferroviários para o combate, o serralheiro Godofredo Severiano de Britto tentava persuadir outros companheiros da *GWB* a se juntarem ao movimento armado, segundo depoimentos de alguns ferroviários. De acordo com os relatos, Godofredo teria discursado na plataforma de trens de Jaboaão diante de soldados e civis que se aglomeravam no local, dizendo ser “a causa justa e de todos os operários e que todos deviam pegar em armas para defender os seus direitos”. Godofredo ainda teria declarado que Luís Carlos Prestes estava à frente do movimento e inflamava os operários presentes gritando palavras de ordem como “viva a questão dos trabalhadores” ou “viva a classe dos trabalhadores”.<sup>123</sup>

Apesar de divergirem quanto à informação de que o ferroviário estivesse armado, as testemunhas concordaram na descrição de que Godofredo vestia roupa clara, sem chapéu, e

---

<sup>122</sup> SILVA, Henrique Accioly Lins da: depoimento [set. 1979]. Entrevistador: Jarbas Silva Marques. Rio de Janeiro: 1979. Acervo particular.

com um lenço branco amarrado na cabeça, o que foi interpretado pela comissão de inquérito administrativo aberta para demiti-lo como um “sinal convencionado entre os rebeldes, para identificá-los entre si”.<sup>124</sup>

A suposta explicação de que o lenço branco seria um símbolo de identificação entre os insurretos não encontra respaldo em outras fontes ou na literatura da insurreição, o que nos leva a crer que tenha sido um pretexto criado pela comissão de inquérito para conceder um aspecto conspiratório à acusação.

Outro líder ferroviário que parece ter tido atuação bastante relevante durante a tomada de Joboatão foi Lourival da Motta Cabral, sendo um dos nomes mais mencionados durante as oitivas promovidas pelo Tribunal de Segurança Nacional. Ele apareceu em declarações não só de empregados da *GWB*, mas também de militares e outras testemunhas que não tiveram suas profissões especificadas, demonstrando ser um indivíduo conhecido em Jaboatão.

As testemunhas ouvidas apontaram que Motta Cabral tinha o posto de “capitão” entre os rebeldes, “dando ordens, distribuindo tropas, armando civis e tomando outras providências, salientando sua qualidade de chefe”. Mesmo sendo um civil, ele teria se fardado de oficial do Exército e comandado o ataque ao Comissariado de Tejiptó, empunhando uma pistola parabelo e dando “vivas a Luís Carlos Prestes”.<sup>125</sup>

As declarações feitas contra Motta Cabral podem parecer fantasiosas, e até mesmo burlescas, mas dado seu histórico de líder ferroviário e sua ligação com o PCB e a ANL é possível que ele tenha sido designado pelos cabeças do movimento para realizar atividades de organização durante a revolta, exercendo, assim, alguma autoridade entre os civis que participaram do motim.

Desta forma, ainda que os relatos presentes nos documentos produzidos pela *Great Western*, pelo Tribunal de Segurança Nacional e pela polícia devam ser observados com cautela, não há como negar que parte dos ferroviários tomaram posição no embate ao lado dos revolucionários.

Também chama a atenção a imprevisibilidade com que o movimento foi desencadeado, a ponto de o responsável pela mobilização dos trabalhadores ter sido surpreendido pelos

---

<sup>124</sup> Ver BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo nº709. Disponível em: <https://labor-arq.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-709-1936> Acesso em 18/09/2023.

<sup>125</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 1. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR\\_RJANRIO\\_C8/0/APL/0183\\_v\\_01/BR\\_RJANRIO\\_C8\\_0\\_APL\\_0183\\_v\\_01\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_C8/0/APL/0183_v_01/BR_RJANRIO_C8_0_APL_0183_v_01_d0001de0001.pdf) Acesso em: 18/09/2023



acontecimentos. Assim, é possível que muitos dos ferroviários que estivessem dispostos a se armarem, desistiram do combate diante da aparente desorganização do movimento.

É de se considerar que potenciais revolucionários pretendessem enviar seus parentes para outros locais com antecedência para protegê-los das consequências de uma tentativa revolucionária. Ou até mesmo se prepararem melhor para o combate, assimilando as orientações dos dirigentes do movimento, tendo consciência plena de quais funções deveriam desempenhar e das consequências que enfrentariam em caso de derrota.

O início repentino da insurreição provocou reações de toda a natureza. Teve quem fugiu, quem se escondeu, quem aceitou se armar no calor da euforia e até mesmo os que foram obrigados ou coagidos a aderirem ao movimento, como o chofer Sebastião Henrique dos Santos, que disse ter sido rendido pelos revolucionários ao sair de casa para comprar pão.<sup>126</sup>

Ele teria sido conduzido por uma patrulha, composta por um cabo e um soldado do 29º BC, além de um civil, à sede do sindicato dos ferroviários, onde foi obrigado a dirigir um automóvel de linha da 4ª Divisão à disposição dos revoltosos. O ferroviário contou que fez várias viagens à estação de Floriano, que ficava na Vila Militar, levando para o sindicato armas e munição saqueadas das forças de segurança que seriam distribuídas aos populares. Por volta das 18h, o motorista pediu autorização para colocar água no radiador do automóvel e fugiu a pé, deixando o carro na oficina da empresa.

Já o oficial de 4ª Classe Alfredo Renato Aires disse ter ido até a plataforma de trens para “apurar se se tratava de um movimento subversivo para fugir”, uma vez que era católico.<sup>127</sup> José Mariano Correia Lima, por sua vez, afirmou diante das autoridades que se embriagou no dia em que os rebeldes tomaram a cidade e que não se lembrava o que tinha feito ou o que tinha se passado consigo.<sup>128</sup>

Mas poucos foram os que admitiram ter participado do levante. Nestor Bispo Silva, ex-empregado da *GWB*, afirmou que no dia que estourou o movimento, se encontrou com o tenente

---

<sup>126</sup> Ver BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo nº 709. Disponível em: <https://labor-arq.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-709-1936> Acesso em 18/09/2023.

<sup>127</sup> Ver BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo nº 709. Disponível em: <https://labor-arq.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-709-1936> Acesso em 18/09/2023.

<sup>128</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 1. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR\\_RJANRIO\\_C8/0/APL/0183\\_v\\_01/BR\\_RJANRIO\\_C8\\_0\\_APL\\_0183\\_v\\_01\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_C8/0/APL/0183_v_01/BR_RJANRIO_C8_0_APL_0183_v_01_d0001de0001.pdf) Acesso em 18/12/2021.

Alberto Besouchet, um dos líderes da rebelião. Após se declarar simpatizante do movimento, ele recebeu um fuzil e munição de um sargento que estava com o tenente.<sup>129</sup>

Nestor Bispo confessou que tomou parte no ataque à cadeia local e depois foi para Socorro, voltando de noite para Jaboaão com o intuito de abandonar a luta armada. Mas ao chegar no sindicato dos ferroviários da *GWB*, recebeu ordens do tenente Besouchet para que arrancasse uma "parella de trilho" para cortar um fio telegráfico entre Jaboaão e Morenos. Ele executou a ordem e permaneceu em Jaboaão armado até a manhã seguinte, quando fugiu, deixando o fuzil no sindicato.

O guarda-freios Sebastião Rodrigues de Freitas, conhecido entre seus companheiros como Salamandra, por sua vez, contou que trabalhava no trem de passageiros e que, ao chegar na estação da Vila Militar Floriano Peixoto, o veículo foi detido por militares que fizeram com que o trem recuasse até Jaboaão, onde foi informado de que se tratava de uma “revolução de caráter comunista”.<sup>130</sup>

Pouco depois chegaram a Jaboaão vários soldados do Exército com armas e munição que eram distribuídas aos moradores da cidade. Ele confessou ter se juntado aos revolucionários por livre e espontânea vontade.

Apesar de já contar com 29 anos na época dos fatos, Sebastião Salamandra recorreu à suposta ingenuidade da juventude para justificar sua decisão de aderir ao movimento. Disse que, “como rapaz moço e influenciado”, aceitou se armar e lutar ao lado dos soldados. No dia 26, percebendo a iminente derrota, fugiu para Campina Grande, na Paraíba, onde arrumou um emprego na Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro (Sanbra). Ele trabalhou no local até novembro de 1936, quando foi preso e levado para Recife. A confissão foi feita em outubro de 1942, data de sua segunda prisão.

A pluralidade de reações entre os ferroviários pode ser reflexo tanto pela forma improvisada com que foram informados sobre a sublevação, como também pelas próprias culturas políticas presentes entre os trabalhadores. As antigas rixas e disputas internas,

---

<sup>129</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 1. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR\\_RJANRIO\\_C8/0/APL/0183\\_v\\_01/BR\\_RJANRIO\\_C8\\_0\\_APL\\_0183\\_v\\_01\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_C8/0/APL/0183_v_01/BR_RJANRIO_C8_0_APL_0183_v_01_d0001de0001.pdf) Acesso em: 18/09/2023

<sup>130</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de Sebastião Rodrigues de Freitas Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/05419/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_05419\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/05419/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_05419_d0001de0001.pdf) Acesso em 18/09/2023.

potencializadas durante a greve, se manifestaram nos depoimentos daqueles que não se engajaram na luta. Alguns deles, com tons de revanchismo e vingança.

O chefe do escritório de tráfego da *GWB* José Manoel de Queiroz aproveitou a oportunidade para investir contra um de seus principais rivais, sendo o primeiro a ser ouvido no inquérito administrativo aberto contra Henrique Accioly Lins. Desde o começo da década de 1930 os dois ferroviários despontaram como lideranças no meio ferroviário, mas exercendo seus protagonismos em grupos antagônicos que disputavam o controle da Sociedade Beneficente dos Ferroviários da *Great Western*. Enquanto José Manoel de Queiroz representava o pessoal do escritório, tendo sido chefe da carga da Estação de Cinco Pontas, o escriturário Henrique Accioly Lins estava ligado aos empregados das oficinas de Jabotão, mantendo relações próximas com o PCB.

Em depoimento, José Manoel de Queiroz declarou que Henrique Accioly era um “conhecido elemento extremista, filiado à Aliança Nacional Libertadora” e que o escriturário havia abandonado o emprego por receio de ser preso pela polícia, que o procurava desde o “movimento extremista” de novembro de 1935.<sup>131</sup>

Queiroz afirmou que o desafeto havia trabalhado até sábado, no dia anterior ao começo da revolta, comparecendo ao escritório somente em 28 de novembro com uma carta dirigida ao chefe do tráfego, em que pedia cinco dias de licença alegando estar doente, mas sem apresentar nenhum atestado médico. O escriturário ainda apresentou outros dois requerimentos acompanhados de laudos médicos atestando a suposta moléstia, que Queiroz avaliou serem “perfeitamente facciosos”, uma vez que o ferroviário havia sido visto por muitos empregados da companhia em dias diferentes e ainda comparecido à Caixa de Pensões, exercendo a função de conselheiro.

Por fim, o chefe do escritório salientou que a ação do escriturário no motim comunista “era pública e notória e o acusado queria furtar-se à ação repressiva da lei e ao mesmo tempo deixar garantidos os seus direitos na companhia”.

Ainda que o objetivo principal das declarações tenham sido embasar o pedido de demissão do escriturário, não há como negar o teor de ataque pessoal nas declarações do chefe do escritório, fazendo juízos de valor e até mesmo entrando em searas que não cabiam à sua alçada, como o apontamento de que os atestados médicos apresentados seriam falsos.

---

<sup>131</sup> Ver BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo nº 4.167. Disponível em: <https://labor-arq.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-4-167-1936> Acesso em 18/09/2023.

É perfeitamente plausível que as informações prestadas por José Manoel Queiroz fossem verídicas, mas na mesma medida é razoável acreditar que os esclarecimentos tenham sido aditivados com um certo resquício de revide, ainda mais levando em consideração o histórico entre os dois grupos representados por eles na disputa pela direção da Sociedade Beneficente.

Desta forma, é provável que os depoimentos dos ferroviários que colaboraram com as investigações, entregando seus colegas, tenham um verniz de veracidade, ainda que suas intenções sejam nebulosas.

Outro ponto recorrente nas narrativas sobre a participação dos ferroviários da *GWB* na insurreição diz respeito à utilização da sede do sindicato da categoria como base dos insurretos. Localizado na plataforma de trens de Jaboatão, a ocupação do sindicato pelos revolucionários teve ao mesmo tempo um caráter simbólico e logístico durante os dias de motim.

Por ser um local de reunião e organização dos trabalhadores, o sindicato dos ferroviários representava um espaço de união, confraternização e força da categoria. Além disso, por se encontrar na plataforma de trens, o local simbolizava a resistência dos trabalhadores dentro das dependências de uma empresa estrangeira, o que, obviamente, ganha uma conotação emblemática diante de um movimento armado que, entre outras características, tinha em sua mística o entusiasmo ufanista da ANL de Luís Carlos Prestes.

Do ponto de vista logístico, a sede do sindicato também teve papel importante, se tornando um ponto estratégico para a distribuição de armas e munição que eram saqueados do 29º Batalhão de Caçadores. O material era colocado em trens e carros que partiam da estação da Vila Militar Floriano Peixoto para Jaboatão, onde era descarregado e depositado na sede do sindicato para ser entregue aos revoltosos.

O agente de estação de Jaboatão Tibiriçá de Moraes Sarmiento, por exemplo, relatou ter sido intimado por um sargento e alguns praças do Exército a ir até a sede do sindicato, onde um tenente lhe disse que precisava das galinhas que estavam no armazém da estação. Segundo o ferroviário, havia vários civis e militares no local na ocasião, mas que só reconheceu Maurílio Rodrigues, ferroviário da 4ª Divisão, e que o mesmo estava “tratando de uns fuzis amontoados lá a um lado”.<sup>132</sup>

Uma reportagem do *Diário da Manhã* de 28 de novembro descreve o cenário de guerra que se tornou a plataforma de trens da cidade. Ao percorrer Jaboatão após a revolta ter sido

---

<sup>132</sup> Ver BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo nº709. Disponível em: <https://labor-arq.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-709-1936> Acesso em 18/09/2023.

controlada, a publicação afirmava que “na estação, guarnecendo-a, uma metralhadora estava ainda montada, com seu troço de soldados na retranca, para o que desse e viesse”.<sup>133</sup>

Na mesma notícia, o jornal relatava que, após tomarem a Vila Militar e “dispondo assim de material de guerra ilimitado” os insurretos “se dividiram saindo parte para o Largo da Paz e outra parte para Jaboatão, no sentido de aliciar gente, entre os operários da Great Western com que engrossasse as suas forças”. A reportagem acrescentava que “muito pouco, entretanto, conseguiram como adesão dos civis”.

Essa foi uma das poucas notícias publicadas em Pernambuco relacionando diretamente os ferroviários da *GWB* à insurreição. As poucas menções feitas à *Great Western* tratavam da suspensão do tráfego de trens na região durante a revolta. De forma geral, os dois jornais analisados nesta pesquisa – o *Diário de Pernambuco* e o *Diário da Manhã* – deram destaque à atuação dos militares no motim.

De fato, a maior parcela dos rebeldes pernambucanos era formada por militares e há um consenso entre os pesquisadores de que o comando revolucionário de Pernambuco era formado por Silo Meireles, Otacílio Alves de Lima, Lamartine Coutinho, Alberto Besouchet, Gregório Bezerra, Pascácio de Sousa e José Caetano Machado. Com exceção dos dois últimos, todos eram militares, o que reforça a impressão de que a rebelião pernambucana teve ares de quartelada mal sucedida.

Contudo, causa algum estranhamento que os ferroviários da *GWB* não apareçam nas notícias publicadas pela imprensa sobre a insurreição, uma vez que as fontes analisadas citam com certa abundância o envolvimento destes trabalhadores nos acontecimentos de novembro em Pernambuco e a utilização da sede do sindicato como ponto estratégico dos revolucionários.

Essa ausência pode ter sido fruto de uma estratégia dos ferroviários presos em omitir que trabalhavam para a *Great Western* na tentativa de manterem seus empregos após serem liberados. Também é provável que os jornais deliberadamente tenham omitido a participação dos ferroviários na insurreição como forma de preservar a empresa.

Outra explicação possível é que muitas vezes os ferroviários eram registrados pela polícia como civis, sem que tivessem suas profissões discriminadas. E quando isso acontecia, os jornais registravam as atividades dos envolvidos sem relacioná-los às empresas onde eles trabalhavam.

---

<sup>133</sup> Ver O Diário da Manhã em visita a Afogados e Socorro. Diário da Manhã. Recife, 28 de novembro de 1935, página 6. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DM1935&pagfis=4171> Acesso em 18/09/2023

Por exemplo, em 15 de dezembro o *Diário de Pernambuco* noticiou que a Junta de Sítio já havia ouvido cerca de 250 pessoas detidas pelas “medidas de exceção decretadas pelo governo federal” e publicou uma relação com os nomes de alguns interrogados.<sup>134</sup> A lista era dividida entre militares e civis. Entre os civis, foram identificados como “operários” os presos José Eugênio Chagas, Raymundo Mattos, Antônio Wenceslau Martins e Manoel André de Sant'anna. No entanto, por meio do cruzamento de dados com outras fontes, é possível constatar que todos eram ferroviários da *GWB*.

Ainda na lista de civis publicada pelo jornal, foram identificados como ferroviários Amaro Pedro do Valle, José Baptista de Moraes, João Zacharias dos Santos, José Polycarpo Reis, Pedro Baptista dos Santos, Severino Marinho Carvalho e Gentil Delfino Albuquerque. Devido ao monopólio no setor ferroviário da região, é provável que todos fossem empregados da *GWB*. Contudo, podemos garantir que ao menos Severino Marinho Carvalho e Gentil Delfino Albuquerque realmente trabalhavam para a companhia inglesa.

Já na relação de comerciantes presos por envolvimento na insurreição, o *Diário de Pernambuco* incluiu o nome de Demócrito da Silveira. No entanto, ele também era empregado da *Great Western*. Em oitavas promovidas pelo TSN, cinco ferroviários da *GWB* disseram ter visto Demócrito armado de fuzil ao lado dos revoltosos.

A explicação para o fato de Demócrito Ramos da Silveira constar como comerciante na lista publicada no *Diário de Pernambuco* está no próprio depoimento dele ao TSN. Diante das autoridades, Demócrito contou que tinha em casa uma carvoaria, que era administrada pela esposa e que ele a ajudava antes e depois de ir para o serviço. Ele afirmou que durante os dias de revolta não saiu de casa e que em 27 de novembro, após o tráfego ser normalizado, voltou ao trabalho na Repartição de Conservação.

O ferroviário relatou que em quatro de dezembro foi a outra cidade para se encontrar com um fornecedor de carvão, data em que foi preso por ser “estranho ao lugar”. Demócrito concluiu seu depoimento declarando que não era comunista, não exercia atividades políticas de qualquer caráter, vivia do emprego e do negócio de carvão e que “não tinha ideias políticas”.<sup>135</sup>

---

<sup>134</sup> Ver Ouvidas pelos juizes de sítio cerca de 250 pessôas. *Diário de Pernambuco*. Recife, 15 de dezembro de 1935, página 12. Disponível em: [https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033\\_11&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=17566](https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_11&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=17566) Acesso em 18/09/2023.

<sup>135</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação n°. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 1. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR\\_RJANRIO\\_C8/0/APL/0183\\_v\\_01/BR\\_RJANRIO\\_C8\\_0\\_APL\\_0183\\_v\\_01\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_C8/0/APL/0183_v_01/BR_RJANRIO_C8_0_APL_0183_v_01_d0001de0001.pdf) Acesso em: 18/09/2023

Se Demócrito não era comunista até sua prisão, conforme alegou ao TSN, certamente se tornou um com o passar dos anos, sendo eleito suplente de deputado estadual pelo PCB em janeiro de 1947, dirigido uma célula comunista na Base Aérea de Ibúra onde trabalhava no mesmo ano, exercendo a função de encarregado de finanças da célula comunista Guararapes, que por sinal funcionava em sua residência, além de ter escrito reportagens para o jornal comunista *Folha do Povo* na década de 1950 e ter assinado o pedido de registro do PCB em junho de 1964.<sup>136</sup>

De todos os ferroviários implicados na insurreição, Demócrito é o que tem o prontuário mais extenso nos arquivos do Dops com 265 páginas. Muito do volume de documentos produzidos contra ele pela repressão foram motivados por sua atividade político-partidária após ter sido posto em liberdade, em junho de 1941.

Demócrito Ramos da Silveira chegou a ser eleito vereador para a Câmara Municipal de Recife pelo Partido Social Progressista em outubro de 1947, uma vez que o PCB estava na ilegalidade, mas teve o mandato cassado em junho de 1950, quando era presidente da casa legislativa sob a acusação de ser comunista.

Ao longo de todos esses depoimentos, fica evidente que os ferroviários que participaram da insurreição foram atraídos mais por questões locais e de disputas internas do que propriamente pelas pautas revolucionárias, com exceção das lideranças da categoria que mantinham relações firmes com o PCB e a ANL.

Majoritariamente, os relatos associaram os ferroviários ao uso das instalações e equipamentos da *Great Western* durante a revolta, à perseguição de empregados disciplinados, ou simplesmente à aventura de participar de uma tentativa revolucionária. Provavelmente alguns tenham aderido à rebelião em solidariedade aos líderes ferroviários que estavam à frente da greve do início de novembro, como forma de gratidão pelo aumento de salário conquistado.

Independentemente das motivações, o certo é que a repressão foi fortemente direcionada aos ferroviários da *GWB* com o fracasso do movimento. Muitos foram presos, uma parte deles liberada sem ser denunciada e outros foram condenados a cinco anos de prisão a serem cumpridos no Presídio Agrícola de Fernando de Noronha.

De qualquer forma, é inconteste que parte dos ferroviários participou da insurreição comunista de novembro de 1935 em Pernambuco, seja pegando em armas voluntariamente, seja

---

<sup>136</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de Demócrito Ramos da Silveira. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/02848/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_02848\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/02848/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_02848_d0001de0001.pdf) Acesso em 18/09/2023.



desempenhando outras funções compulsoriamente. Os ferroviários que desde o começo da década de 1930 se destacaram como lideranças ferroviárias, conseqüentemente, desempenharam funções mais relevantes durante a revolta, inclusive do ponto de vista mais amplo dos motivos da rebelião.

As rusgas e disputas existentes entre os trabalhadores, que também vinham de longa data e atingiram um nível de tensão alto durante a greve do início de novembro, emergiram instantaneamente e se converteram em perseguições, ameaças e até mesmo atentados.

Até mesmo os que se recusaram a se juntar aos rebeldes, contribuíram para a construção das narrativas que envolveram os empregados da ferrovia inglesa na tentativa revolucionária, o que para todos os fins, moldou parte do que sabemos hoje sobre a insurreição comunista de 1935.

### 3.2 Repressão e defesas

Após a derrocada dos revolucionários, um forte clima de denunciismo e repressão instaurou-se em Pernambuco. Em 29 de novembro, o *Diário de Pernambuco* noticiou que cerca de 700 pessoas estavam sob custódia da polícia.<sup>137</sup> O número de detenções era tamanho, que a Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco solicitou ao Governo Federal um navio que pudesse ser usado como presídio durante as investigações. Essa onda persecutória atingiu fortemente os ferroviários da *GWB*.

Nas primeiras semanas de oitavas, mais de 30 empregados da companhia inglesa compareceram ao Conselho Penitenciário na qualidade de testemunhas, acusando nominalmente seus colegas de terem pegado em armas e apontando possíveis esconderijos. Alguns deles também foram ouvidos nos inquéritos administrativos abertos pela *GWB* para demitir os funcionários “extremistas” de seus quadros.

Os denunciados eram detidos em suas casas, na rua e até mesmo nas dependências da empresa, como o ferreiro José Eugênio Chagas, preso em 30 de novembro enquanto trabalhava em sua bancada. Ele foi levado para a Casa de Detenção, onde ficou preso e incomunicável até 11 de janeiro, quando foi colocado em liberdade.<sup>138</sup>

---

<sup>137</sup> Ver Refeito bárbaro golpe extremista, Recife normaliza a sua vida urbana. *Diário de Pernambuco*. Recife, 29 de novembro de 1935, página 10. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_11&pagfis=17378](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_11&pagfis=17378) Acesso em 31/10/2021

<sup>138</sup> Ver BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo nº 4.166. Disponível em: <https://labor-arq.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-4-166-1936> Acesso em 05/10/2023.



A maioria das prisões eram realizadas nas oficinas de Jaboatão, mas outras instalações da empresa também foram alvos de batidas policiais, como os escritórios e as oficinas de Edgard Werneck, em Areias, onde os investigadores encontraram diversos folhetos de propaganda comunista e edições do jornal *Classe Operária* dentro de um tubo de bronze enterrado debaixo da bancada de trabalho de José Vicente de Souza Monte. O ferroviário só não foi preso na ocasião porque estava de férias.<sup>139</sup>

Provavelmente essas diligências contavam com a anuência e até mesmo com o apoio da direção da *GWB*. A contenção do movimento revolucionário e a imediata repressão direcionada a elementos considerados minimamente subversivos deu margem para que a companhia inglesa empreendesse uma verdadeira campanha de perseguição aos ferroviários.

Além de promover diversas demissões e aberturas de inquéritos administrativos, a ferrovia também colaborou com os órgãos de repressão no encaço dos possíveis revolucionários. Em 15 de janeiro, por exemplo, o superintendente da *GWB*, o engenheiro Arlindo Luz, respondeu a um ofício enviado dois dias antes pelo promotor Etelvino Lins solicitando fotografias e informações de empregados da ferrovia “que tomaram parte no movimento subversivo”. Foram anexadas à correspondência as fichas dos ferroviários constando fotos, endereços, datas de nascimento, estado civil, altura, e cores dos cabelos, olhos e pele, compartilhando, assim, informações que pudessem levar à prisão dos mesmos.<sup>140</sup>

Além das denúncias feitas voluntariamente e da cooperação da direção da ferrovia, a polícia também se valia da truculência para conseguir delações contra os ferroviários. Alguns relatos dos empregados da *GWB* apontam que o uso da violência era uma prática comum durante as investigações e dias de cárcere. O torneiro Manoel Bezerra dos Santos, preso em 28 de novembro de 1935 enquanto trabalhava nas oficinas de Jaboatão, contou que, após passar pelos portões da *GWB*, foi espancado pelos policiais e forçado a apontar companheiros que tivessem participado do movimento.<sup>141</sup>

---

<sup>139</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de José Vicente de Souza Monte. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/00172/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_0\\_0172\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/00172/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_0_0172_d0001de0001.pdf) Acesso em: 10/01/2023.

<sup>140</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação n°. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 1. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR\\_RJANRIO\\_C8/0/APL/0183\\_v\\_01/BR\\_RJANRIO\\_C8\\_0\\_AP\\_L\\_0183\\_v\\_01\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_C8/0/APL/0183_v_01/BR_RJANRIO_C8_0_AP_L_0183_v_01_d0001de0001.pdf) Acesso em 13/08/2023

<sup>141</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação n°. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 9. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_rjanrio\\_c8/0/apl/0183\\_v\\_09/br\\_rjanrio\\_c8\\_0\\_apl\\_0183\\_v\\_09\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_09/br_rjanrio_c8_0_apl_0183_v_09_d0001de0001.pdf) Acesso em 11/11/2023.

Sem conseguir nenhuma confissão do torneiro, os policiais voltaram a espancá-lo e depois o levaram para a cadeia de Jaboatão. Duas horas depois, os investigadores escoltaram o ferroviário novamente às oficinas na tentativa de conseguir a delação. Diante de mais uma negativa, Manoel Bezerra dos Santos foi encaminhado ao Presídio Especial de Recife.

José Vicente do Nascimento também foi detido em 28 de novembro de 1935 enquanto trabalhava nas oficinas da *GWB*, mas foi posto em liberdade logo em seguida por falta de provas que o ligassem ao levante. Porém, segundo o ferroviário, em maio de 1936, ele foi preso novamente quando ia ao cinema de Jaboatão. O ferroviário contou que foi levado para a cadeia local, onde foi “barbaramente espancado pela polícia”.<sup>142</sup>

À frente das atrocidades praticadas pelos agentes da repressão estava o capitão Malvino Reis Neto, secretário de Segurança Pública de Pernambuco e chefe de polícia. O oficial era ligado à AIB e ostentava com orgulho a agressividade e o sadismo empregados nas operações contra os revolucionários. (Vianna, 2011: 310)

O escriturário da *GWB* Gustavo Tigre Coutinho acusou o militar nominalmente após ser preso em dezembro de 1937. Apesar de negar ter participado da insurreição, ele disse que fugiu de Jaboatão após a revolta por causa de perseguições políticas que sofria. De acordo com o Gustavo Tigre, o capitão Malvino Reis Neto já havia jurado “dar fim” nele e, quatro meses antes do movimento, havia dado ordens para que o ferroviário fosse “fuzilado onde fosse visto”.<sup>143</sup>

O oficial também foi citado pelo líder ferroviário Lourival da Motta Cabral como o mandante dos espancamentos sofridos por ele enquanto estava preso. De acordo Motta Cabral, em uma das sessões de tortura, ele foi seviciado por um grupo de policiais e depois colocado nu em um cubículo por dez dias, dormindo no chão de cimento.<sup>144</sup>

---

<sup>142</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 9. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_rjanrio\\_c8/0/apl/0183\\_v\\_09/br\\_rjanrio\\_c8\\_0\\_apl\\_018\\_v\\_09\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_09/br_rjanrio_c8_0_apl_018_v_09_d0001de0001.pdf) Acesso em 18/12/2021.

<sup>143</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 9. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_rjanrio\\_c8/0/apl/0183\\_v\\_09/br\\_rjanrio\\_c8\\_0\\_apl\\_018\\_v\\_09\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_09/br_rjanrio_c8_0_apl_018_v_09_d0001de0001.pdf) Acesso em 18/12/2021.

<sup>144</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 9. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_rjanrio\\_c8/0/apl/0183\\_v\\_09/br\\_rjanrio\\_c8\\_0\\_apl\\_018\\_v\\_09\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_09/br_rjanrio_c8_0_apl_018_v_09_d0001de0001.pdf) Acesso em 18/12/2021.

Por conta das constantes surras, o revolucionário chegou a ficar internado na enfermaria do presídio por dois meses e desenvolveu uma deformação em um dos testículos devido aos golpes que sofrera nas partes íntimas. Enquanto era barbaramente agredido, os policiais o pressionavam para dar informações sobre outros investigados.

Além das torturas físicas, os presos ainda passavam por violências psicológicas com ameaças de execução caso não colaborassem com as investigações. As denúncias dos ferroviários presos expõem os excessos promovidos pelas forças de segurança na repressão aos insurretos, se estendendo, possivelmente, aos que sequer simpatizavam com o movimento armado ou até mesmo aos contrários às causas revolucionárias.

Passado mais de um ano da rebelião, os ferroviários da *GWB* ainda continuavam na mira dos agentes do Dops. Movidos pelas investigações e denúncias de populares, os policiais faziam constantes batidas em busca dos revolucionários ou suspeitos de terem participado da insurreição. Isso demonstra que a perseguição aos ferroviários foi uma ação constante e ostensiva do Dops de Pernambuco, não se limitando ao imediato pós-revolta, se tornando uma espécie de política de segurança pública do estado.

Em 7 de dezembro de 1936 oito investigadores de polícia armados cercaram uma casa na Rua da Floresta, número 163, no bairro Areias, a sete quilômetros do centro de Recife. Por meio de uma provável denúncia anônima, os agentes de segurança descobriram que o local servia de esconderijo para o líder ferroviário e vereador eleito Henrique Accioly Lins da Silva, foragido há mais de um ano.<sup>145</sup> Ele tentou fugir pulando uma das janelas, mas foi capturado e levado para a Central de Polícia.

A casa onde Henrique Accioly estava escondido pertencia a Carlos Inácio Romão Nilo, 51 anos, ex-telegrafista da *GWB*. O ferroviário aposentado morava na residência com a esposa e três filhos e também foi levado para a Central de Polícia. Ele contou aos agentes que Henrique Accioly o havia procurado em casa pedindo abrigo. Ele estava sozinho, sem bagagem, doente e faminto e confessou estar sendo procurado pela polícia.

A família do telegrafista se opôs à guarida por considerar perigoso abrigar um foragido, mas Carlos o recebeu mesmo assim. Além de terem trabalhado juntos na *GWB*, um concunhado de Henrique Accioly era casado com uma sobrinha de Carlos, o que fazia o ex-telegrafista considerá-lo um parente. Após prestar os devidos esclarecimentos, Carlos foi posto em

---

<sup>145</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de Carlos Inácio Romão Nilo. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/01322/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_01322\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/01322/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_01322_d0001de0001.pdf) Acesso em: 05/10/2023

liberdade, apesar de já constar nos registros do Dops como “elemento comunista”, tendo sido detido em 1932 por “motivos de ordem pública”. Na ocasião, foram encontrados em sua casa um manifesto escrito por Luís Carlos Prestes e quatro jornais de “propaganda vermelha”.

Certamente o longo período em que Henrique Accioly conseguiu ficar escondido da polícia está relacionado à liderança que exercia no meio ferroviário e ao prestígio que havia conquistado ao longo dos anos entre seus pares. Isso fica claro no depoimento de Carlos Inácio, que enfrentou a resistência da própria família para poder ajudar o amigo foragido.

Além disso, Carlos Inácio afirmou que Henrique Accioly estava em sua casa há pouco mais de uma semana, insinuando, portanto, que antes disso o líder ferroviário estaria escondido em outro lugar. Com a constante vigilância e patrulhamento em Jaboatão, é presumível que os foragidos trocassem de esconderijo constantemente para não serem apanhados, e isso dependia da colaboração dos moradores da cidade. Quando esse suporte falhava, a polícia agia. Anos mais tarde, em uma entrevista concedida a um jornal do partido, Henrique Accioly revelou que desconfiava que seu paradeiro havia sido denunciado à polícia pelos parentes de Carlos Inácio Romão Nilo.<sup>146</sup>

Assim como Henrique Accioly Lins da Silva, outros empregados da *GWB* conseguiram se esconder da polícia por muito tempo, sendo capturados meses, às vezes anos depois de a insurreição ter sido sufocada. Com a repressão fechando o cerco cada vez mais em Pernambuco, os ferroviários buscavam ajuda em uma rede de sociabilidade formada por parentes e amigos para se manterem longe das grades.

O conferente José Alves Pedrosa, apelidado de Zé Bedéu, por exemplo, só foi preso em junho de 1937 em casa, “trajando vestido”. A estranha descrição sugere que o ferroviário tentou se disfarçar com trajes femininos para não ser preso.<sup>147</sup>

Em depoimento à polícia, ele afirmou que ficou em casa durante a rebelião e que, após o movimento ter sido controlado, se refugiou na residência dos pais, onde ficou por três dias, por saber que estava sendo procurado pela polícia. Depois voltou para a própria casa com o intuito de aguardar o “pronunciamento da Justiça”.

---

<sup>146</sup> SILVA, Henrique Accioly Lins da: depoimento [set. 1979]. Entrevistador: Jarbas Silva Marques. Rio de Janeiro: 1979. Acervo particular.

<sup>147</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Pública e Social de Pernambuco. Prontuário de José Alves Pedrosa. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/03753/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_03753\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/03753/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_03753_d0001de0001.pdf) Acesso em 31/10/2021.

Mas é pouco provável que Zé Bedéu tenha passado somente três dias escondido na casa dos genitores. Com uma longa ficha no Dops e sabendo dos excessos cometidos pela polícia, o mais verossímil é que o ferroviário tenha passado bem mais tempo refugiado na casa de parentes.

O mesmo aconteceu com o serralheiro Manoel Elias da Silva, preso em maio de 1936 na casa de um cunhado. De acordo com o relatório do investigador responsável pela prisão, Manoel Elias era um “baluarte do comunismo”, tendo estado à serviço do PCB durante a greve dos ferroviários para a “completa realização dos objetivos terroristas”. Além disso, como secretário do sindicato, “forjou todas maneiras de agitação juntamente com Henrique Lins, Antônio Feijó, José Alves Pedrosa, vulgo Bedéu, (...) e outros muito perigosos”.<sup>148</sup>

Ao mesmo tempo em que podiam contar com amigos e parentes, os ferroviários também tentavam proteger seus aliados. Apontado por diversas testemunhas oculares de ter circulado pelas ruas de Jaboatão armado de fuzil e de ter participado da tomada da cadeia pública, chegando a desarmar um soldado do destacamento, o mecânico Maurílio Rodrigues da Silva foi detido em 6 de dezembro de 1935 e liberado dois dias depois. No dia 16 do mesmo mês foi preso novamente, desta vez por estar fazendo “declarações ameaçadoras às autoridades, na via pública”.<sup>149</sup> Em seu primeiro depoimento, Maurílio negou as acusações e disse que ficou em casa durante os dias da revolta.

No entanto, suas declarações apresentam algumas inconsistências. Primeiro, o ferroviário afirmou que foi preso no dia 28 de dezembro quando estava escondido na casa de um amigo, em Jaboatão, porque dizia-se que “a polícia estava praticando violências”. Logo em seguida, retificou o depoimento falando que não estava escondido na casa de um amigo, mas sim nas matas de Jaboatão.<sup>150</sup>

Possivelmente, o ferroviário mudou a declaração para não ter que entregar o nome do amigo que lhe ofereceu abrigo. Afinal, há uma enorme diferença entre estar escondido em uma

---

<sup>148</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Pública e Social de Pernambuco. Prontuário de Manoel Elias da Silva. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/02237/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_02237\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/02237/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_02237_d0001de0001.pdf) Acesso em 10/01/2023.

<sup>149</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de Maurílio Rodrigues da Silva. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/06436/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_06436\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/06436/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_06436_d0001de0001.pdf) Acesso em: 18/12/2021.

<sup>150</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação n°. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 1. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR\\_RJANRIO\\_C8/0/APL/0183\\_v\\_01/BR\\_RJANRIO\\_C8\\_0\\_AP\\_L\\_0183\\_v\\_01\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_C8/0/APL/0183_v_01/BR_RJANRIO_C8_0_AP_L_0183_v_01_d0001de0001.pdf) Acesso em 18/12/2021

residência e em um matagal, sendo praticamente impossível que o ferroviário tenha confundido o local onde foi preso.

Maurílio Rodrigues da Silva ainda apresentaria uma terceira versão dos fatos. Dois anos depois de ser preso, durante a etapa de formação de culpa dos acusados, o mecânico afirmou que foi preso em 14 de dezembro quando trabalhava nas oficinas da *GWB*, informando assim uma nova data e local de sua prisão.<sup>151</sup>

Essas conexões pessoais eram fortes o suficiente para fazer com que os ferroviários foragidos preferissem se manter escondidos nas casas de amigos e parentes em Jaboaão do que deixar a cidade. Com exceção do guarda-freios Sebastião Salamandra, que fugiu para Campina Grande, na Paraíba, e do caldeireiro Gonçalo Francisco da Silva, que foi para Ceará-Mirim, no Rio Grande do Norte, todos os outros implicados permaneceram em Jaboaão ou em cidades próximas.

Pode ser que a permanência dos ferroviários tenha relação com a falta de recursos para deixarem a cidade, ou até mesmo pela vigilância da polícia nas rotas de fuga da região. Mas é igualmente razoável que eles tenham decidido ficar em Jaboaão por se sentirem mais seguros e protegidos por seus contatos naquele momento.

Essas redes de sociabilidade que foram criadas e fortalecidas ao longo dos anos foram invocadas também durante a fase das defesas dos ferroviários perante o Tribunal de Segurança Nacional. Muitos deles optaram por indicar colegas de trabalho como testemunhas de defesa em detrimento de esposas ou vizinhos, por exemplo.

Desta forma, a estratégia de defesa dos ferroviários priorizou os relacionamentos oriundos das relações de trabalho e da convivência laboral. Cientes de que a maior parte das acusações que pesavam sobre eles havia sido feita por empregados da companhia inglesa, os presos convocaram outros ferroviários para testemunhar em seu favor, na tentativa de contrapor versões e demonstrar ao TSN que os depoimentos dos acusadores haviam sido manipulados pela direção da empresa ou eram produtos de questões pessoais.

As estratégias de defesa focaram basicamente em tentar convencer a promotoria de que os acusados não participaram da insurreição, ao mesmo tempo que buscavam deslegitimar as acusações dos ferroviários delatores. São recorrentes, tanto nos depoimentos dos ferroviários acusados como nos das testemunhas de defesa, as alegações de que eles não pertenciam a

---

<sup>151</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação n°. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 9. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_rjanrio\\_c8/0/apl/0183\\_v\\_09/br\\_rjanrio\\_c8\\_0\\_apl\\_018\\_v\\_09\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_09/br_rjanrio_c8_0_apl_018_v_09_d0001de0001.pdf) Acesso em 18/12/2021.

nenhuma agremiação política, que estavam em casa ou na feira de Tigipió no momento que começou a rebelião, que eram bons pais e esposos e que as acusações haviam sido articuladas pelo superintendente da *GWB* engenheiro Arlindo Luz, principalmente contra os dirigentes da Caixa de Pensão.

Essas convergências indicam que, possivelmente, os ferroviários combinaram em adotar o mesmo tom na construção das defesas. Além disso, alguns advogados representaram mais de um ferroviário, o que, naturalmente, confluiu na padronização das estratégias. Os advogados Mário Guimarães de Sousa e Mário Jacome de Araújo, por exemplo, assumiram conjuntamente os casos de João Alfredo de Barros Gibson, Severino Marinho de Carvalho, Sebastião Salamandra, Thomaz Villa Nova, Godofredo Severiano de Britto, Maurílio Rodrigues Silva, Gustavo Tigre Coutinho, Anibal Vicente da Hora, Antonio Paulo da Silva, Rozendo Antonio dos Santos e Ulysses de Arruda e Silva.<sup>152</sup>

Assim, de forma geral, os ferroviários que estavam presos usaram argumentos e justificativas similares para tentar se livrar das condenações. Isso refletiu até mesmo na convocação das testemunhas, que começaram a ser ouvidas em maio de 1938. O carpinteiro da *GWB* Pedro Batista da Costa testemunhou a favor de quatro ferroviários. Possivelmente treinado pelos advogados, o discurso do carpinteiro é semelhante em diversos aspectos, inclusive nos termos utilizados para defender os colegas.

Ao testemunhar em defesa de Severino Marinho de Carvalho, por exemplo, Pedro Batista disse que o agente de estação não era comunista e que sempre se mostrou contrário ao “credo de Moscou”. Ele acrescentou que o ferroviário era um “homem morigerado, de bons costumes, religioso e bom chefe de família”. Essas descrições também foram direcionadas aos ferroviários Genésio dos Santos Baraúna e João Francisco da Silva.

Além de exaltar as qualidades pessoais de Severino, o carpinteiro também acusou o superintendente da *Great Western* Arlindo Luz de ter obrigado vários empregados da companhia a depor contra os ferroviários que a polícia julgava envolvidos com a rebelião. Ele disse que não podia afirmar se algum empregado havia sido orientado por Arlindo Luz especialmente para depor contra Severino, mas que se isso tivesse ocorrido, os ferroviários não teriam resistido por temerem o engenheiro.

---

<sup>152</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação n°. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 8. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_rjanrio\\_c8/0/apl/0183\\_v\\_08/br\\_rjanrio\\_c8\\_0\\_apl\\_0183\\_v\\_08\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_08/br_rjanrio_c8_0_apl_0183_v_08_d0001de0001.pdf) Acesso em 05/10/2023.



Como forma de ratificar sua acusação, Pedro Batista informou às autoridades que o ferroviário Felix Barão teria sido suspenso por 90 dias por ter se recusado a prestar depoimentos contra seus companheiros. Por fim, o carpinteiro apontou que os empregados Agrício e “Osvaldo de tal” foram beneficiados dentro da empresa após prestarem depoimentos às autoridades.<sup>153</sup>

As acusações parecem ter fundamento. Possivelmente o “Osvaldo de tal” citado pelo carpinteiro era o ferroviário Osvaldo Rodrigues Ramos. Ele compareceu duas vezes ao Conselho Penitenciário para delatar outros empregados da *GWB* logo após a insurreição ter sido controlada.

O primeiro depoimento ocorreu em 12 de dezembro de 1935, quando Osvaldo contou ter visto o vizinho dele Maurílio Rodrigues da Silva, mecânico da *GWB*, portando um fuzil durante a revolta. Mas em 23 de dezembro, ele voltou ao Conselho Penitenciário e apresentou um novo depoimento repleto de minuciosidades.

Na segunda oitiva, Osvaldo disse que entre 9h e 12h de 25 de novembro, estava em Jaboatão, em frente ao Sindicato dos Ferroviários, quando o serralheiro Godofredo Severiano de Britto discursava na plataforma da estação para os operários, incitando o povo a pegar em armas ao lado dos sediciosos “a fim de levar Luís Carlos Prestes ao governo do país”. Ainda detalhou que Godofredo estava armado com um fuzil, usava roupa clara e tinha um lenço branco amarrado na cabeça. Ele concluiu o depoimento afirmando que esse fato também havia sido presenciado por Alfredo Renato Aires, operário das oficinas da *GWB*.<sup>154</sup>

É curioso que Osvaldo Rodrigues Ramos tenha omitido o suposto discurso do serralheiro Godofredo Severiano de Britto em seu primeiro depoimento, uma vez que 11 dias depois ele pôde descrever com exatidão a cena. Portanto, não parece que o ferroviário tenha tido um lapso de memória entre o primeiro e o segundo depoimento, mas, sim, tenha sido orientado por alguém a voltar ao Conselho Penitenciário para acusar Godofredo Severiano de Britto.

---

<sup>153</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação n°. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 12. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_rjanrio\\_c8/0/apl/0183\\_v\\_12/br\\_rjanrio\\_c8\\_0\\_apl\\_0183%20v\\_12\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_12/br_rjanrio_c8_0_apl_0183%20v_12_d0001de0001.pdf) Acesso em 18/12/2021.

<sup>154</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação n°. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 1. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR\\_RJANRIO\\_C8/0/APL/0183\\_v\\_01/BR\\_RJANRIO\\_C8\\_0\\_AP\\_L\\_0183\\_v\\_01\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_C8/0/APL/0183_v_01/BR_RJANRIO_C8_0_AP_L_0183_v_01_d0001de0001.pdf) Acesso em 13/08/2023



De qualquer forma, em 02 de janeiro de 1936, o ferroviário Alfredo Renato Aires confirmou ao Conselho Penitenciário ter presenciado o discurso de Godofredo Severiano de Britto na plataforma de trens.<sup>155</sup> Ele repetiu a mesma versão no inquérito administrativo aberto pela *Great Western* para demitir o serralheiro.<sup>156</sup>

Se Godofredo Severiano de Britto foi alvo das acusações de Alfredo Renato Aires nos primeiros meses após a revolta, dois anos depois outros ferroviários puderam contar com seu apoio. Alfredo foi testemunha de defesa de Antônio Paulo da Silva, o Antônio Violeta, e de Maurílio Rodrigues da Silva. Ele afirmou que os dois ferroviários eram bons chefes de família, que não eram comunistas e que esteve com ambos nos dias do motim, podendo garantir que não haviam participado da insurreição.<sup>157</sup>

A postura de Alfredo Renato Aires é exemplar no que diz respeito à complexidade das dinâmicas internas dos ferroviários, ora acusando um líder sindical de discursar armado na plataforma de trens de Jaboatão, ora testemunhando em defesa de outros ferroviários apontados de terem participado da insurreição.

Esse comportamento revela que os ferroviários não agiam de forma coesa, nem individualmente, nem coletivamente. Em alguns momentos, eles aparecem como testemunhas de acusação e em outros como testemunhas de defesa, demonstrando a volatilidade de suas condutas em momentos distintos a depender dos interesses que estavam em jogo.

O mesmo pode ser observado nas atitudes do agente da estação de Jaboatão Tibiriçá de Moraes Sarmiento. Logo após o fim da insurreição ele colaborou com as investigações depondo no Conselho Penitenciário e no inquérito administrativo aberto pela *GWB* para demitir o serralheiro Godofredo Severiano de Britto. Tibiriçá disse ter visto armados com fuzis em Jaboatão durante a rebelião os ferroviários Demócrito da Silveira, José Lucas e Nestor “de tal”. Mas negou ter presenciado o suposto discurso de Godofredo.

---

<sup>155</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 1. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR\\_RJANRIO\\_C8/0/APL/0183\\_v\\_01/BR\\_RJANRIO\\_C8\\_0\\_APL\\_0183\\_v\\_01\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_C8/0/APL/0183_v_01/BR_RJANRIO_C8_0_APL_0183_v_01_d0001de0001.pdf) Acesso em 13/08/2023

<sup>156</sup> Ver BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo nº 709. Disponível em: <https://arquivoteca.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-709-1936> Acesso em: 18/12/2021

<sup>157</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 12. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_rjanrio\\_c8/0/apl/0183\\_v\\_12/br\\_rjanrio\\_c8\\_0\\_apl\\_0183%20v\\_12\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_12/br_rjanrio_c8_0_apl_0183%20v_12_d0001de0001.pdf) Acesso em 18/12/2021.

No entanto, dois anos depois, ele se apresentou como testemunha de defesa do líder ferroviário Henrique Accioly Lins da Silva, declarando que tinha o escriturário em “boa conta, quer como funcionário, quer como chefe de família e cidadão”.<sup>158</sup>

As diferentes posturas observadas em um espaço de dois anos podem ter sido motivadas por aspectos externos às dinâmicas da categoria ou mesmo por rixas entres os ferroviários, que decidiam proteger alguns companheiros em detrimento de outros. Também é possível que as denúncias feitas logo após a insurreição tenham sido potencializadas pela repressão policial e pela pressão da direção da empresa e, dois anos depois, com o arrefecimento das tensões, os ferroviários se sentissem mais confortáveis em sair em defesa de seus companheiros.

Além disso, também deve ser levado em consideração uma explicação mais óbvia e simples para as diferentes características dos depoimentos: realmente é possível que os testemunhos sejam produtos da própria experiência dos ferroviários durante o levante. Afinal, é verossímil que Tibiriçá Moraes não tenha assistido ao suposto discurso de Godofredo Severiano de Britto na plataforma de trens, ao passo em que tenha visto alguns ferroviários armados durante a insurreição.

Outro personagem que estimula essa profusão de interpretações é o condutor Artur Pinheiro da Silva. Logo após o fim da revolta, ele depôs ao Conselho Penitenciário e testemunhou em dois inquéritos administrativos da *GWB* abertos para demitir diversos ferroviários apontados de envolvimento com o levante. Ao mesmo tempo em que disse ter visto diversos ferroviários armados com fuzis, Artur negou ter visto Godofredo Severiano de Britto em qualquer dia e afirmou que encontrou José Ferreira da Silva em 24 de novembro na plataforma da estação em companhia de duas moças, “perfeitamente desinteressado das ocorrências que se vinha sucedendo”.<sup>159</sup>

Dois anos depois, ele foi testemunha de defesa de Henrique Accioly Lins da Silva, o qual disse ter boa “conduta moral e cívica”. Artur afirmou que esteve com o escriturário no primeiro dia do levante na estação em Jaboatão e que o líder ferroviário estava desarmado e reclamando de não conseguir voltar para casa devido a interrupção no tráfego.<sup>160</sup>

---

<sup>158</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 12. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_rjanrio\\_c8/0/apl/0183\\_v\\_12/br\\_rjanrio\\_c8\\_0\\_apl\\_0183%20\\_v\\_12\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_12/br_rjanrio_c8_0_apl_0183%20_v_12_d0001de0001.pdf) Acesso em 18/12/2021

<sup>159</sup> Ver BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo nº 3.714. Disponível em: <https://arquivoteca.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-3714-1936> Acesso em 10/01/2023

<sup>160</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 12. Disponível em:

Outras duas citações deixam o comportamento de Artur Pinheiro da Silva ainda mais intrigante. As duas testemunhas de defesa do ferroviário Maurílio Rodrigues da Silva imputaram Artur Pinheiro como responsável pela prisão do mecânico.

A doméstica Querubina Figueira Costa era vizinha de Maurílio e ressaltou que o ferroviário era “bom esposo, pai extremoso de dois filhos” e que não era comunista. Ela atribuiu a acusação que pesava sobre o ferroviário de ser comunista a uma inimizade entre Maurílio e Artur Pinheiro. De acordo com a doméstica, era “voz corrente” em Jaboaão que a denúncia contra Maurílio havia partido do condutor.<sup>161</sup>

A doméstica Inez Moreira Silva seguiu a mesma linha. Ela contou que ouviu dizer que quem teria denunciado Maurílio havia sido Artur Pinheiro, mas que achava que os dois não eram “inimigos”.<sup>162</sup>

Independentemente das motivações que levaram Artur Pinheiro da Silva a acusar alguns ferroviários e defender outros, fica evidente que a postura do condutor estava sendo pautada o tempo todo por relações pessoais, intrigas e, possivelmente, pelos interesses privados do ferroviário. Um forte indício disso é que em 1935, quando depôs ao Conselho Penitenciário e nos dois inquéritos administrativos, Artur trabalhava como condutor. Mas em 1938, quando testemunhou em defesa de Henrique Accioly Lins, Artur já estava aposentado. Desta forma, é plausível que logo após a revolta, Artur não quisesse se indispor com as autoridades nem com a direção da empresa faltando pouco tempo para se aposentar.

Contudo, as principais linhas de defesa sustentaram que as prisões eram fruto de perseguições da direção da *GWB*. Demócrito da Silveira chegou a pedir substituição de uma testemunha que desistiu de depor em sua defesa “por injunção da *GWB*, onde é empregado”.<sup>163</sup>

---

[http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_rjanrio\\_c8/0/apl/0183\\_v\\_12/br\\_rjanrio\\_c8\\_0\\_apl\\_0183%20v\\_12\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_12/br_rjanrio_c8_0_apl_0183%20v_12_d0001de0001.pdf) Acesso em 18/12/2021

<sup>161</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 12. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_rjanrio\\_c8/0/apl/0183\\_v\\_12/br\\_rjanrio\\_c8\\_0\\_apl\\_0183%20v\\_12\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_12/br_rjanrio_c8_0_apl_0183%20v_12_d0001de0001.pdf) Acesso em 18/12/2021

<sup>162</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 12. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_rjanrio\\_c8/0/apl/0183\\_v\\_12/br\\_rjanrio\\_c8\\_0\\_apl\\_0183%20v\\_12\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_12/br_rjanrio_c8_0_apl_0183%20v_12_d0001de0001.pdf) Acesso em 18/12/2021

<sup>163</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 12. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_rjanrio\\_c8/0/apl/0183\\_v\\_12/br\\_rjanrio\\_c8\\_0\\_apl\\_0183%20v\\_12\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_12/br_rjanrio_c8_0_apl_0183%20v_12_d0001de0001.pdf) Acesso em 18/12/2021.

Uma das teses se concentrou em provar que a companhia utilizou a insurreição como pretexto para demitir empregados mais antigos, os acusando de envolvimento com o levante para contratar novos funcionários com salários mais baixos “com vantagens para os cofres da referida empresa”, como alegou o caldeireiro João Francisco da Silva.<sup>164</sup>

Os apontamentos também eram feitos pelas testemunhas de defesa que não eram empregadas da empresa. O correio Marcelino Ferreira Guimarães disse que na época do levante bastava um ferroviário pedir aumento de salário para ser apontado e preso como comunista. Segundo Marcelino, muitos dos réus que estavam presos como comunistas, eram “comunistas da barriga, porque ganhando apenas dois ou três mil réis por dia, pediram pequenos aumentos de ordenado e foram apontados como revoltosos”.<sup>165</sup>

O comerciante Alfredo Bezerra de Menezes frisou que era “voz corrente” que, após a insurreição, a *GWB* demitiu empregados com longos anos de serviço, “inculcando-os de comunistas”.<sup>166</sup>

Os depoimentos demonstram que a direção da empresa se favoreceu da crescente onda anticomunista que atingiu todo o país no pós-insurreição para lidar com antigos empregados que causavam algum tipo de transtorno, tachando-os de comunistas para que fossem presos, facilitando, assim, as demissões.

Outra linha de defesa colocou a Caixa de Pensões dos Ferroviários como motivo para a perseguição da empresa contra alguns empregados. No cerne do conflito estava a pressão que a empresa estava sofrendo dos dirigentes da entidade para que atualizasse seus repasses ao fundo. O eletricitista Eugênio José Martins, testemunha de defesa de Severino Marinho de Carvalho, avaliou que a prisão do ferroviário havia sido ocasionada após ele ter sido eleito

---

<sup>164</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 9. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_rjanrio\\_c8/0/apl/0183\\_v\\_09/br\\_rjanrio\\_c8\\_0\\_apl\\_018\\_v\\_09\\_d\\_0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_09/br_rjanrio_c8_0_apl_018_v_09_d_0001de0001.pdf) Acesso em 18/12/2021.

<sup>165</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 12. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_rjanrio\\_c8/0/apl/0183\\_v\\_12/br\\_rjanrio\\_c8\\_0\\_apl\\_0183%20\\_v\\_12\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_12/br_rjanrio_c8_0_apl_0183%20_v_12_d0001de0001.pdf) Acesso em 18/12/2021.

<sup>166</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 12. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_rjanrio\\_c8/0/apl/0183\\_v\\_12/br\\_rjanrio\\_c8\\_0\\_apl\\_0183%20\\_v\\_12\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_12/br_rjanrio_c8_0_apl_0183%20_v_12_d0001de0001.pdf) Acesso em 18/12/2021.

conselheiro da Caixa de Pensões e que sua atuação no cargo havia acarretado “prejuízos de vulto” para a *GWB*.<sup>167</sup>

O mesmo foi defendido por Godofredo Severiano de Britto. Ele destacou que era público que a companhia se aproveitou da tentativa revolucionária para afastar de seus quadros alguns empregados, principalmente, os conselheiros da Caixa de Pensões “por defenderem interesses opostos aos da empresa”.<sup>168</sup>

Já o condutor Artur Pinheiro da Silva ponderou que a prisão de Henrique Accioly Lins da Silva foi motivada por sua atuação como conselheiro da entidade. Artur sustentou que Henrique Accioly pressionava a superintendência “no sentido de defender os interesses de seus camaradas contra a administração da superintendência da companhia que demorava os pagamentos que tinha obrigação de fazer”.<sup>169</sup>

Essas denúncias encontram respaldo em uma notícia publicada pelo *Diário da Manhã* de 21 de abril de 1935. Sete meses antes da insurreição eclodir em Jaboatão, o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio Agamenon Magalhães visitou a Caixa de Pensões da *Great Western* durante uma viagem a Pernambuco. A reportagem dava conta de que a empresa devia 1.600 contos aos cofres da entidade. De acordo com o periódico, o ministro declarou que já havia sugerido que o governo quitasse a dívida em apólices, levando os valores a débito da companhia posteriormente. Agamenon Magalhães ainda defendeu o estudo de uma reforma da legislação e adiantou que o assunto seria discutido em um congresso de todas as caixas de pensões do país que ele iria convocar em breve.<sup>170</sup>

Com esses argumentos os ferroviários aguardaram as sentenças do Tribunal de Segurança Nacional. Alguns foram absolvidos. Outros condenados. Não há como saber o que foi determinante para definir os julgamentos. Mas é certo que durante todo o processo de

---

<sup>167</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 12. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_rjanrio\\_c8/0/apl/0183\\_v\\_12/br\\_rjanrio\\_c8\\_0\\_apl\\_0183%20\\_v\\_12\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_12/br_rjanrio_c8_0_apl_0183%20_v_12_d0001de0001.pdf) Acesso em 18/12/2021.

<sup>168</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 9. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_rjanrio\\_c8/0/apl/0183\\_v\\_09/br\\_rjanrio\\_c8\\_0\\_apl\\_018\\_v\\_09\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_09/br_rjanrio_c8_0_apl_018_v_09_d0001de0001.pdf) Acesso em 18/12/2021.

<sup>169</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 12. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_rjanrio\\_c8/0/apl/0183\\_v\\_12/br\\_rjanrio\\_c8\\_0\\_apl\\_0183%20\\_v\\_12\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_12/br_rjanrio_c8_0_apl_0183%20_v_12_d0001de0001.pdf) Acesso em 18/12/2021.

<sup>170</sup> Ver Ministro Agamenon. Diário da Manhã. Recife, 21 de abril de 1935, página 24. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DM1935&pagfis=1449> Acesso em 05/10/2023.

formação de culpa e da apresentação das denúncias os ferroviários se articularam, traçaram estratégias de defesas e se utilizaram de suas redes de sociabilidade e para tentar convencer a justiça de suas inocências, independentemente se haviam participado da insurreição ou não.

### 3.3 Sentenças e desfechos

O inquérito instaurado para apurar a revolta no estado de Pernambuco deu origem ao processo nº 204 do Tribunal de Segurança Nacional. Foi no escopo deste processo que os ferroviários da *Great Western* foram presos, denunciados e julgados. A sentença só foi publicada em 23 de agosto de 1938, quando muitos deles já estavam completando quase três anos atrás das grades.

Todos os ferroviários condenados receberam a pena de cinco anos de reclusão, em grau mínimo, conforme o artigo 1º da Lei de Segurança Nacional. A acusação era a de que eles haviam praticado crimes contra a ordem política, recorrendo a meios violentos para mudar a “Constituição da República, no todo ou em parte, ou a forma de governo por ela estabelecida”.<sup>171</sup>

A pena poderia ter chegado a 10 anos de reclusão se o juiz do TSN coronel Luiz Carlos da Costa Neto tivesse considerado que eles eram líderes do movimento, como ocorreu com os militares envolvidos na rebelião. Mas o coronel-magistrado avaliou que uma pena mais moderada seria adequada “pela falta de agravantes e existência de atenuante de bom comportamento” por parte dos ferroviários.

Como era de se esperar, os empregados da *GWB* que tiveram maior destaque durante os dias da revolta e os que exerciam algum tipo de liderança no meio ferroviário foram condenados a cinco anos de prisão, como Lourival da Motta Cabral, Henrique Accioly Lins da Silva, Godofredo Severiano de Brito, João Alfredo de Barros Gibson, Demócrito Ramos da Silveira e outros que, visivelmente, receberam maior atenção das autoridades, da empresa e dos ferroviários que colaboraram com as investigações.

Mas alguns ferroviários conseguiram escapar das condenações. O contínuo Pacífico Pereira de Mello e o plainador José Ignácio de Araújo foram os únicos ferroviários absolvidos

---

<sup>171</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 15. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_rjanrio\\_c8/0/apl/0183\\_v\\_15/br\\_rjanrio\\_c8\\_0\\_apl\\_0183\\_v\\_15\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_15/br_rjanrio_c8_0_apl_0183_v_15_d0001de0001.pdf) Acesso em 09/10/2023.

pelo TSN, apesar de terem sido apontados por diversas testemunhas de terem participado da rebelião.

O mais curioso é que ambos ferroviários são relacionados na sentença como “ex-praças do 29º BC e da Força Pública do Estado”. Inclusive, o argumento utilizado pelo juiz para absolvê-los foi que “a disciplina militar leva o soldado em tais ocasiões ao dever de cumprir ordens recebidas dos seus superiores”, dando a entender que Pacífico Pereira de Mello e José Ignácio de Araújo teriam aderido ao levante por determinação de militares mais graduados.

O indício de que os dois ferroviários teriam sido militares antes de trabalharem na *GWB* é consistente o suficiente para se chegar a uma conclusão satisfatória. Alguns ferroviários afirmaram que viram Pacífico Pereira de Mello usando uma farda de soldado nos dias da rebelião, além de estar armado com um fuzil mauzer.

Diante da informação, o relatório da comissão de inquérito administrativo aberto pela *GWB* para demitir o contínuo concluiu que “o acusado vestia uma farda já um tanto usada, o que coincide com o fato de ter sido soldado do Exército até pouco antes de ingressar na Companhia”.<sup>172</sup>

Pacífico Pereira de Mello começou a trabalhar na ferrovia em 1925 como limpador, quando já tinha 35 anos. Portanto, ao que tudo indica, o contínuo tinha um histórico militar pregresso e, 10 anos após ter deixado as Forças Armadas, se valeu desse passado para se livrar da condenação.

O caso de José Ignácio de Araújo é ainda mais intrigante. De acordo com sua ficha profissional, ele tinha apenas 12 anos quando começou a trabalhar na *GWB* como aprendiz de plainador, em 1917, trabalhando durante 18 anos ininterruptos na ferrovia.<sup>173</sup> Portanto, pela pouca idade que tinha quando ingressou na ferrovia, seria impossível que José Ignácio de Araújo tenha servido à alguma força de segurança antes de se tornar ferroviário como sua sentença de absolvição indica.

A explicação para essa inconsistência está no prontuário do Dops de José Ignácio de Araújo. No documento, o ferroviário foi identificado como “José Ignácio de Araújo ou José Francisco de Araújo”. Após ser absolvido pelo TSN, ele apresentou uma declaração à Secretaria

---

<sup>172</sup> Ver BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo nº 3.713. Disponível em: <https://labor-arq.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-3-713-1935-2> Acesso em 09/10/2023.

<sup>173</sup> Ver BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo nº 3.713. Disponível em: <https://labor-arq.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-3-713-1935-2> Acesso em 09/10/2023.



de Segurança Pública afirmando que se chamava José Francisco de Araújo e que usava o nome do pai dele “por ignorar o seu verdadeiro nome”.<sup>174</sup>

Junto com a declaração, o ferroviário entregou um registro civil constando que se chamava José Francisco de Araújo e que era filho de José Ignácio de Araújo, falecido, e Maria Francisca de Araújo. De acordo com a certidão, o ferroviário teria nascido em 6 de abril de 1903, ao contrário do que consta na ficha profissional dele na *GWB*, em que a data de nascimento registrada é 3 de junho de 1905. As informações foram prestadas pela mãe do ferroviário ao cartório que expediu a certidão.

Independentemente se tenha nascido em 1903 ou em 1905, seu ingresso nos quadros da *GWB* em 1917, ainda na adolescência, afasta a possibilidade de que o mesmo tenha tido outro trabalho pretérito.

Assim, ao que tudo indica, foi a utilização de outro nome que fez com que o ferroviário escapasse da condenação. Desta forma, uma explicação possível para sua absolvição é que o pai do ferroviário tenha pertencido às forças de segurança e o TSN tenha atribuído o histórico militar ao filho que usava seu nome, por engano ou conveniência.

Alguns ferroviários foram excluídos da denúncia e sequer foram julgados, como Raymundo Mattos de Andrade, Francisco Leonísio de Melo e Antonio Francisco Nascimento. Já Raul Cícero Caldas, Manoel Elias da Silva e Gregório Barbosa do Nascimento foram colocados em liberdade durante o processo de formação de culpa dos suspeitos por não ter ficado provado o envolvimento deles com o motim.

Os que foram condenados já tinham destino certo para cumprir as penas antes mesmo de terem sido sentenciados. Um dia antes de o TSN determinar as penas, o presidente Getúlio Vargas assinou o decreto-lei nº 640 criando no arquipélago de Fernando de Noronha uma Colônia Agrícola “destinada à concentração e trabalho de indivíduos reputados perigosos à ordem pública, ou suspeitos de atividades extremistas”.<sup>175</sup> O objetivo do novo presídio era abrigar os presos políticos da ditadura do Estado Novo, implementada por meio de um golpe

---

<sup>174</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de José Ignácio de Araújo. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/05083/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_05083\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/05083/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_05083_d0001de0001.pdf) Acesso em: 09/10/2023.

<sup>175</sup> Ver BRASIL. Decreto-lei nº. 640. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-640-22-agosto-1938-350872-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 09/10/2023.



quase um ano antes. Além dos participantes da insurreição comunista de novembro de 1935, a ilha também receberia os camisas verdes dos levantes integralistas de março e maio de 1938.

Desta forma, em 24 de abril de 1939 a maior parte dos ferroviários condenados pelo TSN embarcou em um navio no porto de Recife com destino a Fernando de Noronha, para cumprir o restante de suas penas na companhia de outros presos ilustres, como o escritor Graciliano Ramos e o futuro líder comunista Carlos Marighella.

Com o passar dos anos e a remição das penas, os destinos dos ferroviários foram os mais diversos possíveis. O escriturário Aníbal Vicente da Hora, por exemplo, voltou às atividades partidárias cinco anos após ter deixado Fernando de Noronha, exercendo o cargo de secretário de divulgação do Comitê Municipal do Partido Comunista em Jaboatão em 1946.<sup>176</sup>

O mesmo comitê teve como secretário sindical na década de 1940 Antônio Paulo da Silva, o Antônio Violeta. Após deixar Fernando de Noronha, ele voltou para a cidade ferroviária prestando serviços no comitê municipal, chegando a tirar o título de eleitor por intermédio do partido em 1945. Durante toda a década de 1950, Antônio Violeta continuou sendo investigado pelas forças de segurança até que, em 1964, foi processado pela Comissão de Investigação Sumária por exercer “atividades subversivas”. Em julho do mesmo ano foi “aposentado” no cargo que ocupava na Prefeitura de Jaboatão.<sup>177</sup>

A Comissão de Investigação Sumária também prendeu o ex-ferroviário Gonçalo Francisco da Silva em julho de 1964. Ele foi detido nas Oficinas das Docas do Porto de Recife, onde trabalhava, por estar, supostamente, participando de reuniões de uma célula do PCB.

O ex-caldeireiro da *GWB* havia sido preso pelo menos cinco vezes durante a década de 1930 por motivo de ordem pública e atividades subversivas. Contudo, algumas evidências apontam que Gonçalo não participou da insurreição comunista. Ele não foi apontado por nenhuma testemunha de ter lutado ao lado dos insurretos, tendo sido preso em abril de 1936 em Alagoas suspeito de “exercer atividades extremistas”.<sup>178</sup> Provavelmente quando a rebelião

---

<sup>176</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de Aníbal Vicente da Hora. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/03346/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_03346\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/03346/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_03346_d0001de0001.pdf) Acesso em 09/10/2023.

<sup>177</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de Antônio Paulo da Silva. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/03546/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_03546\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/03546/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_03546_d0001de0001.pdf) Acesso em 09/10/2023.

<sup>178</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de Gonçalo Francisco da Silva. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/00109/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_0109\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/00109/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_0109_d0001de0001.pdf) Acesso em: 09/10/2023.

estourou em Pernambuco em novembro de 1935, o ex-ferroviário já estava no estado vizinho. Ele foi enviado para Recife e posto em liberdade alguns dias depois sem ser denunciado no processo que tramitou no TSN.

João Alfredo de Barros Gibson também esteve durante muito tempo na mira da polícia. Após ter cumprido a pena de cinco anos de reclusão em Fernando de Noronha, “o elemento mais nocivo do seio ferroviário” foi posto em liberdade em 1940, se instalando na capital pernambucana. Em janeiro de 1951, o quarto de pensão em que morava foi invadido por um investigador de polícia, que relatou ter encontrado livros de “fundo marxista”, como *O partido comunista*, de Karl Marx. O ex-ferroviário não estava no local no momento da busca.<sup>179</sup>

Os casos supracitados demonstram que mesmo após as prisões e perseguições desencadeadas pelo sufocamento da insurreição, alguns ferroviários permaneceram na militância em plena ditadura do Estado Novo, chegando a assumirem cargos estratégicos para a reorganização do partido após a derrota do movimento revolucionário.

Os exemplos mencionados também expõem o empenho da repressão em manter o aparelho do Estado atento às movimentações dos ferroviários durante anos, estendendo a vigilância e espionagem sobre eles até o golpe civil-militar de 1964. Esse interesse é sintomático da relevância que esses indivíduos conquistaram perante às forças de segurança ao longo das décadas, organizando greves, participando do movimento revolucionário, resistindo a prisões e torturas, e se firmando coletivamente como um movimento organizado de oposição aos anos do governo Vargas.

Mas se por um lado alguns ferroviários se mantiveram firmes em suas convicções que os levaram aos frentes da insurreição, por outro teve os que renegaram o passado de militância. Um investigador que esteve com Gustavo Tigre Coutinho logo após o ferroviário deixar Fernando de Noronha em dezembro de 1941 anotou em seu prontuário o teor da conversa. De acordo com o policial, o ex-escriturário da *Great Western* disse ter rompido com seus companheiros “apesar de não ter lançado mão da traição ao partido”. Ainda de acordo com as anotações, Gustavo Tigre Coutinho “desiluiu-se diante da politicagem indecente reinante entre os comunistas”.<sup>180</sup>

---

<sup>179</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de João Alfredo de Barros Gibson. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/01953/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_01953\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/01953/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_01953_d0001de0001.pdf) Acesso em: 09/10/2023.

<sup>180</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de Gustavo Tigre Coutinho. Disponível em:

Em fevereiro de 1945 outra conversa com outro investigador gerou mais uma anotação em seu prontuário no Dops. Desta vez, o ex-ferroviário falou ao policial que o Ministério do Trabalho e a Polícia eram fascistas e que ele, Gustavo Tigre, não era comunista, mas sim socialista “pronto para votar”. Apesar do tom combativo, o ex-escriturário não escondeu sua insatisfação com os tempos de militância, afirmando que tinha se empenhado durante a última greve dos ferroviários, mas que “nada lucrara a não ser o fato de ter sido demitido”.

Mas o caso mais emblemático da frustração que se abateu sobre alguns ferroviários após a insurreição foi o do mecânico Maurílio Rodrigues da Silva. Após deixar Fernando de Noronha, o ex-ferroviário acusado de ter participado ativamente do levante por diversas testemunhas se esforçou para provar que não era comunista.

Em dezembro de 1949 ele publicou em jornais de Recife um comunicado afirmando que nunca tinha feito parte do “extinto Partido Comunista Brasileiro, quer como simpatizante, quer como militante”. O empenho deu certo e em abril de 1950 a Secretaria de Segurança Pública cancelou as anotações existentes no prontuário do ex-ferroviário.<sup>181</sup>

Todo esse esforço tem relação com a busca do ex-mecânico por uma atividade de subsistência para sustentar os filhos. Em novembro de 1949 ele havia solicitado à Delegacia de Polícia de Recife um atestado de “conduta civil e moral, bem como seu estado de pobreza” para “fins de emprego”.

Maurílio não foi o único ferroviário a enfrentar dificuldades financeiras e barreiras para conseguir emprego em Pernambuco. Com seus antecedentes de revolucionários e ex-presos políticos, alguns decidiram sair do estado para tentar recomeçar a vida. Dois meses depois de ter voltado de Fernando de Noronha, Anibal Vicente da Hora, por exemplo, comunicou o Comitê Municipal do PCB em Jaboatão que planejava viajar para o Rio de Janeiro afim de conseguir um emprego.<sup>182</sup>

José Lucas da Silveira também optou por buscar novas oportunidades de trabalho em outro estado. Após deixar Fernando de Noronha, em setembro de 1941, ele comunicou à

---

[http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/00332/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_0332\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/00332/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_0332_d0001de0001.pdf) Acesso em: 09/10/2023.

<sup>181</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de Maurílio Rodrigues da Silva. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/06436/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_06436\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/06436/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_06436_d0001de0001.pdf) Acesso em: 09/10/2023.

<sup>182</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de Anibal Vicente da Hora. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/03346/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_03346\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/03346/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_03346_d0001de0001.pdf) Acesso em 09/10/2023.

Secretaria de Segurança Pública do estado que estava morando em Campina Grande, na Paraíba, “pela necessidade de ganhar a vida”. Apesar da mudança, ele continuou passando por dificuldades financeiras. Em uma carta enviada aos companheiros da célula comunista de Sítio Novo, em agosto de 1946, José Lucas justificava a falta de contribuição aos cofres do partido. De acordo com o ex-ferroviário, o atraso nos repasses era devido à sua situação econômica, agravada por uma doença. Ele se comprometeu a quitar a dívida assim que voltasse a trabalhar.<sup>183</sup>

Alguns ferroviários parecem ter abandonado de vez qualquer atividade política. Uma das maiores lideranças ferroviárias ao longo da década de 1930, Godofredo Severiano de Britto decidiu voltar para Fernando de Noronha assim que foi liberado para “fixar residência em companhia de sua família”.<sup>184</sup>

Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, a penitenciária agrícola de Fernando de Noronha foi extinta e a ilha passou a ser utilizada para assuntos de defesa nacional. Com isso, os presos políticos que ainda estavam em Fernando de Noronha por volta de 1942 foram transferidos para a Colônia Agrícola do Distrito Federal (CADF), no Rio de Janeiro. Mas os ferroviários não foram atingidos por essa medida, uma vez que a maioria deles já havia conquistado a liberdade um ano antes com o cumprimento das penas por volta de 1941.

O único ferroviário transferido para o Rio de Janeiro foi Henrique Accioly Lins da Silva. Contudo, sua ida para a capital não está relacionada ao fechamento do presídio de Fernando de Noronha. O ex-escriturário desembarcou no Rio de Janeiro em 23 de maio de 1941 com destino à Casa de Correção devido uma intoxicação alimentar. Ele foi encaminhado para o Hospital da Brigada Militar para fazer o tratamento, sendo colocado em liberdade em outubro daquele ano.<sup>185</sup>

Após ser solto, Henrique Accioly Lins da Silva passou a morar na rua Pereira Araujo, no Irajá. A convite de um amigo aliancista, se mudou para Goiás para montar uma usina de açúcar, onde participou do movimento formação de bases e de comitês locais, conforme revelou

---

<sup>183</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de José Lucas da Silveira. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/05188/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_0\\_5188\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/05188/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_0_5188_d0001de0001.pdf) Acesso em 09/10/2023.

<sup>184</sup> Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de Godofredo Severiano de Brito. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/00184/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_0\\_0184\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/00184/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_0_0184_d0001de0001.pdf) Acesso em 10/01/2023

<sup>185</sup> SILVA, Henrique Accioly Lins da: depoimento [set. 1979]. Entrevistador: Jarbas Silva Marques. Rio de Janeiro: 1979. Acervo particular.

em entrevista concedida ao jornal do PCB em 1979. Depois, ingressou no Serviço de Proteção ao Índio e foi morar em São Luís, no Maranhão, tendo retornado ao Rio de Janeiro em 1948, onde passou o resto dos dias.

Provocado pelo entrevistador a comentar sobre os erros cometidos pelo partido, o ex-líder ferroviário foi contundente nas críticas.

Devemos atentar para o trabalho de conscientizar o povo sobre o que é o capitalismo. Essa gente pensa que miséria e fome fazem revolução; estão enganados. O conhecimento dessa miséria e dessa fome é que traz a consciência e, por conseguinte, as formas corretas de luta. Quem se aferrar a qualquer desses desvios, vai fazer o jogo do capitalismo, e muito sangue voltará a ser derramado em vão. Isso porque nossos inimigos golpeiam na hora em que estamos fracos e destruídos na luta intestina, que só é válida quando conduzida autocriticamente.

Passados mais de 40 anos da entrevista, a reflexão proposta por Henrique Accioly Lins da Silva parece ainda ser relevante para a compreensão dos motivos que levaram os ferroviários da *Great Western* a aderirem ao movimento revolucionário comunista de novembro de 1935.

## CONCLUSÃO

Com alguma frequência, a historiografia volta suas atenções à insurreição comunista de novembro de 1935. No entanto, majoritariamente, os estudos sobre a revolta partem de concepções mais abrangentes, tratando a rebelião como uma continuação do movimento tenentista e, concomitantemente, como justificativa para a implementação do Estado Novo. Em geral, essas abordagens ressaltam o caráter militar da revolta, uma vez que seus líderes pertenciam, ou haviam pertencido, aos quadros das Forças Armadas e que os levantes foram iniciados nos quartéis de Natal, Recife e Rio de Janeiro.

Não obstante, raros são os trabalhos que tratam especificamente dos acontecimentos no estado de Pernambuco, sendo predominantemente a produção dedicada ao início da revolta em Rio Grande do Norte e seus desdobramentos no Rio de Janeiro, de onde Luís Carlos Prestes acompanhava ainda incrédulo, e com certo atraso, as notícias que chegavam do Nordeste brasileiro.

De fato, a participação civil no motim foi restrita, principalmente em Pernambuco. No entanto, não há dúvida de que ao analisarmos a documentação referente ao estado nordestino com mais atenção é possível identificar uma quantidade expressiva de referências a um grupo de empregados da ferrovia inglesa *Great Western of Brazil* que desempenharam certa relevância naquele contexto. Indivíduos históricos que se perderam diante de abordagens estruturalistas e biografias de lideranças como a de Prestes.

Assim, o presente trabalho propôs-se a analisar a participação dos ferroviários da *GWB* na insurreição de novembro de 1935, em Pernambuco, procurando entender os elementos locais/regionais que estavam postos nas mobilizações e reivindicações desses trabalhadores no contexto revolucionário. Além disso, esta dissertação buscou incluir personagens, até então anônimos, na literatura acadêmica que trata do tema.

Foi utilizado um conjunto de documentos inéditos ou pouco explorados pela historiografia da insurreição comunista de 1935. Com isso, foi possível acessar relatos e narrativas sobre as experiências individuais e coletivas dos ferroviários da companhia inglesa ao longo da década de 1930, suas dinâmicas internas, disputas, anseios e comportamentos diante de uma conjuntura de grandes mudanças políticas e sociais promovidas, ou potencializadas, pela Revolução de 1930.

Se o interesse inicial da pesquisa foi despertado pelo envolvimento dos ferroviários com o PCB e participação deles na sublevação, este ensejo foi ampliado ao longo do estudo ao serem

identificadas também lideranças opositoras e grupos contrários aos trabalhadores com tendências revolucionárias.

Desta forma, o foco inicial da dissertação foi ampliado para abranger a atuação de outros indivíduos que não se encontravam no mesmo espectro político dos ferroviários comunistas, sendo possível analisar um grupo de oposição mais alinhado à administração da empresa e certamente divergente dos anseios e reivindicações que levaram alguns dos ferroviários a aderirem ao levante.

Essa heterogeneidade de posicionamentos e percepções políticas mediaram as relações da categoria com a imprensa, com o governo do estado e com a direção da *GWB*, além de causar fricções internas, que, notadamente, se tornaram mais pujantes na disputa pela direção da Sociedade Beneficente, durante a greve do início de novembro de 1935, nos dias de revolta e no decorrer das investigações e julgamentos dos ferroviários implicados na tentativa revolucionária.

Um dos resultados mais interessantes alcançados foi perceber que as funções que os ferroviários desempenhavam e o espaço físico que ocupavam dentro da estrada de ferro foram determinantes para as percepções políticas e sociais que os levaram a tomar certos posicionamentos. Enquanto os operários das oficinas de Jabotão apresentaram maior engajamento durante a greve e afinidade com a tentativa revolucionária, os empregados dos escritórios, maquinistas e condutores demonstraram maior resistência a essas tendências. Isso mostra que as condições laborais desses trabalhadores estruturaram as diferentes culturas políticas que eles compartilhavam, muito embora fossem empregados da mesma empresa e morassem na mesma cidade.

Não obstante, a pesquisa evidenciou os limites do alcance do PCB e da ANL, pelo menos entre esses trabalhadores, reforçando o entendimento de que o partido não tinha uma influência irrestrita sobre a categoria, caso contrário, a participação dos ferroviários na insurreição teria sido muito maior do que a verificada. Conforme demonstrado, os líderes ferroviários, que durante anos dirigiram as entidades de classe da categoria, com maior destaque para a Sociedade Beneficente, eram os principais pontos de ligação com o partido e repassavam as orientações do mesmo aos operários. No entanto, esse proselitismo não alcançou os ferroviários unanimemente. Pelo contrário. As relações de alguns desses indivíduos com o PCB afastaram parte dos trabalhadores, que se opuseram frontalmente às convicções comunistas, ou simplesmente não estavam interessados no debate proposto, preferindo concentrar seus esforços em uma forma de subsistência digna para o sustento de suas famílias.

Da mesma forma, foi possível redimensionar a atuação do Tribunal de Segurança Nacional e o Conselho Nacional do Trabalho. A percepção inicial, movida pela ingenuidade incipiente ao projeto de pesquisa, apontava para a possível arbitrariedade dos dois órgãos na análise dos casos dos ferroviários que supostamente participaram do motim.

No entanto, apesar de ser um tribunal de exceção, o TSN respeitou o rito processual, ouvindo os acusados e testemunhas de defesa, recebendo denúncias de maus tratos e, em alguns casos, absolvendo os ferroviários. Além disso, nenhum ferroviário foi condenado como líder do movimento, sendo as sentenças restritas à pena mínima de cinco anos de prisão. Já o CNT não acolheu sumariamente as acusações feitas nos inquéritos administrativos, decidindo pela reintegração de alguns ferroviários ao trabalho.

Isso não comprova, de forma alguma, que os dois órgãos não cometeram abusos em seus julgamentos, mas também demonstra que o funcionamento das instituições era mais complexo e imprevisível do que um contexto de repressão pode nos levar a crer.

Em contrapartida, ficou bastante claro que a polícia de Pernambuco e o Dops agiram com bastante excesso na repressão aos comunistas e sujeitos considerados subversivos, empregando torturas e violências em suas atividades ostensivas.

Os resultados alcançados também abrem possibilidades para eventuais desdobramentos desta pesquisa, como a organização dos presos políticos em Fernando de Noronha, ou a análise de outros processos trabalhistas que tramitaram no CNT no contexto da insurreição e do Estado Novo. Também pode ser interessante um estudo comparativo entre Jaboatão e outras cidades com características políticas diferentes, como a vizinha Garanhuns, que notadamente teve uma aceitação maior às causas integralistas no mesmo período.

Ao longo dos anos 1930, os ferroviários da *GWB* promoveram greves e criaram entidades de classe bastante atuantes e combativas, pressionando a administração da companhia por melhores condições de trabalho. Parte deles havia assinado o pedido de registro junto ao PCB enviado ao Tribunal Eleitoral de Pernambuco, eram simpatizantes da ANL e concorreram aos cargos de vereadores nas eleições de 1935. Alguns atenderam ao chamado do PCB e se juntaram aos comunistas nas trincheiras revolucionárias. Outros contribuíram com a repressão depondo contra seus colegas, entregando nomes e endereços daqueles que haviam pegado em armas durante a sublevação.

Seus nomes, fichas, depoimentos e fotografias ficaram registrados nos documentos produzidos pelo aparelho repressivo do Estado, mas suas histórias, durante muito tempo, estiveram ausentes das narrativas escritas sobre a insurreição.



Este trabalho foi uma tentativa de contemplar a inserção desses trabalhadores nos estudos sobre a insurreição comunista de 1935, mas utilizando a revolta como pano de fundo, priorizando as trajetórias desses indivíduos na análise de um capítulo fundamental para o entendimento da construção republicana no Brasil.

## FONTES

### ARQUIVOS

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário da Cooperativa Beneficente dos Ferroviários da Great Western. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/fun/0/00254/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_fun\\_0\\_00254\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/fun/0/00254/br_peapeje_dpe_prt_fun_0_00254_d0001de0001.pdf) Acesso em 05/02/2023.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário da cópia do pedido do registro do Partido Comunista. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/fun/0/09534/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_fun\\_0\\_09534\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/fun/0/09534/br_peapeje_dpe_prt_fun_0_09534_d0001de0001.pdf) Acesso em: 05/03/2021.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Pública e Social de Pernambuco. Prontuário da Sociedade Beneficente de Ferroviários da Great Western. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/fun/0/00116/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_fun\\_0\\_00116\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/fun/0/00116/br_peapeje_dpe_prt_fun_0_00116_d0001de0001.pdf) Acesso em 05/02/2023.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de Aníbal Vicente da Hora Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/03346/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_03346\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/03346/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_03346_d0001de0001.pdf) Acesso em 10/01/2023

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de Antônio Paulo da Silva. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/03546/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_03546\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/03546/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_03546_d0001de0001.pdf) Acesso em 09/10/2023.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de Carlos Inácio Romão Nilo. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/01322/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_01322\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/01322/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_01322_d0001de0001.pdf) Acesso em: 05/10/2023

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Pública e Social de Pernambuco. Prontuário de Carlos Salustiano de Souza. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/04865/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_04865\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/04865/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_04865_d0001de0001.pdf) Acesso em 28/04/2021.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de Demócrito Ramos da Silveira. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/02848/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_02848\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/02848/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_02848_d0001de0001.pdf) Acesso em: 18/12/2021.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Pública e Social de Pernambuco. Prontuário de Francisco Leonízio de Mello. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/00131/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_00131\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/00131/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_00131_d0001de0001.pdf) Acesso em 05/02/2023.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de Godofredo Severiano de Brito Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/00184/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_00184\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/00184/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_00184_d0001de0001.pdf) Acesso em 10/01/2023

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de Gonçalo Francisco da Silva. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/00109/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_00109\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/00109/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_00109_d0001de0001.pdf) Acesso em: 10/01/2023.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Pública e Social de Pernambuco. Prontuário de Gregório Barbosa do Nascimento. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/03516/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_03516\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/03516/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_03516_d0001de0001.pdf) Acesso em 10/01/2023.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de Gustavo Tigre Coutinho. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/00332/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_00332\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/00332/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_00332_d0001de0001.pdf) Acesso em: 09/10/2023.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de João Alfredo de Barros Gibson. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/01953/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_01953\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/01953/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_01953_d0001de0001.pdf) Acesso em: 05/02/2023.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Pública e Social de Pernambuco. Prontuário de José Alves Pedrosa. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/03753/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_03753\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/03753/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_03753_d0001de0001.pdf) Acesso em 31/10/2021.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de José Lucas da Silveira. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/05188/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_05188\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/05188/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_05188_d0001de0001.pdf) Acesso em 09/10/2023.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de José Vicente de Souza Monte. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/00172/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_00172\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/00172/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_00172_d0001de0001.pdf) Acesso em: 10/01/2023

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Pública e Social de Pernambuco. Prontuário de Lourival da Motta Cabral. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/00477/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_00477\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/00477/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_00477_d0001de0001.pdf) Acesso em 05/03/2023.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Pública e Social de Pernambuco. Prontuário de Manoel Elias da Silva. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/02237/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_02237\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/02237/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_02237_d0001de0001.pdf) Acesso em 10/01/2023.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de Maurílio Rodrigues da Silva. Disponível em:

[http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/06436/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_06436\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/06436/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_06436_d0001de0001.pdf) Acesso em: 18/12/2021.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de Pacífico Pereira de Mello. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/00890/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_00890\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/00890/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_00890_d0001de0001.pdf) Acesso em: 10/01/2023.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Pública e Social de Pernambuco. Prontuário de Pedro Ferreira Chaves. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/fun/0/03472/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_fun\\_0\\_03472\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/fun/0/03472/br_peapeje_dpe_prt_fun_0_03472_d0001de0001.pdf) Acesso em 23/06/2023.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de Sebastião Rodrigues de Freitas Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/05419/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_05419\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/05419/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_05419_d0001de0001.pdf) Acesso em 18/09/2023.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Prontuário de Symphronio José da Silva. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/ind/0/00120/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_ind\\_0\\_00120\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/00120/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_00120_d0001de0001.pdf) Acesso em: 05/02/2023.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Pública e Social de Pernambuco. Prontuário de Trabalhador, ocupa teu posto. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/fun/0/01143/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_fun\\_0\\_01143\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/fun/0/01143/br_peapeje_dpe_prt_fun_0_01143_d0001de0001.pdf) Acesso em: 23 jun. 2023.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação n°. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 1. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR\\_RJANRIO\\_C8/0/APL/0183\\_v\\_01/BR\\_RJANRIO\\_C8\\_0\\_APL\\_0183\\_v\\_01\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_C8/0/APL/0183_v_01/BR_RJANRIO_C8_0_APL_0183_v_01_d0001de0001.pdf) Acesso em 18/12/2021.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação n°. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 8. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_rjanrio\\_c8/0/apl/0183\\_v\\_08/br\\_rjanrio\\_c8\\_0\\_apl\\_0183\\_v\\_08\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_08/br_rjanrio_c8_0_apl_0183_v_08_d0001de0001.pdf) Acesso em 05/10/2023.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação n°. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 9. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_rjanrio\\_c8/0/apl/0183\\_v\\_09/br\\_rjanrio\\_c8\\_0\\_apl\\_018\\_v\\_09\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_09/br_rjanrio_c8_0_apl_018_v_09_d0001de0001.pdf) Acesso em 18/12/2021.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação n°. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 10. Disponível em:

[http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_rjanrio\\_c8/0/apl/0183\\_v\\_10/br\\_rjanrio\\_c8\\_0\\_apl\\_018\\_v\\_10\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_10/br_rjanrio_c8_0_apl_018_v_10_d0001de0001.pdf) Acesso em 13/08/2023

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação n°. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 12. Disponível em:

[http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_rjanrio\\_c8/0/apl/0183\\_v\\_12/br\\_rjanrio\\_c8\\_0\\_apl\\_0183%20\\_v\\_12\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_12/br_rjanrio_c8_0_apl_0183%20_v_12_d0001de0001.pdf) Acesso em 18/12/2021.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação n°. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 15. Disponível em:

[http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_rjanrio\\_c8/0/apl/0183\\_v\\_15/br\\_rjanrio\\_c8\\_0\\_apl\\_0183\\_v\\_15\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_15/br_rjanrio_c8_0_apl_0183_v_15_d0001de0001.pdf) Acesso em 09/10/2023.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo n° 708. Disponível em: <https://arquivoteca.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-708-1936> Acesso em 13/08/2023

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo n° 709. Disponível em: <https://arquivoteca.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-709-1936> Acesso em 10/01/2023

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo n° 1.502. Disponível em: <https://arquivoteca.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-1-502-1936> Acesso em 13/08/2023

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo n° 3.713. Disponível em: <https://labor-arq.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-3-713-1935> Acesso em 11/11/2023

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo n° 3.714. Disponível em: <https://arquivoteca.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-3714-1936> Acesso em 10/01/2023

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo n° 4.166. Disponível em: <https://labor-arq.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-4-166-1936> Acesso em 05/02/2023.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo n° 4.167. Disponível em: <https://arquivoteca.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-4167-1936> Acesso em 24/12/2022

SILVA, Henrique Accioly Lins da: depoimento [set. 1979]. Entrevistador: Jarbas Silva Marques. Rio de Janeiro: 1979. Acervo particular.

SILVA, Henrique Accioly Lins da: carta [jul. 1985]. Rio de Janeiro: 1985. Acervo particular.

## JORNAIS

BRASIL. Diário da Manhã.

BRASIL. Diário de Pernambuco

BRASIL. A classe operária

## LEIS

BRASIL. Decreto nº. 19.770. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/d19770.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d19770.htm) Acesso em 22/04/2021.

BRASIL. Decreto nº. 21.081. Disponível em:  
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21081-24-fevereiro-1932-511792-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=O%20Chefe%20do%20Governo%20Provis%C3%B3rio,que%20a%20aplica%C3%A7%C3%A3o%20do%20art> Acesso em 22/04/2021.

BRASIL. Decreto-lei nº. 640. Disponível em:  
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-640-22-agosto-1938-350872-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 09/10/2023.

BRASIL. Lei nº. 136, de 14 de dezembro de 1935. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1930-1949/10136.htm#:~:text=LEI%20No%20136%2C%20DE%2014%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201935.&text=Modifica%20v%C3%A1rios%20dispositivos%20da%20Lei,dos%20Estados%20Unidos%20do%20Brasil](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/10136.htm#:~:text=LEI%20No%20136%2C%20DE%2014%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201935.&text=Modifica%20v%C3%A1rios%20dispositivos%20da%20Lei,dos%20Estados%20Unidos%20do%20Brasil) Acesso em: 18/09/2023.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Gregório. Memórias (1ª parte: 1900-1945), 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BORGES, Breno Albuquerque Brandão. Patrimônio ferroviário e autenticidade: avaliação do Conjunto Ferroviário de Caruaru. Recife, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/13264> Acesso em: 1 maio de 2022.

BRITTO, Aurélio de Moura. O germe da indisciplina: negociações, embates e enfrentamentos coletivos na Casa de Detenção do Recife (1930-1935). Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/33949> Acesso em: 13 nov de 2023.

CALADO, Diógenes Mendes. Jaboatão dos trabalhadores ferroviários: cidade, cultura e memória. In Anais do XIII Encontro Estadual de História, História e mídias: narrativas em disputa. Associação Nacional de História (Seção Pernambuco), 2020. Disponível em: [https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1600888006\\_ARQUIVO\\_3a6469bad001f6b84e998d9d4fa96961.pdf](https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1600888006_ARQUIVO_3a6469bad001f6b84e998d9d4fa96961.pdf) Acesso em: 12 de junho de 2022.

CARNEIRO, Leandro Piquet; KUSCHNIR, Karina. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. Revista Estudos Históricos, v. 13, n. 24, p. 227-250, 1999. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2100> Acesso em: 15/12/2021

CAVALCANTI, Marcelo Antunes. Os sistemas logísticos de transporte e a estruturação do território pernambucano: gênese e produção. Recife, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/17676/1/Tese%20-%20Marcelo%20Antunes%20Cavalcanti.pdf> Acesso em: 25 de maio de 2022.

CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes. 3a edição. Recife, PE, Editora Guararapes, 1980.

CERQUEIRA, Adriano S. Lopes da Gama. A validade do conceito de cultura política. In: Encontro Regional da ANPUHMG, X, 1996, Mariana. LPH: Revista de História. Ouro Preto, v. 6, p. 83-91. Disponível em: [https://lph.ichs.ufop.br/sites/default/files/lph/files/lph\\_revista\\_6.pdf?m=1498677600#page=92](https://lph.ichs.ufop.br/sites/default/files/lph/files/lph_revista_6.pdf?m=1498677600#page=92) Acesso em: 15/12/2021

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. In Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth (Unicamp), v. 14, p. 11-50, 2010. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2558/1968> Acesso em: 07/05/2021

COSTA, Homero. A insurreição comunista de 1935: Natal: o primeiro ato da tragédia. São Paulo/Natal: Ensaio/Cooperativa Cultural UFRN, 2015.

DULLES, John W. F. Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.



DULLES, John W. F. O comunismo no Brasil (1935-1945): repressão em meio ao cataclismo mundial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

EDMUNDSON, William. A Gretoeste: a história da rede ferroviária Great Western of Brazil. João Pessoa. E-book Kindle. 2023.

FONTES, Paulo; FORTES, Alexandre; MAYER, David. Brazilian Labour History in Global Context: some Introductory Notes. In *International Review of Social History*. 62, pp. 1-22. 2017. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-review-of-social-history/article/brazilian-labour-history-in-global-context-some-introductory-notes/C9FA49C11C5DA60C1E9956C4D8E5BBF2> Acesso em: 07/05/2021.

FONTES, Virgínia; MENDONÇA, Sonia. “História e teoria política”. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, R (org.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, pp. 55-71.

GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, V. 2, nº. 34, pp. 157-186. 2004. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2228> Acesso em: 07/05/2001.

GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira. Os direitos sociais e humanos dos trabalhadores no Brasil: a título de apresentação. In GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira (orgs). *A Justiça do Trabalho e sua história*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2013. Pp. 13-47.

LEITE, Guto. “Três apitos”: lirismo e violência em Noel Rosa. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 66, p. 160-171, abr. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/133111/129178> Acesso em: 13 nov. 2023.

LEVINE, Robert. *A velha usina: Pernambuco na federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LEVINE, Robert. Pernambuco e a Federação Brasileira 1889-1937. In: FAUSTO, Boris (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, volume 8, 2006. Pp. 139-171.

LIMA, Bruno Sousa. Recife sublevada: a insurreição de 1935 em uma perspectiva micro-histórica. Monografia (Graduação em História), Universidade de Brasília. Distrito Federal. 2021. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/28311> Acesso em: 11/11/2023

MAIA, Andréa Casa Nova. (2020) 2021. “Memória(s) E Identidade(s) Nos Trilhos: História De Ferroviários Brasileiros Em Tempos De Neoliberalismo”. *Locus: Revista De História* 15 (1). <https://doi.org/10.34019/2594-8296.2009.v15.31797>.

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo*. 2a Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Pp. 40-61.

MIRANDA, Luiz Augusto Ferreira Miranda. Os comunistas progressistas do Recife: vivências e lutas políticas em tempos de Guerra Fria (1947-1950). Dissertação (Mestrado em História),



Universidade de Pernambuco. Pernambuco. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16831> Acesso em 16/06/2022

MORAES, João Quartin de. Os camaradas. Revista de Sociologia e Política da UFPR, Curitiba, núm. 2, pp 141-143, 1994. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39412>

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. In: Encontro Regional da ANPUHMG, X, 1996, Mariana. LPH: Revista de História. Ouro Preto, v. 6, p. 92-100. Disponível em: [https://lph.ichs.ufop.br/sites/default/files/lph/files/lph\\_revista\\_6.pdf?m=1498677600#page=92](https://lph.ichs.ufop.br/sites/default/files/lph/files/lph_revista_6.pdf?m=1498677600#page=92) Acesso em: 15/12/2021

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A Intentona Comunista ou a construção de uma legenda negra. Revista Tempo (UFF), núm. 13, julho, 2002, pp 189-207.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Niterói: Eduff, 2020.

PANDOLFI, Dulce e GRYNSZPAN, Mario. Da Revolução de 30 ao Golpe de 37: a depuração das elites. Revista de Sociologia e Política. UFPR, 1997, n. 9, p. 7- 23.

PANDOLFI, Dulce. Pernambuco de Agamenon Magalhães. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1984

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922 – 1935). São Paulo: Companhia das Letras, 1991

PORTO, Eurico Bellens. A insurreição de 27 de novembro: relatório do delegado Eurico Bellens Porto. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.

PRESTES, Anita Leocádia. Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro. São Paulo: Boitempo, 2015.

PRESTES, Anita Leocádia. Luiz Carlos Prestes: patriota, revolucionário, comunista. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

REIS, Daniel Aarão. Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SARMENTO, Antônio Natanael Martins. Urnas & Baionetas: Os Comunistas na História de Pernambuco - 1930-1935. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

SILVA, Diego Carvalho. Partidos e alianças políticas na “moscouzinho do Brasil”: os comunistas e as eleições municipais de outubro de 1947 em Jaboatão – PE. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. 2015.

SILVA, Hélio. 1935: a revolta vermelha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

SIQUEIRA, Tagore Villarim de. As primeiras ferrovias do nordeste brasileiro: processo de implantação e o caso da Great Western Railway. In Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V. 9, no 17, p. 169-220, jun. 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. A intentona comunista de 1935. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

TAVARES, José Nilo. 1935: reavaliação de análise. In: Novembro de 1935: meio século depois. Petrópolis: Vozes, 1985.

VELOSO, Van Hoeven Ferreira. Jaboatão dos Meus Avós. Centro de Estudos de História Municipal. Recife, 1982

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Revolucionários de 1935: sonho e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

WAACK, William. Camaradas - Nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.